Revista **E**xtensão **R**ural

DEAER/ CPGExR – CCR
Ano XIV, Jan – Dez/2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

Reitor: Prof. Clóvis Silva Lima

Diretor do Centro de Ciências Rurais: Prof. Dalvan José Reinert

Chefe do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural: Prof. Alessandro P. Arbage

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural: Prof. Renato Santos de Souza

Editores: Prof. José Marcos Froehlich e Prof. Marco Antônio Verardi Fialho

Conselho Editorial: Ademir A. Cazella (UFSC); Arlindo Prestes de Lima (Unijuí); Alessandro P. Arbage (UFSM); Ângelo Brás Callou (UFRPE); Benedito Silva Neto (Unijuí); Canrobert Costa Neto (UFRRJ); Eli Lino de Jesus (UFPR); Flavio Sacco dos Anjos (UFPel); João Carlos Canuto (EMBRAPA Meio-Ambiente); José Antônio Costabeber (EMATER/RS); José Geraldo Wizniesvky (UFSM); Lauro Mattei (UFSC); Mário Riedl (Unisc); Marcelo M. Dias (UFV); Paulo Waquil (Ufrgs); Pedro S. Neumann (UFSM); Renato S. de Souza (UFSM); Rosa C. Monteiro (UFRRJ); Sérgio Schneider (Ufrgs);Vicente C. P. Silveira (UFSM); Vivien Diesel (UFSM).

Estagiário (bolsista FIEX)**:** Jefferson Gonçalves Acunha / Capa – Acesso D

Impressão / **Acabamento:** Imprensa Universitária / **Tiragem:** 300 exemplares

Extensão rural. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Ciências Rurais. Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural.
N.1. (jan/dez. 1993)-
_____. Santa Maria, 1993

Anual
n.14 (jan/dez 2007)
ISSN1415-7802
1. Extensão rural

CDU: 63

Ficha catalográfica elaborada por
Luiz Marchiotti Fernandes – CRB 10/1160
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores. Qualquer reprodução é permitida, desde que citada a fonte.

A **R**evista **E**xtensão **R**ural dedica-se a publicar estudos científicos a respeito do Desenvolvimento Rural Sustentável e os problemas a ele vinculados. Ela encontra-se indexada pelos seguintes sistemas:

- Internacional: AGRIS (Internacional Information System for The Aghricultural Sciences and Tecnology) da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations)

- Nacional: AGROBASE (Base de Dados da Agricultura Brasileira)

Revista **E**xtensão **R**ural
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural
Campus universitário – Prédio 44
Santa Maria- RS- Brasil
CEP: 97119-900
Fone: (55)32208354/8165 – Fax: (55)32208694
E-mail: revista.ext.rural@mail.ufsm.br
Web-sites:
www.ufsm.br/extensaorural
www.ufsm.br/extrural

SUMÁRIO

PARA ALÉM DA ALIMENTAÇÃO: PAPÉIS E SIGNIFICADOS DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR Catia Grisa	05
IMPACTO DOS PROGRAMAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL EM COMUNIDADES RURAIS DE ARROIO GRANDE, RS Cláudio Renê Garcia de Souza Flávio Sacco dos Anjos	37
NOVAS IDENTIDADES, NOVOS TERRITÓRIOS – MOBILIZANDO OS RECURSOS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL José Marcos Froehlich Heberton F. Inocêncio Alves	65
O SIG COMO UMA FERRAMENTA AUXILIAR DA EXTENSÃO RURAL Vanilde Ferreira de Souza Gláucia Miranda Ramirez Sonia M. P. P. Bergamasco	91
TURISMO RURAL, RENDA E BEM-ESTAR: ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL, RS Cléia dos Santos Moraes Marcelino de Souza	109
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS	135

PARA ALÉM DA ALIMENTAÇÃO: PAPÉIS E SIGNIFICADOS DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR[1]

Catia Grisa[2]

Resumo

O artigo discute os papéis que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar. Busca-se argumentar que esta produção é um dos fatores explicativos da condição socioeconômica das unidades familiares e configura uma estratégia de fortalecimento da autonomia da agricultura familiar. Vale-se da pesquisa "Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade" (UFRGS/UFPel/CNPq-2003) que propiciou a formação de um banco de dados sobre a dinâmica da agricultura familiar em quatro regiões da geografia gaúcha, suas fontes e tipos de renda, entre estas o autoconsumo. Foram aplicados 238 questionários e realizadas 35 entrevistas semi-estruturadas. Os resultados apontam que a produção para autoconsumo contribui para a segurança alimentar e a internalização de recursos e tarefas; é uma estratégia de diversificação dos meios de vida e, assim, corrobora para a estabilidade socioeconômica; permite economizar recursos financeiros e potencializar outros ociosos; restabelece a co-produção entre homem, trabalho e natureza; atende ao consumo familiar e pode se tornar valor de troca devido a marca da alternatividade; promove a sociabilidade e; relaciona-se com a identidade dos agricultores. Assim, além de alimentos, a produção para autoconsumo também "produz" autonomia para a agricultura familiar.

Palavras-chave: produção para autoconsumo; agricultura familiar; autonomia

---

[1] Este artigo resulta de trabalho desenvolvido como dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) – Grisa (2007).

[2] Engenheira Agrônoma e Mestre em Desenvolvimento Rural. Contato: Rua do Riachuelo, nº 119, Ap 421, Centro, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20230-010. E-mail: catiagrisa@yahoo.com.br

BEYOND THE FEEDING: ROLES AND MEANINGS OF THE SELF-CONSUMPTION PRODUCTION IN THE FAMILY FARM

Abstract

The article discusses the roles that the self-consumption production plays in family farm. It is argued that self-consumption production is one of the responsible factors of the social and economic condition of the familiar units and configure one strategy to strengthen the autonomy of family farm. The paper used the database of "Family Farm, Local Development and Pluriactivity" (UFRGS/UFPel/CNPq-2003) research project about the dynamics of family farm in four regions of Rio Grande do Sul, and your sources and types of income, between these the self-consumption. In the research were applied 238 questionnaires and 35 semi-opened interviews. The results point that self-consumption production contributes in food security and internalization of resources and tasks; it is strategy of livelihoods diversification and, thus, it corroborate to social and economic stability; it allows to save financial resources and to use other idle; it reestablishes the co-production between man, work and nature; on account of the alternativity, it takes care of the familiar consumption and it can become exchange value; it promotes sociability and; it is related with the identity of the family farms. Therefore, beyond foods, the self-consumption production also produce autonomy to family farm.

Key-words: self-consumption production; family farm; autonomy

1. Introdução

As últimas décadas marcam um período de intensas transformações técnico-produtivas no meio rural brasileiro. Em curto espaço de tempo, instrumentos de trabalho e insumos tradicionais foram substituídos por inovações que "modernizaram" a agricultura. À medida que estas se intensificaram foi minimizada a base endógena de recursos controlada pelas unidades familiares e a agricultura tornou-se uma atividade cada vez mais dependente de mercados à montante e à jusante. Seguindo Ploeg (1992; 2006), pode-se afirmar que estas transformações associam-se a um amplo processo de mercantilização da agricultura.

A incorporação da agricultura na "lógica dos mercados" fez com que o trabalho e os processos produtivos se organizassem cada vez mais

em função do aumento da capacidade de geração de valores de troca e, sobretudo, daqueles que possibilitam maior retorno financeiro em menor tempo. Os mercados tornam-se as principais estruturas sociais a condicionar as relações dos agricultores com os objetos e meios de trabalho. Igualmente, as relações sociais entre os agricultores e destes com outros atores sociais passam a ser mediadas pela forma social da mercadoria.

A regulação pelo mercado e pelas relações de preço é acentuada à medida que se vincula a uma crescente externalização dos processos de produção. Esta externalização é responsável pela transferência de recursos e tarefas que anteriormente eram desenvolvidos na e pela unidade produtiva, numa via de "reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida", para o domínio de atores externos, numa forma de "reprodução dependente" (Ploeg, 1990). Objetos, instrumentos e progressivamente o próprio trabalho tornam-se mercadorias mobilizadas em diversos circuitos mercantis. A intensa dependência a fatores externos gera perda de autonomia para o processo (re)produtivo e incremento da vulnerabilidade social.

Segundo Ellis (1998; 2000), vulnerabilidade significa um elevado grau de sujeição a situações de risco e instabilidade, podendo comprometer a reprodução social das unidades familiares ou deixá-las mais propensas a insegurança alimentar. Outrossim, Chambers (1995) alude que vulnerabilidade significa exposição e desproteção. Exposição remete aos choques, tensões e riscos, e desproteção significa falha nos meios que permitiriam enfrentar a primeira. Em se tratando da mercantilização da agricultura, a exposição e a desproteção emergem justamente da especialização produtiva e da instabilidade dos mercados de commodities e vinculam-se ao grau de mercantilização e externalização das unidades de produção.

Neste contexto de mercantilização e externalização da agricultura, a produção para autoconsumo, ou produção de alimentos "pro gasto" como denominam os agricultores, também é afetada. Incitados a produzir mormente produtos comerciais, visíveis e sancionados pelo mercado, conforme ressalta Jean (1994), as unidades familiares vão diminuindo o tempo e o espaço dedicados ao trabalho invisível – a produção de alimentos para o seu consumo. Deste modo, como indicam alguns estudos, a produção "pro gasto" vem sendo reduzida ao longo dos anos (Menasche, 2007; Ramos, 2007), e a alimentação das famílias rurais cada vez mais tem

passado pelos mercados (Gazolla, 2004). Para Sacco dos Anjos (2003), esta "reconversão forçada" dos agricultores incitou a passagem de policultores para "tributários do regime monocultivo", cingidos pela especialização produtiva e abandono do autoconsumo.

Contudo, a produção para autoconsumo é de suma relevância à reprodução social das unidades familiares. Autores clássicos das ciências sociais, como Chayanov (1974) e Wolf (1976), já destacavam a importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses. Similarmente, alguns autores brasileiros também se dedicaram à temática, como Herédia (1979), Brandão (1981), Garcia Jr. (1983; 1989), Woortmann e Woortmann (1997) e Cândido (2001 [1964]). Mais recentemente tem havido uma retomada de pesquisas sobre o tema, destacando principalmente a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar, minimização da pobreza rural, interfaces com a sociabilidade e a identidade social dos agricultores. Os trabalhos de Menasche (2007), Ramos (2007), Leite (2004), Gazolla (2004) e Santos e Ferrante (2003) são alguns exemplos.

Com o fito de contribuir com estes estudos, este trabalho traz como objetivo investigar os papéis que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar. Parte-se de um estudo comparativo do autoconsumo em quatro regiões do Rio Grande do Sul. A comparação possibilitará discutir a expressão destas funções em contextos que apresentam distintas dinâmicas de desenvolvimento. Pretende-se argumentar que, embora as diferenças regionais, o autoconsumo é um dos fatores explicativos da condição social e econômica das unidades familiares e configura-se como uma estratégia de fortalecimento da autonomia das mesmas, sendo a autonomia compreendida nos termos de Ploeg (1990) – um processo que confere às unidades familiares maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a reprodução social.

Serão apresentadas e discutidas sete funções que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar, quais sejam: manter a alimentação sob controle da unidade familiar (ao contrário de um processo de mercantilização/externalização) e contribuir para a segurança alimentar; diversificar os meios de vida; economizar recursos e potencializar o uso da força de trabalho e da terra; restabelecer a co-produção entre homem, trabalho e natureza; atender tanto a demanda das necessidades alimentares do grupo familiar como a necessidade de criação de valores de

troca por meio da alternatividade; promover a sociabilidade e; contribuir com a identidade social.

Este artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. A seção seguinte apresenta a metodologia utilizada na pesquisa e explicita como foi mensurada a produção para autoconsumo. A terceira seção discute os papéis da produção para autoconsumo na agricultura familiar e suas interfaces com a autonomia das unidades familiares. Por fim, são apresentadas algumas considerações sobre a temática e os resultados alcançados.

2. A pesquisa e a mensuração da produção para autoconsumo

Os resultados apresentados neste trabalho decorrem do projeto de pesquisa "Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul", desenvolvido em 2003, em parceria pelo Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003)).

Esta pesquisa tinha o objetivo de compreender as dinâmicas da agricultura familiar, sobretudo no que se refere às condições de ocupação e as fontes de rendas, entre estas a renda oriunda da produção para autoconsumo. Para captar a diversidade desta categoria social, a pesquisa foi realizada em quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul – Serra Gaúcha, Serra do Sudeste, Missões e Alto Uruguai. Em cada uma destas foi escolhido um município representativo das características regionais para aplicação de questionários, sendo os municípios, respectivamente, Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras (Figura 01). No total foram aplicados 238 questionários estruturados em 2003 e realizadas 35 entrevistas[3] em 2006.

Resumidamente pode-se caracterizar Veranópolis como um município que apresenta dinâmica de desenvolvimento endógeno, como denominou Schneider (2002; 2006). A economia é diversificada, arraigada na agricultura, indústria, comércio e turismo, e encontra no próprio ambiente

[3] Ao longo deste trabalho estão transcritos fragmentos dos discursos gravados, identificados pela letra "I" de informante, seguida do número da entrevista e pelas iniciais do nome do município (e.g. I 05, SM).

local os recursos (humanos, naturais, capital, etc.) para sua reprodução. Morro Redondo apresenta economia dependente do setor agroindustrial que passa por longa crise desde a abertura do mercado brasileiro às importações na década 1990. Por conseguinte, a agricultura oferece poucas perspectivas e fora deste setor também há escassas alternativas. Salvador das Missões e Três Palmeiras apresentam dinâmica de desenvolvimento concentrada nas atividades agrícolas, e aqui sobretudo no binômio trigo-soja, herança da modernização da agricultura. Em Salvador das Missões, a diversificação produtiva vem sendo resgatada em anos recentes. Em Três Palmeiras, a pobreza acentuada e a desigualdade de renda e riqueza intensificam e são intensificadas pela vulnerabilidade advinda do modelo de desenvolvimento produtivista adotado.

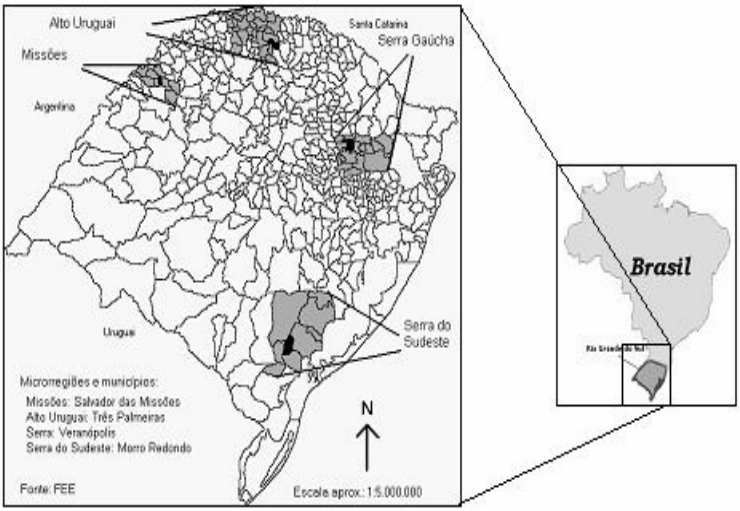


Figura 01: Localização das regiões e municípios estudados no Rio Grande do Sul e Brasil.
Fonte: FEE, 2006.

Com o propósito de tornar mais visível algumas das diferenças socioeconômicas entre os municípios, apresenta-se a Tabela 01 que contém indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) , a população total e rural, o Valor Adicionado Bruto (VAB) Total e agropecuário, entre outros.

Tabela 01: IDH-M, População Total, População Rural, VAB Total em reais (R$) e outros indicadores referentes aos universos pesquisados.

Indicadores	Veranópolis	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras
IDH - M (2000)	0,85	0,77	0,81	0,76
População Total (2005)	21.114	5.906	2.403	4.229
%População Rural (2005)	14,59	58,69	62,88	57,25
VAB Total em mil R$ (2003)	401.875,00	52.282,00	52.543,00	49.396,00
%VABAgropecuária (2003)	10,80	29,81	54,69	65,53
PIB *per capita* em R$ (2003)	20.776,00	9.454,00	20.297,00	11.016,00
Área média dos estabelecimentos	23,19	22,79	14,11	19,66
Renda Total em R$ *	26.969,50	12.914,83	18.911,28	11.033,12
Renda Agrícola em R$ *	14.853,28	6.610,55	12.047,52	8.081,40
Renda Atividades Não-agrícolas em %**	20,83	18,11	17,15	6,55
% de famílias pluriativas	59,32	41,94	46,55	28,81
Renda Transferências Sociais em % **	19,90	25,89	15,64	15,10
Nº médio de pessoas por família	4,59	3,87	4,45	4,02

Fonte: PNUD *et al.*, 2000; IBGE, 1998; FEE, 2006; AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

* Valores médios por estabelecimento.

** Proporção sobre a renda total

Pode-se observar que Veranópolis apresenta o maior IDH (0,85) e os maiores valores de renda agrícola (R$ 14.853,28) e total (R$ 26.969,50). Também o mais elevado número de famílias exercendo atividades não-agrícolas (59,32%), o que é fruto da diversidade e dinamismo econômico presente nesta localidade. No oposto das condições socioeconômicas estão Morro Redondo e Três Palmeiras alternando posições. Enquanto Três

Palmeiras apresenta o menor índice de IDH (0,76) e a menor renda total (R$ 11.033,12), Morro Redondo dispõe da menor renda agrícola (R$ 6.610,55) e é onde a renda da previdência social assume maior importância relativa (25,89%), resultado das escassas possibilidades de diversificação. São nestes dois municípios que a vulnerabilidade social é mais acentuada. Salvador das Missões possui índices semelhantes aos de Veranópolis, e intermediários entre todos os municípios pesquisados, como, por exemplo, no que concerne ao IDH (0,81) e a renda total (R$ 18.911,28). Destaca-se ainda, elucidando o caráter eminentemente agrícola de Salvador das Missões e Três Palmeiras, a porcentagem do VAB agropecuário sobre o VAB total, cujos valores são respectivamente, 54,69% e 65,53%.

Quanto à metodologia do cálculo do autoconsumo, é mister destacar que este é definido neste trabalho como a parcela da produção animal, vegetal e transformação caseira[4] produzida pela unidade familiar e consumida por esta. A esta produção foi atribuído o preço de venda, ou seja, o preço caso os agricultores vendessem estes produtos.[5] A atribuição deste valor, e não o preço de compra, deve-se a duas razões. Primeiro, como ressaltaram Sacco dos Anjos *et al.* (2004), há uma grande variação de preços de compra (preços ao consumidor) e esta disparidade se potencializa quando se tratam de municípios distintos e distantes geograficamente, como é caso nesta pesquisa. Segundo, a pesquisa a qual se insere este trabalho tinha como objetivo identificar as diferentes fontes de renda das unidades familiares e, deste modo, se utilizado o preço de compra estar-se-ia superestimando a proporção do autoconsumo sobre e a própria renda total das famílias rurais.

Diferenciados quanto à origem animal e vegetal, multiplicou-se a quantidade consumida de alimentos pelo preço de venda, obtendo-se o produto bruto de autoconsumo animal e vegetal. O somatório destes

[4] Embora a transformação caseira esteja presente na definição de produção para autoconsumo, esta não foi contabilizada no produto bruto de autoconsumo total em virtude de uma limitação do questionário que não permitia a separação da matéria-prima consumida diretamente pela família daquela utilizada para a produção de derivados.

[5] Esta opção difere da metodologia proposta por Garcia Jr. (1989) que sugere os preços de compra (preços ao consumidor). O objetivo da obra de Garcia Jr. (1989) era demonstrar que inseridos numa dinâmica capitalista, os camponeses também eram guiados por uma racionalidade econômica. Segundo o autor, os agricultores realizavam um cálculo para saber se era mais vantajoso plantar cultivos comerciais ou para o autoconsumo. Se os preços destes fossem de tal ordem que produzindo lavouras comerciais, com o mesmo trabalho despendido, pudessem fazer frente às demandas alimentares da família, a opção seria pela produção comercial e não pelo autoconsumo. Por lançar mão deste calculo é que a produção para o autoconsumo teria que ser balizada pelo preço ao consumidor, evidenciando o quanto a família gastaria comprando os alimentos necessários.

resultou no produto bruto de autoconsumo total e compôs a renda agrícola e total. Segundo Gazolla (2004), há dificuldades para calcular o valor monetário líquido da produção para autoconsumo em decorrência de não ser possível isolar, de forma exata, as despesas que incorrem sobre esta produção daquelas destinadas à venda.

3. Autoconsumo e produção de autonomia

Como apresentado na introdução, o processo de mercantilização e externalização da agricultura tem estimulado as unidades familiares produzirem cada vez mais para o mercado e se especializarem em alguma cultura que propicie rendimento monetário. Neste contexto, algumas famílias rurais optam por minimizar ou não produzir mais para o autoconsumo, realizando estas necessidades também via mercado. Outras permanecem recorrendo, embora em graus variados. De modo geral, isto tem tornado a reprodução social das unidades familiares dependente das relações mercantis e vulnerável.

Esta seção visa discutir como a manutenção da produção para o autoconsumo pode minimizar a vulnerabilidade e/ou contribuir para a autonomia da agricultura familiar. Apresentam-se sete funções que o autoconsumo desempenha para esta categoria social e argumenta-se que, em virtude destes papéis, esta prática pode ser considerada um dos fatores explicativos da condição socioeconômica das unidades familiares e de sua autonomia.

Antes de detalhar cada uma destas funções, é relevante destacar que a produção para autoconsumo foi encontrada em todos os estabelecimentos investigados nesta pesquisa (238) e respondia por valores monetários importantes para as famílias rurais. A Tabela 02 apresenta os valores do produto bruto de autoconsumo diferenciados quanto à origem (vegetal e animal) e o total nos municípios pesquisados.

Tabela 02: Produto Bruto de autoconsumo animal, vegetal e total (valor médio anual em R$) nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Produto Bruto do Autoconsumo médio anual em Reais (R$) e porcentagem (%)				
	Vegetal		Animal		Total
	R$	%	R$	%	
Veranópolis	2.414,17	56,04	1.894,31	43,96	4.308,08
Morro Redondo	1.081,39	50,04	1.079,66	49,96	2.161,05
Salvador das Missões	2.026,01	47,97	2.197,87	52,03	4.223,88
Três Palmeiras	1.425,48	47,11	1.600,00	52,89	3.026,02
Total	1.736,76	50,63	1.692,96	49,37	3.430,02

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

Verifica-se que se trata de valores expressivos, alcançando o valor total anual médio de R$ 4.308,08 em Veranópolis, R$ 2.161,05 em Morro Redondo, R$ 4.223,08 em Salvador das Missões e em Três Palmeiras, R$ 3.026,02. Observa-se que há diferenças expressivas entre os municípios. Chama a atenção, por exemplo, o fato de Morro Redondo apresentar um produto bruto de autoconsumo total médio correspondente a 50,16% de Veranópolis.[6] Seja como for, em todos os universos pesquisados, a produção para autoconsumo exerce funções importantes para a agricultura familiar, como será debatido a seguir.

3.1 Autoconsumo, internalização e segurança alimentar

[6] Estas diferenças devem-se a vários fatores, que, devido ao objetivo deste artigo, não serão discutidas, apenas citadas: as características das famílias (número de membros, consumidores, UTH's), as condições técnicas de produção (área média, assistência técnica, crédito, etc.), tipos de cultivos e produção agropecuária praticada, diferentes fontes de renda, o repertório cultural das famílias e municípios, o contexto local, etc. Ver Grisa (2007).

> Do jeito que está indo as coisas, com a seca, os custos altos, eu acho que teria muita gente passando fome se não produzisse nem os alimentos. Porque o trigo agora se foi com a geada. A soja, os três últimos anos praticamente não deu safra. Com o que eles vão comprar se não tivessem em casa? (I 09, SM).

Diferentemente da reprodução dependente do mercado, que preconiza a externalização de etapas do processo produtivo, a reprodução relativamente autônoma busca reproduzir-se a partir de ciclos precedentes e da internalização de recursos e tarefas (Ploeg, 1990; 1992). As unidades familiares buscam potencializar seu controle sobre o processo produtivo. Neste sentido, a produção para o autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma das necessidades principais para a reprodução social, a alimentação. Os alimentos seguem direto da unidade de produção (lavoura) para a unidade de consumo (casa), sem nenhum processo de intermediação que os tornem valor de troca. Conforme relatou um informante: "Quando a gente quer não precisa ir no super [mercado] pegar, já tem em casa" (I 38, MR). Segundo Garcia Jr. (1989, p. 127), ao autoconsumir, a unidade familiar, "[...] diminui o tempo em que estão expostas à flutuação dos preços pagos ao consumidor, reduzindo os momentos em que são apenas compradoras". Ou seja, diminuem a exposição e desproteção frente aos mercados, a sua vulnerabilidade.

Através da Figura 02, que apresenta a proporção do Produto Bruto de Autoconsumo Total sobre o Produto Bruto Total, evidencia-se que entre 25 e 30% do que é produzido nos estabelecimentos permanece nestes para o consumo da família. As diferenças entre municípios decorrem dos valores do produto bruto total e das proporções do produto bruto de venda total. Em Veranópolis e Salvador das Missões, cujos valores do autoconsumo são 29,39% e 28,82%, respectivamente, embora as unidades familiares produzam mais para o seu consumo (Tabela 02), o produto bruto total é mais elevado, diluindo a importância desta produção. Em Morro Redondo (25,5%), em função da dinâmica local, os agricultores estão diminuindo a produção agrícola, inclusive para o autoconsumo, e, assim, justifica-se o valor baixo. Em Três Palmeiras (31,8%), as famílias produzem mais para o consumo familiar, *vis-à-vis* Morro Redondo, e apresentam menor produto bruto total que Salvador das Missões e Veranópolis, contribuindo para concentrar a importância do autoconsumo.

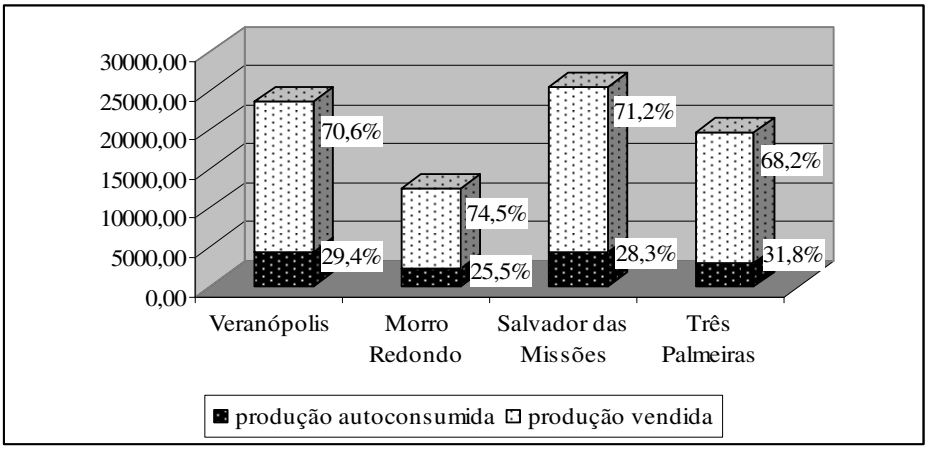


Figura 02: Proporção do Produto Bruto de Autoconsumo Total e de Venda (%) em relação ao Produto Bruto Total (R$), nos municípios pesquisados.
Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).

Além do acesso e da disponibilidade de alimentos, ao manter interna à família a atribuição de produzir a própria alimentação, assevera-se outros princípios da segurança alimentar como a adequação aos hábitos alimentares locais e a qualidade dos alimentos, este último frequentemente citado pelas famílias, sobretudo em Veranópolis, Salvador das Missões e Três Palmeiras. Em Morro Redondo esta preocupação foi percebida em menor intensidade, quiçá em decorrência da produção para o autoconsumo ser menos valorizada e do consumo mais freqüente de alimentos comprados.

Desfrutar de alimentos "sem venenos" e saber o que está consumindo são algumas das principais justificativas para a existência do autoconsumo nos estabelecimentos. Os alimentos comprados parecem não ser confiáveis quanto a este critério, mesmo adotando medidas profiláticas (lavar e descascar). Para garantir a qualidade e a sanidade, a produção destinada ao autoconsumo geralmente é isenta de agrotóxicos e outros produtos químicos e utiliza esterco animal, cinzas, restos de alimentos e outros materiais que não comprometem a salubridade. Além de fortalecer a

base endógena de recursos, este procedimento promove manejos mais sustentáveis através da utilização e reciclagem de recursos disponíveis localmente, sem agredir o meio ambiente, a capacidade futura de produção e consumo, e sem comprometer a condição socioeconômica da família, antes pelo contrário, fortalecendo-a ainda mais.

Em relação à diversidade cultural, o autoconsumo é uma forma de produção em consonância com as preferências alimentares, práticas de preparo e consumo das comunidades locais. Também serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos(as), em sinergia com as condições socioambientais e a própria história local. Como mencionaram Maluf, Menezes e Marques (2001, p. 18), "São estas tradições, peculiares a cada grupo social, que permitem às pessoas se reconhecerem como integrantes do mesmo tecido social."

É mister considerar que, geralmente, em termos quantitativos a produção para o autoconsumo não satisfaz de modo suficiente à demanda alimentar e, como apontou Norder (2004), pode ser deficiente em relação a determinados nutrientes, o que em parte decorre da sazonalidade, dificuldades de cultivo e aos próprios hábitos alimentares.[7] Todavia, o mesmo autor evidenciou que as famílias rurais que apresentam melhor adequação nutricional são aquelas cujos índices do autoconsumo são mais elevados. Em outros termos, ainda que esta produção possa não atender de modo suficiente o critério da qualidade nutricional, ratifica-se sua relevância para a segurança alimentar.

Deste modo, pode-se afirmar que a produção para o autoconsumo, em todos os universos sociais pesquisados (mesmo com as diferenças encontradas), é um importante componente para garantir a segurança alimentar das famílias rurais, e, por conseguinte a autonomia. Além de ter "pra comer", as unidades familiares têm a segurança de que "sempre tem em casa" (I 22, TP), "não precisa compra" (I 08, SM), e *a* "gente sabe o que come" (I 07, SM).

3.2 Autoconsumo e diversificação dos meios de vida

[7] Em relação à quantidade e qualidade nutricional, os dados coletados para este trabalho não fornecem informações suficientes para uma avaliação adequada. Os alimentos provenientes da horta, pomar e criação animal não foram contabilizados em quantidades, apenas em valores monetários.

> [...] se eu não colho de uma, eu colho de outra, porque perder tudo, se tu planta mais coisas, já é mais difícil, eu acho. (I 09, SM).

Segundo Ploeg (2006a), o regime sócio-técnico dominante, o mesmo preconizado na modernização da agricultura, torna o processo produtivo cada vez mais dependente do mercado, cada vez mais concentrado a um limitado número de agricultores, com custos de produção crescentes (necessidade constante de adotar e renovar tecnologias) e redução nas margens de lucro (por unidade de produto final, animal e hectare)[8]. Aumentar a escala e se especializar tornam-se um dos critérios para o desenvolvimento da agricultura. No entanto, especialização produtiva e vulnerabilidade são dois termos que constantemente caminham juntos. No caso da especialização e da mercantilização da agricultura, as famílias ficam expostas aos mercados e as relações por ele estabelecidas, e carecem de meios para se resguardarem.

Sentindo esta fragilidade, muitas unidades familiares têm procurado diversificar os meios de vida, ou seja, têm procurado desenvolver várias atividades e possuir múltiplos ativos[9] que lhes possibilitem sobreviver e melhorar o padrão de vida (Ellis, 1998; 2000). E produzir para o autoconsumo é uma destas atividades.

Em Salvador das Missões e Três Palmeiras, municípios cingidos pelo binômio soja-trigo, muitas famílias têm procurado diversificar a produção, retomar e intensificar a produção para autoconsumo. A diversificação e a produção para o autoconsumo, nestes casos, surgem como resposta a uma situação de crise e insegurança, como uma "necessidade e reação" conforme classifica Ellis (1998; 2000). Trata-se de estratégias que visam aumentar a autonomia e minimizar a vulnerabilidade advinda da mercantilização e externalização acentuada convivida nestas

---

[8] O aumento expressivo das despesas em relação ao valor da produção também pode ser denominado de "*squeeze* da agricultura" (Ploeg, 2006a). Segundo dados da pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003), o consumo intermediário (custos e despesas de produção) representou sobre o produto bruto total, no ano agrícola pesquisado, 31,78%, 40,04%, 43,62% e 46,68% respectivamente em Veranópolis, Morro Redondo, Salvador das Missões e Três Palmeiras. Significa que, em média, em torno de 40% de tudo que é produzido no estabelecimento fica comprometido com o pagamento de custos de produção e manutenção.

[9] Ativos são compreendidos como estoques de capitais usados para gerar meios de sobrevivência ou sustentar o bem estar. Estes são fundamentais para as unidades familiares diversificarem suas fontes de ingresso. Os capitais podem ser classificados em cinco tipos: natural (referente à base de recursos naturais disponíveis – água, terra, etc.); físico (bens gerados pelos processos de produção – ferramentas, máquinas, etc.); financeiro (estoque de dinheiro que pode ser acessado – poupança, crédito); humano (nível educacional e padrão de saúde) e; social (estrutura social e associações que o indivíduo participa e que lhe dá suporte) (Ellis, 2000).

regiões. Ademais, em anos recentes, estas regiões foram atingidas por intempéries climáticas (secas) que assolaram o Rio Grande do Sul, o que acentuou a vulnerabilidade social.

Mesmo que não monetária, o autoconsumo constitui uma importante fonte de renda, e, assim, auxilia na estabilidade socioeconômica das unidades familiares expostas às oscilações das culturas comerciais e falhas nas rendas, intensificando o controle sobre o processo produtivo. Segundo Leite (2004), a produção para o consumo familiar confere um efeito anticíclico, compensando as épocas de baixos rendimentos monetários nos estabelecimentos e as variações destes ao longo do ano, o que proporciona uma renda total mais constante. É, portanto, um importante "instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil" (Maluf; Menezes; Marques, 2001, p. 8).

Manter uma produção diversificada e garantir a produção para o consumo familiar também permite investir na propriedade. Trata-se, então, de uma estratégia de acumulação ou "de escolha e adaptação", como definiu Ellis (1998; 2000). Neste caso, organiza-se a propriedade de modo que uma fonte de renda, por exemplo a oriunda da produção leiteira, é destinada ao pagamento das despesas ordinais (energia elétrica, combustível, etc.); a produção para o autoconsumo faz frente às demandas alimentares da família; e com outra renda, derivada da produção de soja, outro exemplo, é possível investir na propriedade e acumular, comprar mais terras.[10] Deste modo, as necessidades da unidade familiar são contempladas e garante-se a autonomia.

Independente da diversificação resultar de uma "reação/necessidade" ou "escolha/adaptação", o autoconsumo é sempre uma estratégia importante, observada em todos os universos empíricos pesquisados, ora contribuindo para a estabilidade socioeconômica e

[10] O depoimento elucida o exposto: "As miudezas [autoconsumo], a gente não pode deixar de plantar. Olha que tem um custo pra comprar tudo. Que nem nossos vizinhos, produziram leite e disseram - com o leite eu compro isto, compro aquilo - não plantaram nem feijão mais pro gasto. Isto não tem, tu tira o leite, não te sobra nada. Assim não, tu tem o leite e todas as miudezas, sempre sobra um pouco do leite, senão não. A gente abastece trator, os carros, paga luz, tudo com o dinheiro do leite. Daí o dinheiro da lavoura vai pra investir: nós temos uma filha em Chapecó, demos casa; meu filho tem 21 anos, já tem 18 hectares de terra. (I 25, TP).

manutenção das unidades familiares, ora permitindo melhorias na qualidade de vida e infra-estruturas.

3.3 Autoconsumo e economização

> Pra mim é melhor produzir do que comprar. Porque a minha renda, às vezes, é só um salário da venda do leite, daí já tem a luz, água, as despesa da casa, às vezes tem um adubo, coisas pra comprar. Se eu começar comprar muita coisa pra comer, daí sobra pouco e, assim, às vezes me sobra a metade ou mais da renda do leite. Daí ali já dá um dinheiro que eu não preciso gastar. (I 23, TP)

Utiliza-se a expressão "economização", referida por Lovisolo (1989), para demonstrar mais uma função do autoconsumo e sua importância para a condição socioeconômica da agricultura familiar. Segundo o autor, este termo refere-se à forma de aproveitar o tempo e a força de trabalho ociosos do estabelecimento produzindo para o consumo familiar, e também ao fato de, ao produzir seus próprios alimentos, a unidade familiar deixa de gastar o equivalente com a compra dos mesmos nos mercados (Lovisolo, 1989).

Ambas as formas de economização foram evidenciadas nos universos empíricos e utilizadas como justificativas para existência do autoconsumo, especialmente a segunda. As famílias produzem para o consumo familiar porque "[...] a gente tem terra, tempo, tem tudo de sobra, então é só plantar, só ter vontade" (I 38, MR), e "[...] porque ir comprar é mais caro do que ir produzir." (I 32, V). Maximizam-se os recursos disponíveis da unidade familiar, sobretudo terra e força de trabalho, e ainda em uma produção que proporciona economia, evitando a compra de parte da alimentação necessária ao grupo familiar.

Economizando o valor equivalente à compra de alimentos, as unidades familiares podem utilizar este recurso para outras necessidades. Segundo Woortmann (1978, p. 114), "[...] realizando seu consumo alimentar em boa medida pela produção própria, o pequeno lavrador aumenta as possibilidades de realização, pela via do mercado, de outras fontes de consumo, não menos importantes para sua reprodução como ser social." O pagamento de muitas despesas (água, telefone, energia elétrica, etc.) ou até mesmo o acesso a outros alimentos poderia ficar comprometido ou

restrito, caso a unidade familiar tivesse que adquirir toda sua alimentação em mercados.

Na Tabela 03 evidencia-se que, em média, 28,88% do produto bruto total e 27,24% da renda total decorrem da produção para o autoconsumo, contribuindo significativamente para a condição econômica das famílias. Em Três Palmeiras e Morro Redondo, casos mais expressivos, as unidades familiares deixam de gastar, respectivamente, 38,34 % e 32,01% da renda total anual com a aquisição de alimentos nos mercados. A relevância do autoconsumo é acentuada se observado que a proporção desta produção no produto bruto total (31,80% e 25,50%, respectivamente) é inferior quando na renda total (38,34% e 32,01%, sucessivamente), onde estão descontados os custos de produção e somados as outras possíveis rendas. Em Salvador das Missões e Veranópolis, as porcentagens em relação à renda total anual são menores, resultado desta ser mais elevada comparativamente aos demais municípios (Tabela 01), fato que dilui a importância relativa do autoconsumo.

Tabela 03: Proporção do produto bruto de autoconsumo total sobre o produto bruto total, a renda total anual e o custo da cesta básica nos estabelecimentos pesquisados.

Município	Proporção do produto bruto do autoconsumo (%) sobre		
	produto bruto total anual	renda total anual	custo da cesta básica
Veranópolis	29,39	21,87	68,31
Morro Redondo	25,50	32,01	42,67
Salvador das Missões	28,82	16,73	69,09
Três Palmeiras	31,80	38,34	54,22
Total	28,88	27,24	58,33

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003); DIEESE (2006).

A Tabela 03 também permite comparar o valor monetário do produto bruto de autoconsumo total por consumidor[11] com custo médio da

[11] Uma unidade consumidor equivale a um indivíduo com idade superior a nove anos, e crianças até nove anos contabiliza meia unidade consumidor, segundo metodologia empregada por Tavares dos Santos (1984).

cesta básica no ano agrícola da pesquisa (R$ 132,21)[12]. Este procedimento possibilita confrontar a renda da produção "pro gasto" com o valor monetário necessário para alimentar um indivíduo em idade adulta, embora desconsiderando o balanço nutricional. Em Veranópolis e Salvador das Missões, onde o autoconsumo é uma estratégia mais valorizada pelas unidades familiares, este responde, aproximadamente, a 70% do custo da cesta básica. As unidades familiares deixaram de gastar em torno de R$ 90,00 por mês com alimentação. Morro Redondo e Três Palmeiras apresentam valores inferiores, 42,67% e 54,22% respectivamente, mas nem por isso menos importante. Não obstante as diferenças, percebe-se mais uma vez, nos quatro municípios investigados, o potencial do autoabastecimento alimentar para a autonomia da agricultura familiar.

Outra forma de demonstrar a importância socioeconômica do autoconsumo consiste em relacionar essa produção com uma linha de pobreza, como procederam Leite (2004), Norder (1998) e Hoffmann (1995). Esta linha de pobreza equivalente a ½ salário mínimo[13] *per capita*, contraposta ao rendimento líquido *per capita* (renda total) "com" e "sem" autoconsumo, determinará famílias abaixo da linha da pobreza (pobres) e famílias consideradas não-pobres. Conforme a Tabela 04, quando comparado o valor do salário mínimo com a renda total "sem" o autoconsumo, em média 23,5% dos estabelecimentos situam-se abaixo da linha da pobreza, considerados, portanto, pobres. Em Veranópolis é encontrado o menor número de estabelecimentos (6,8%) abaixo desta linha e em Três Palmeiras encontra-se o maior (37,3%), confluindo com a breve caracterização realizada anteriormente dos mesmos. Estes percentuais alteram-se quando se adiciona o valor do produto bruto de autoconsumo total. Respectivamente 22,0% e 15,5% dos estabelecimentos deixaram a linha da pobreza em Três Palmeiras e Salvador das Missões, casos mais emblemáticos, tendência esta também identificada nos trabalhos de Leite (2004) e Norder (1998).

[12] Tomou-se como referência o custo da cesta básica para a capital do Rio Grande do Sul, segundo valores divulgados pelo DIEESE. Deve-se considerar que o custo da cesta básica em Porto Alegre é um dos mais elevados do país, podendo subestimar o valor da produção para o autoconsumo. Outro fator que pode contribuir para a subestimação é o fato do autoconsumo estar sendo mensurado pelo preço de venda dos alimentos, enquanto a cesta básica considera os preços de compra.

Tabela 04: Nível de pobreza diferenciado pela presença do produto bruto de autoconsumo total nos estabelecimentos e nos municípios pesquisados.

Município	Nível de pobreza			
	sem autoconsumo		com autoconsumo	
	< 0,5 SMm*	> 0,5 SMm	< 0,5 SMm	> 0,5 SMm
Veranópolis	06,8	93,2	03,4	96,6
Morro Redondo	27,4	72,6	14,5	85,5
Salvador das Missões	22,4	77,6	06,9	93,1
Três Palmeiras	37,3	62,7	15,3	84,7
Total	23,5	76,5	10,1	89,9

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq (2003).
* SMm: salário mínimo.

Embora a problemática da pobreza não seja resolvida simplesmente aumentando alguns algarismos acima de uma linha imaginária, estes resultados apontam para a relevância do autoconsumo. Frequentemente esquecida nas estatísticas oficiais e nas políticas públicas, a produção "pro gasto" cumpre um importante papel no combate à pobreza. Produzir para consumo familiar é uma estratégia dos agricultores familiares para aumentar a qualidade de vida e a condição socioeconômica, estratégia que não está disponível para muitos outros segmentos sociais em situação de pobreza (Norder, 1998).

3.4 Autoconsumo e co-produção

[...] aqui tudo se aproveita (I 42, MR).

Segundo Ploeg (2006a), durante a segunda metade do século XX, a relação entre processo produtivo e ecossistemas foi desconectada. Homem e natureza se afastaram. Recursos antes derivados da natureza, reproduzidos e melhorados pelo processo de produção agrícola, foram crescentemente externalizados e substituídos por artefatos construídos e comercializados por agroindústrias, que cada vez mais prescrevem e

[13] No ano agrícola da pesquisa (set./ago.2002), o salário mínimo (SMm) nacional variou de R$

governam o processo produtivo. Ampliou-se o grau de mercantilização e emergiram novas relações de dependência. De encontro a este contexto, algumas iniciativas têm buscado a reconexão da agricultura com a natureza ou a co-produção (Ploeg, 2006).

Argumenta-se, nesta seção, que o autoconsumo é uma forma de produção que estabelece ou retoma esta co-produção, ou seja, utiliza os recursos disponíveis no estabelecimento e, ao mesmo tempo, os fortalece e recria para os ciclos futuros, contribuindo, assim, para a autonomia das unidades familiares.

Conforme Santos e Ferrante (2003), uma característica importante da produção vegetal para o autoconsumo é que ela geralmente utiliza resíduos da produção agrícola e animal (palhadas, estercos, etc.) e recursos oferecidos pelo próprio ambiente (fertilidade natural do solo, por exemplo), otimizando assim os recursos disponíveis no lote. Este aproveitamento dos recursos para a produção vegetal "pro gasto" também foi destacado por outros autores (Gazolla, 2004; Norder, 2004) e evidenciada empiricamente nos universos sociais pesquisados, conforme depoimento: "Tudo, esterco das vacas, o lixo caseiro, a erva-mate, os restinhos, tudo, ajunto num pote depois misturo com esterco e vai pra horta." (I 42, MR). Estas práticas são formas de renovação autônomas da fertilidade do solo e minimização da externalização do processo produtivo.

Se a criação animal (por meio do esterco) beneficia a produção vegetal, esta também contribui com aquela com a produção para autoconsumo "mais que o gasto" (Herédia, 1979) não vendida, que serve como fonte de alimentação. "O que sobra vai para as galinhas, pro porquinho." (I 09, SM). Os alimentos mais assíduos nesta função são: milho, mandioca, batata-doce, abóbora e cana-de-açúcar. Embora provavelmente não sejam suficientes, "as sobras" constituem uma importante fonte de alimentação para os animais e também servem para reduzir custos de produção. Este aproveitamento sistemático do subproduto da produção agrícola para a alimentação animal e vice-versa no caso do adubo orgânico, também foi denominado por Tepicht de autoconsumo intermediário (Garcia Jr., 1989; 1983).

Outros recursos locais importantes utilizados na produção para o autoconsumo referem-se às sementes e ao saber-fazer. As sementes geralmente são procedentes dos ciclos produtivos anteriores. Há o cuidado

---

180,00 para R$ 200,00, um valor médio ponderado de R$ 188,33.

de coletar, selecionar e armazenar as sementes das quais depende a produção futura. Segundo Herédia (1979, p. 58), "[...] os pequenos produtores preferem utilizar as sementes provenientes da própria colheita, não apenas pela economia que isto implica, mas também porque dessa forma têm certeza de haver realizado uma seleção cuidadosa das melhores."

Quanto ao saber-fazer, o autoconsumo é uma forma de produção que utiliza o conhecimento e a experiência acumulada ao longo de gerações. É um tipo de produção aprendido com o pai e mãe, "desde nova, de vê o pai e mãe trabalhar" (I 28, V), e com o grupo social pertencente. Há um "corpo do saber" que antecede a produção propriamente, como denominou Woortmann e Woortman (1997, p. 13). A posse deste "corpo do saber" é um dos fatores que permite que o atendimento das necessidades alimentares da família seja saciado em grande medida por ela mesma. Conhecer os potenciais e as limitações, como e quando plantar cada cultura são elementos que permitem à unidade familiar gerir e aproveitar melhor seus recursos.

Deste modo, e percebido de modo semelhante nos universos estudados, a produção para o autoconsumo mantém homem, natureza e trabalho conectados numa forma de co-produção. Utiliza-se os recursos materiais e sociais disponíveis localmente e, ao mesmo tempo, os reproduz, garantindo a existência de ciclos futuros e uma base de recursos autocontrolada, resultando, enfim, em maior controle sobre o processo (re)produtivo.

3.5 Autoconsumo e alternatividade

> Ovo, galinha, queijo, estas coisas, se sobra, a gente vende. Estes dias foi levado pra vender oito dúzias de ovos. Então a gente pega em troca, ali no mercado. A gente pega farinha em troca de ovos. (I 28, V)

O autoconsumo também confere autonomia pela marca da alternatividade (também denominada flexibilidade) presente nestes produtos. Para Herédia (1979) e Garcia Jr. (1983; 1989), esta é a característica que certos produtos apresentam de possibilitar tanto o consumo como a transformação destes em valores de troca, conforme a demanda da família, as condições de preço, perecibilidade, etc. Esta possibilidade proporciona maior autonomia à família, que pode utilizar

diferentes estratégias para enfrentar situações adversas ou apoderar-se de momentos propícios, sem comprometer a esfera da alimentação.

Esta flexibilidade entre consumir e vender também foi evidenciada empiricamente nos quatro municípios pesquisados. A produção para o autoconsumo, depois de satisfeitas as necessidades da família, também propicia ingresso financeiro pela venda das "sobras". Quando há esta produção "mais do que o gasto", "[...] daí vende. Ovo, queijo, carne, salame, estas coisas." (I 20, TP). "Ovo, dá umas quatorze dúzias por semana que eu levo pra vender, às vezes dá menos, às vezes dá mais. Daí tem bastante galinha. Vendo aí na vila, por tudo. Até ontem carneei mais uns pra entregar hoje." (I 23, TP). Geralmente quando a venda é realizada para pequenos estabelecimentos comerciais, o produto é pago com outras mercadorias. "A gente pega em troca ali no mercado. A gente pega farinha em troca dos ovos." (I 28, V). Não obstante se trate de vendas esporádicas, os recursos obtidos contribuem para a reprodução social da família.

Produtos com a marca da alternatividade também são cultivados com a finalidade de comercialização, mas atendem, ao mesmo tempo, o consumo familiar. Em Salvador das Missões, durante a pesquisa de campo (2006), estava em implementação um quiosque para a venda de produtos da agricultura familiar, envolvendo várias famílias. Este seria um caso emblemático para o exposto. Os produtos antes cultivados em pequenos espaços e apenas para o consumo familiar, passam a ocupar áreas maiores e cuidados necessários a produção de artigos que podem ter destinação comercial, contudo, sem prejudicar o consumo dos mesmos pela família.

Os parreirais e as "chácaras" de pêssego em Veranópolis e Morro Redondo, respectivamente, também são exemplos. Aliás, em Veranópolis todos os produtos comercializados apresentam esta característica. Em Salvador das Missões e Três Palmeiras, há o cultivo da soja, que segundo Woortmann (1978, p.12) "[...] retiraria da produção camponesa sua característica de alternatividade, [...] e colocaria o pequeno produtor na dependência total de um mercado que, com toda a probabilidade, se configuraria como de caráter monopsônico." Este é o cultivo mais freqüente entre estabelecimentos pesquisados, presente em 50 unidades familiares em Salvador das Missões (de 58 investigadas) e em 45 em Três Palmeiras (de 59 pesquisadas) (Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPel/CNPq, 2003). Em Morro Redondo, a produção de fumo tem sido bem assídua entre as unidades familiares. Soja e fumo são duas culturas que "não tem nada que come, se não vende, aquilo é perdido" (I 43, MR), ou seja, não são culturas

alternativas que apresentam a dupla finalidade, fragilizando, assim, a autonomia de decisão das unidades familiares.

Produzir produtos alternativos para o autoconsumo ou para a venda, constitui-se, então, num "mecanismo de defesa", conforme mencionou Herédia (1979). A característica da alternatividade, como destacou também Gazolla (2004), proporciona maior autonomia às unidades familiares, que podem acionar este mecanismo para atender o que Cândido (2001) nomeou de mínimo alimentar vital e ainda reverter a produção em recursos monetários, sem comprometer a segurança alimentar.

3.6 Autoconsumo e sociabilidade

> Verdura, se a gente não tem e o vizinho tem, a gente pega. Então quando a gente tem, devolve. Da carne, às vezes um mata um animal, então a gente pega um pedaço. Depois quando mata, devolve. Porco também. Eu sempre fiz assim. (I 27, V)

A produção para o autoconsumo também é um importante instrumento para a promoção da sociabilidade. Como observado por alguns autores (Menasche, 2007; Ramos, 2007; Cândido, 2001; Brandão, 1981) e, igualmente, nos universos sociais desta pesquisa, estes alimentos estão presentes em muitos momentos da vida social, como em encontros, festas, *filós* e ainda parte desta produção é destinada a trocas e/ou doações para vizinhos, parentes e amigos.

São comuns no meio rural os encontros de "Clube de Mães" e, nestes, as mulheres sempre "levam um pratinho" de comida – a "merenda". "Cada uma leva uma coisa e reparte lá para os outros, faz uma integração." (I 18, SM). Em Veranópolis, Salvador das Missões e Três Palmeiras a presença dos "Clube de Mães" foi confirmada, como também a importância dos alimentos característicos do autoconsumo na "merenda" (biscoitos e bolos caseiros, rapaduras, amendoins, etc.). Em Morro Redondo não existe os Clube de Mães, mas, de modo semelhante, há encontros promovidos pelo órgão de extensão rural em que, uma vez por mês, algumas famílias de uma comunidade ou "colônia" se reúnem.[14] Tal qual o Clube de Mães,

[14] Os homens reúnem-se para discutir assuntos ligados à atividade agrícola e as mulheres, em separado, aprendem novas receitas e discutem temas de suas escolhas.

em um determinado momento há uma confraternização, neste caso, oferecida pelo dono da casa. “Aonde é casa, aquela pessoa dá o café. (...) sempre aquelas coisas feitas em casa.” (I 38, MR). E a comida sela o encontro.

Similarmente ocorre com os “filós” ou “serões”. Típicos da cultura italiana e somente encontrados em Veranópolis, estes são encontros, visitas, que um parente, vizinho ou amigo faz a outro, sempre à noite, depois da janta. Em meio a conversas, “sempre tem salame, pão, pinhão no inverno, amendoim, pipoca, brodo (caldo de galinha)” (I 36, V), enfim algo para comer.

Quanto às trocas de alimentos, estas são usuais entre vizinhos e geralmente ocorrem assentadas na reciprocidade, onde há alguma garantia de retribuição: “A gente troca com aquele que tem. Que têm muitos espertos que não plantam porque não querem e depois vem buscar na horta, daí não. Eu primeiro era mais boba, agora não. Agora se a horta dela está vazia, não, nem da horta eu levo.” (I 40, MR). Implicitamente estabelece-se um acordo: “a gente dá alguma coisa, o vizinho retribui com outra.” (I 38, MR). Conforme já apontava Cândido (2001, p. 181), “[...] o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente.”

Se em tempos passados ou alhures, estas trocas possuíam uma utilidade prática[15] e serviam para complementar a dieta alimentar, para os universos estudados estas funções diminuíram suas relevâncias, permanecendo principalmente como um instrumento de sociabilidade e reciprocidade.

De modo geral, a importância da produção para o autoconsumo nas e as trocas foram percebidas em todos os municípios investigados, porém, de modo mais ameno, em Morro Redondo, onde talvez por conta da diminuição desta produção, o intercambio recíproco de alimentos entre vizinhos tenha arrefecido.

Enquanto as trocas de alimentos característicos do autoconsumo ocorrem principalmente entre vizinhos, as doações dão-se fundamentalmente para parentes e/ou festas de igreja da comunidade local.

[15] Por exemplo, quando não havia ainda geladeira e freezer, a família que abatia um animal repartia a carne com os vizinhos, como uma forma de aproveitar ao máximo o consumo desta antes que deteriorasse. Algum tempo depois, outra família abatia outro animal e procedia do mesmo modo. Também a troca de sementes, materiais de plantio e outros alimentos aumentam a diversidade genética, minimizando a influência de efeitos adversos, como observaram Marques *et al.* (2007) e Gazolla (2004).

Muitas unidades familiares possuem alguns de seus membros (comumente filhos/as) residindo nas cidades e são geralmente para estes, o destino dos alimentos. Alguns afirmam a realização do "rancho do mês" na casa dos pais, de onde se leva carnes de vários tipos, conservas, pães, massas, frutas, verduras, etc. "Nós damos pros filhos, olha é queijo, é ovo, é melado, açúcar mascavo, massa, capeleti, e tudo o que sobra mando tudo para os filhos." (I 29, V).

As doações de alimentos para festas ou alguma outra atividade da comunidade local foram evidenciadas nos quatro municípios. No entanto, de modo mais acentuado em Veranópolis, quiçá pela marcante religiosidade aí encontrada. De modo geral, estas doações podem ocorrer de dois modos. Um, as famílias doam alimentos prontos. Organiza-se a comunidade de modo que algumas famílias doam pães, outras cucas, pudins e até mesmo animais. Outro modo é quando as famílias doam ingredientes para a festa comunitária e alguns membros desta preparam a comida. Aqui, além de produtos característicos do autoconsumo, também são doados aqueles alimentos comprados.

Em termos gerais, a relação entre produção para o autoconsumo e sociabilidade foi percebida em todos os universos sociais pesquisados, com dessemelhanças tênues em suas manifestações. Malgrado estas diferenças, a função do autoconsumo enquanto "fulcro de sociabilidade" permanece. Por meio das trocas, doações, reuniões e encontros com presença de comida e alimentos característicos do autoconsumo, as famílias, mais que alimentos, socializam saberes, experiências e "favores". Renovam-se os sentimentos comunitários, afirma-se a inserção nesta e dá-se mais solidez a estrutura social, importante componente para a reprodução social e autonomia das unidades familiares.

3.7 Autoconsumo e Identidade

> [...] o que é um agricultor? Um produtor de alimentos. Se ele não planta pro próprio consumo dele, então não posso chamar de agricultor. É inconcebível que ele não tenha produção pra autoconsumo. (I 26, TP)

Embora a mercantilização da agricultura e todas as transformações decorrentes destas, a produção para autoconsumo continua sendo um componente relevante da identidade das unidades familiares de produção, do *ethos* de colono (Seyferth, 1991; Tedesco, 1999). Como identificado por

Seyferth (1991) e igualmente observado nos depoimentos, ser colono e produzir para o consumo familiar permanece indissociável: "se é colono tem que fazer isto ali" (I 20, TP). "Porque agricultor, que é agricultor e só planta pra vender e vende pra ir comprar ovos, leite e nata, tudo que come, eu acho que está errado." (I 09, SM).

Não produzir para o autoconsumo, além de fragilizar a reprodução social, compromete a identidade social de agricultor. Trata-se de algo vergonhoso, como demonstra o informante: "Comprar estas coisas é uma vergonha, o cara morar na agricultura e comprar." (I 23, TP). Mesmo aquelas unidades familiares que comparativamente produziram valores absolutos menores de autoconsumo, qualificam a não realização desta produção como indigno. Uma maior autonomia alimentar garante legitimidade perante aos demais. Como afirmava Brandão (1981), há orgulho entre as unidades familiares em demonstrar que grande parte do que consomem resulta do próprio esforço sobre a terra.

Quando argüidos da existência de alguma prioridade entre cultivos comerciais e cultivos para autoconsumo, a maioria das unidades familiares respondeu que produzem "[...] primeiro pro consumo. Primeiro fazer pra casa, se sobra vende" (I 22, TP), indo ao encontro da caracterização de colonos realizada por Seyferth (1991)[16]. De acordo com Brandão (1981) e observado empiricamente, é difícil alguma família reconhecer que planta prioritariamente para a venda, mesmo que a produção agrícola e comportamento da unidade familiar levariam a assim supor. Percebe-se mais uma vez que autoconsumo e identidade social caminham juntas.

Esta função do autoconsumo apresentou diferenças tênues entre os universos sociais pesquisados. Em Salvador das Missões expressou-se de forma mais acentuada, transparecendo constantemente nos depoimentos. A inexistência de produção para o consumo familiar é discriminada por todos. Isto talvez resulte da permanência marcante do repertório cultural, referente ao autoconsumo, ainda de colonos, e do trabalho desenvolvido pelos extensionistas da EMATER no fortalecimento desta produção. Morro Redondo foi o município onde este papel foi percebido em menor intensidade. A compra de alimentos neste município é mais freqüente e é interpretada como algo que não afeta a identidade social

[16] Segundo Seyferth (1991, p.38), a identidade de colono se caracteriza pelo "[...] trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade, etc."

de agricultor. Antes disso, é percebida como uma estratégia de maximização econômica em decorrência dos preços baixos dos alimentos no mercado. Nos demais municípios, esta função foi percebida somente quando solicitado e não de forma espontânea como ocorrido no primeiro.

Diferentemente das outras funções do autoconsumo que são fontes de produção de autonomia para a agricultura familiar, a identidade social é resultante desta, nomeadamente da autonomia alimentar. É garantindo a satisfação das necessidades alimentares (ou ao menos de parte) por meio do suor da própria família que a identidade de agricultor é mantida.

4. Considerações finais

A questão central que permeou este trabalho foi investigar os papéis que a produção para autoconsumo desempenha na agricultura familiar, tendo em vista a diversidade histórica, sócio-cultural e econômica desta. Para tanto, buscou-se a realização de um estudo comparativo que pudesse dar conta de várias dinâmicas de desenvolvimento desta categoria social e as suas interfaces com o autoabastecimento alimentar.

Observou-se que a produção para autoconsumo é uma forma de internalizar recursos e asseverar a segurança alimentar, diminuindo a exposição da reprodução social às relações do mercado; propicia a diversificação dos meios de vida, ampliando o leque de estratégias sob o qual está assentada a continuidade do grupo familiar e, assim, minimiza a vulnerabilidade; é uma forma de economização na medida em que otimiza a utilização dos fatores de produção (terra e força de trabalho) e dos recursos financeiros; restabelece a co-produção entre homem, natureza e trabalho, potencializando os recursos locais; possibilita atender a demanda alimentar e a realização de valores de troca em virtude da característica da alternatividade; alimenta relações de sociabilidade e reciprocidade contribuindo para a coesão da estrutura social e; fortalece a identidade social dos agricultores, conferindo legitimidade e reconhecimento perante os demais.

Todas estas funções foram encontradas nos universos sociais pesquisados, algumas com diferenças tênues e outras de forma mais expressiva em um determinado local. Em alguns, a preocupação com a

ingestão de alimentos sadios assume maior importância que em outros, e o mesmo ocorre com a orientação de internalizar recursos e tarefas, com a sociabilidade, a economização, etc. Em que pese estas diferenças, em todos os contextos sociais pesquisados, a produção para o autoconsumo é de suma relevância para a condição socioeconômica e autonomia das famílias rurais, principalmente daquelas situadas em contextos extremamente mercantilizados.

Estes resultados questionam o relativo esquecimento a que tem sido submetida a esfera da produção de alimentos para o consumo da própria família nas políticas de e para o desenvolvimento rural. É mister considerar que o fortalecimento da agricultura familiar demanda, além de políticas agrícolas que fomentam a produção de mercadorias, o fortalecimento e empoderamento da família, de sua cultura, das relações sociais estabelecidas por estas e da valorização do trabalho e produções invisíveis, como é o caso do autoconsumo.

Fortalecer a produção "pro gasto" na agricultura familiar é relevante não apenas por atender às necessidades alimentares das unidades familiares – o que poderia ser suprido também a partir de alimentos comprados –, mas pelo que representa em termos de garantia da segurança alimentar, de incremento na condição socioeconômica, da relação com a cultura, com a identidade social e a sociabilidade. Além de alimentar o corpo, estes produtos nutrem o (ser) agricultor, o (ser) vizinho, o (ser) parente, a sua condição social e autonomia.

5. Referências Bibliográficas

BRANDÃO, C.R. *Plantar, colher, comer:* um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito:* um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. 376 p.

CHAMBERS, R. Poverty and livelihoods: whose reality counts? *Environment and Urbanization.* v. 7, n. 1, p. 173-204, Apr. 1995.

CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina.* Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 1974. 342 p.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Cesta básica nacional.* 2002/2003. Disponível em: <http://www.dieese.org.br>. Acesso em: jun. 2006.

ELLIS, F. *Rural livelihoods and diversity in developing countries.* Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

_____. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, v. 35, n. 1, p 1-38, Oct. 1998.

FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser / RS. *FEE Dados*. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/ Acesso em jul./2006.

GARCIA JR., A.R. *O sul: caminho do roçado:* estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo/Brasília: Marco Zero/Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.

_____. *Terra de trabalho:* trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHNEIDER, S. (org.) *A diversidade da agricultura familiar.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 82-103.

GRISA, C. *A produção "pro gasto":* um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Série PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2007. 200 f.

HERÉDIA, B.M.A. *A morada da vida:* trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança e desnutrição no Brasil. *Estudo Avançados***,** São Paulo, v.9, n.24, p. 159-72, 1995.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia,* Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

LEITE, S.P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. In: BELIK, W. *Políticas de seguridad alimentaría y nutrición en América Latina.* São Paulo: Hucitec, 2004. p. 123-181.

LOVISOLO, H.R. *Terra, trabalho e capital:* produção familiar e acumulação. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989. 231 p.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; MARQUES, S.B. *Caderno 'segurança alimentar'*, 2001. Disponível em: <http//www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentação/tconferencias.html>, acessado em: jul. 2006.

MARQUES, F.C. *et al*. Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. In: MENASCHE, R. (Org.). *A agricultura familiar à mesa:* saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 154-176.

MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa:* saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

NORDER, L.A.C. *Políticas de assentamento e localidade:* os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. 2004. 313 p. Tese (Doutorado), Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

_____. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. *Cadernos de Debate,* São Paulo, v.6, p. 40-58, 1998.

PLOEG, J.D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.) *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. Agricultural production in crisis. In: CLOKE, P.; MARSDEN, T.; MOONEY, P. *Handbook of Rural Studies*. London: Thousand Oaks; New Delhi: Sage Publications, 2006a. p. 258-277.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) *Ecología, campesinato y historia.* España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-95.

_____. *Labor, markets, and agricultural production.* Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

RAMOS, M.O. *A "comida da roça" ontem e hoje:* um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultures de Maquiné (RS). Porto Alegre: Série

PGDR/UFRGS (dissertação de mestrado), 2007. 175 f.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil.* Pelotas, RS: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SACCO DOS ANJOS, F. *et al*. Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 42, 2004, Cuiabá, MT. Anais... Cuiabá, MT: SOBER, 2004.

SANTOS, I.P.; FERRANTE, V.L.S.B. *Da terra nua ao prato cheio:* produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara, SP: Fundação ITESP/UNIARA, 2003. 116 p.

SCHNEIDER, S. *A dinâmica local e territorial do desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul:* um estudo de caso no município de Veranópolis na Encosta Superior da Serra do Nordeste. Porto Alegre, 2002. 102 p. (Relatório de pesquisa).

SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J.M.; DIESEL, V.(Orgs.). *Desenvolvimento Rural* – Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2006.189 p.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). *Anuário Antropológico,* Rio de Janeiro, p. 31-63, 1991.

TAVARES dos SANTOS, J.V. *Colonos de vinho:* estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1984. 182 p.

TEDESCO, J.C. *Terra, trabalho e família:* racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

WOLF, E. *Sociedades camponesas.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 147 p.

WOORTMANN, E.F.; WOORTMANN, K. *O trabalho da terra:* a lógica e a simbólica da
lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 192 p.

WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. *Série antropologia,* Brasília, n. 20, 1978. 114 p.

IMPACTO DOS PROGRAMAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL EM COMUNIDADES RURAIS DE ARROIO GRANDE, RS

Cláudio Renê Garcia de Souza[1]
Flávio Sacco dos Anjos[2]

Resumo

O artigo analisa a experiência recente dos Programas governamentais de Eletrificação Rural no campo, tendo por base um estudo realizado junto ao município de Arroio Grande, no extremo sul do Rio Grande do Sul. A universalização do acesso à energia elétrica é vista como elemento fundamental para o desenvolvimento, tendo em vista não somente a questão do fomento às atividades agropecuárias, mas sobretudo em face das novas vocações que estão sendo atribuídas aos espaços rurais.

Palavras-chave: programas de eletrificação rural; energia elétrica; ruralidade, mundo rural

IMPACTS OF THE RURAL ELECTRIFICATION PROGRAMS OVER RURAL COMMUNITIES OF "ARROIO GRANDE", RS

[1] Engenheiro Agrícola, Mestre em Agronomia pelo PPG em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas.
[2] Agrônomo, Doutor em Sociologia, Docente Permanente junto ao Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas, Bolsista de Produtividade do CNPq. E-Mail: flaviosa@ufpel.edu.br

Abstract

The article analyzes the recent experience of the governmental Programs of Agricultural Electrification in the rural areas, having for base a study carried out in the count of Arroio Grande, in the south extremity of the Rio Grande Do Sul state. The universalization of the access to the electric energy is seen as basic element for the development, not only because the question of the promotion to the farming activities, but over all in face of the new vocations that are being attributed to the agricultural spaces.

Key-words: rural electrification programs; electric energy; rurality; rural world

1. Introdução

O descortinar do século XXI prenuncia os impactos da revolução tecnológica nos mais distintos âmbitos da existência humana. O avanço nas comunicações figuram em destaque, ao reduzir as distâncias que separam os mais recônditos lugares do planeta. Paradoxalmente, persistem ainda locais em que a energia elétrica ainda está longe de constituir-se em realidade, particularmente nos espaços rurais ou localidades não densamente urbanizadas.

No que se refere à infra-estrutura produtiva, é indiscutível que a questão energética tem um papel fundamental. A energia, em suas diferentes modalidades, além de imprescindível às atividades humanas, é um elemento indispensável ao processo de desenvolvimento. Segundo Streb et al. (2000, p.8), “o desenvolvimento futuro depende indubitavelmente de que se disponha de energia por muito tempo, e de fontes seguras, confiáveis e adequadas ao meio ambiente”.

O crescimento econômico dos últimos 200 anos, baseado no uso indiscriminado de combustíveis fósseis, é apontado como uma das principais causas do aumento do desequilíbrio ambiental, cujos custos e externalidades não têm sido plenamente contabilizados, não obstante o reconhecimento dos seus impactos. Os entraves burocráticos e os interesses econômicos são igualmente responsáveis pelo fato das fontes renováveis de energia terem sido sistematicamente desprestigiadas, ante o uso convencional de fontes fósseis, pois, em meio ao atual concerto de forças políticas, só são considerados os custos de implantação e geração médios, e não as externalidades. De acordo com Veiga (1994, p.17):

> [...] reduzir os desgastes ambientais a simples custos de reposição, ou tentar estimá-los por meio de preços fictícios que lhes atribuem as sondagens, equivale a deixar de lado o essencial, uma vez que se trata de estragos nos mecanismos que asseguram a reprodução da biosfera. O fim de uma floresta, de um mar, ou de uma espécie não é apenas o desaparecimento de um eventual valor mercantil, mas, sobretudo, o fim de determinadas funções em um meio natural.

Após a segunda guerra mundial, a maioria das sociedades, incluindo a brasileira, tem sofrido forte influência de uma "maneira de viver" , cujo parâmetro ou padrão de vida, assenta-se no consumo ilimitado de recursos naturais. Segundo Camargo (2003, p.78) :

> [...] os modelos copiados dos países industrializados destoam da realidade em que vive a maior parte da população que não possui renda suficiente para adquirir a maioria dos bens de consumo disponíveis no mercado, e privilegia políticas públicas inadequadas às condições e às necessidades internas.

De acordo com Rampazzo (1996, p.169), “os sinais de progresso foram acompanhados pela degradação ambiental e conseqüente diminuição da qualidade de vida”, considerando ainda que “a deteriorização ambiental e desenvolvimento estão entrelaçados, e, também, que esses problemas ameaçam o desenvolvimento humano a médio e longo prazo”. Nesse sentido:

Sob certos aspectos, é a espécie humana que está mais ameaçada, tanto pelo futuro que os homens são capazes de preparar para os outros homens, através do exercício do poder, da força e da dominação, como pelo fato de que, parasita da natureza, a espécie humana não conseguiria sobreviver sem sua anfitriã, o que obriga a buscar com ela uma relação simbiótica, em vez de continuar a explorá-la de modo predador, que chega a destruição. (Sachs, 1986, p.119-120)

Ao longo dos anos foi desenvolvida uma política energética que não leva em consideração os aspectos locais e regionais, trazendo consigo, como caminho inexorável, a via do desenvolvimento produtivista, sem atenção à complexidade que envolve esta questão. Além de vislumbrar a questão estratégica de desenvolvimento, as políticas públicas devem contemplar formas alternativas de energia e pesquisas sobre o uso de fontes renováveis e limpas, a fim de suprir as novas demandas sociais.

De acordo com Camargo (2003, p.87), “uma estratégia energética sustentável implica obrigatoriamente em efetiva disposição política do Estado para estabelecer e aplicar os instrumentos de gestão necessários”. O mercado, com suas regras e dinâmicas de operação, convencionalmente não demonstra interesse de atender às diretrizes básicas da sustentabilidade, como a eqüidade social na distribuição dos recursos e a adequação da produção e do consumo ao ritmo biológico dos ecossistemas. Entretanto, o Estado, mesmo dentro do modelo de desregulamentação vigente, pode atuar por meio de mecanismos legislativos e fiscais, estabelecendo normas e incentivos à produção e consumo de energia de um modo mais eficiente e equilibrado do ponto de vista social, econômico e político.

Segundo Santos, Mercedes e Sauer (1999), muito se têm observado, acerca da associação entre a melhoria da condição de vida de comunidades pobres e/ou isoladas e a disponibilização de energia, desde que desenvolvida no âmbito de ações multisetoriais integradas, as quais podem ser caracterizadas por aspectos envolvidos nas esferas política, econômica, social, técnica e ambiental. Nestas condições, os autores citados continuam afirmando que a energia permitiria, por exemplo, a agregação de valor à produção agrícola através da pré-industrialização, a possibilidade de funcionamento de escolas noturnas, a realização de atividades produtivas após o anoitecer, substituição do transporte animal ou humano de água e do consumo de água não potável por bombeamento para irrigação, além do aumento do conforto e bem-estar, dentre outros usos e finalidades. Porém, o atendimento dessas demandas depende de mecanismos que possam compensar a baixa atratividade financeira que apresentam, seja através de programas de descentralização de geração e/ou subsídios, seja mediante outros mecanismos.

O artigo em tela se propõe a realizar uma reflexão sobre o tema da eletrificação rural à luz de pesquisa recentemente concluída e vinculada à dissertação de mestrado defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Agronomia da UFPEL. O foco do estudo esteve orientado a abordar a situação dos projetos de eletrificação em Arroio Grande, no extremo sul do Rio Grande do Sul. Antes de entrar na discussão propriamente dita dos resultados obtidos com a realização de pesquisa, é mister apresentar alguns dados que retratam o contexto empírico dessa investigação, bem como uma contextualização sobre a questão da eletrificação rural no Brasil.

1.1 O município de Arroio Grande e o extremo sul gaúcho

Arroio Grande é um município com uma área total de 2.518,480 km2 e está situado na mesorregião que o IBGE define como Sudeste Rio-grandense. De acordo com o último Censo Demográfico (2000), possui 19.152 habitantes, dos quais 18,1% residem no perímetro rural.

Segundo dados do INCRA/SADE (2007), existem 757 estabelecimentos rurais em Arroio Grande, dos quais 63,1% são considerados familiares, os quais absorvem escassos 15,7% da área total e apenas 8,5% do valor bruto da produção agropecuária (VBP). Esses dados refletem o fato de que se trata de uma região marcada pelo peso da agricultura patronal, dedicada fundamentalmente ao cultivo do arroz irrigado e à pecuária extensiva, e que responde por 84,2% da área total e nada menos que 91,4% do VBP municipal.

Os últimos quinze anos são marcados pela crise na lavoura arrozeira, com um declínio pronunciado na riqueza municipal, cujo desdobramento recai no aprofundamento das desigualdades sociais. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2003), no período compreendido entre os dois últimos censos demográficos (1991 e 2000), o porcentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres dessa localidade passou de 21,1% para 18,9%, ao passo que a proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos passou de 61,7% para 65,1%. No mesmo período analisado, o índice de Gini, que já era alto, cresceu ainda mais, passando de 0,57 para 0,61.

Esse quadro reflete a escassez de alternativas econômicas, em que pese o fato das atividades agropecuárias, marcadas pelo peso da agricultura patronal, serem o esteio fundamental da economia municipal. A destruição de postos de trabalho e o alto grau de desemprego aparecem evidenciados no fato de que o porcentual da renda municipal proveniente dos rendimentos do trabalho passou de 82,36% em 1991 para 63,1% no ano 2000, segundo a mesma fonte (PNUD, 2003). No mesmo período analisado, Arroio Grande experimentou um crescimento no Índice de Desenvolvimento Humano, passando de 0,696 para 0,758. Entretanto, essa evolução se deu muito em função da melhoria da educação e não por conta dos demais indicadores (renda e longevidade).

Assim, no ano 2000 essa localidade se encontrava na posição 354 entre os 467 municípios gaúchos. Trata-se, portanto, de uma localidade que se ressente dos efeitos de um modelo econômico concentrador dos recursos produtivos e da estagnação das atividades sócio-produtivas.

Entre 1991 e 2000 a proporção de domicílios com energia elétrica passou de 89,58% para 96,99%, sendo os que não contam com esse recurso encontram-se fundamentalmente no perímetro rural, a exemplo de assentamentos de reforma agrária, recentemente surgidos no interior dessa localidade.

1.2 A eletrificação rural no Brasil: um breve resgate

A eletrificação rural se iniciou em São Paulo e sua aparição está ligada aos interesses da cafeicultura que prescindia deste e de outros investimentos, como a extensão da malha ferroviária e ampliação dos portos. Surgia assim, em 1923, no município de Batatais para operar equipamentos de um cafeicultor no beneficiamento de sua produção. Na ausência de legislação específica, os serviços de eletricidade, desde a geração até a distribuição, eram baseados em atos de concessão e em contratos firmado entre o concessionário e o poder público. A concessionária do município de Batatais, depois da crise de 1929 elevou a tarifa de energia dos clientes rurais. Em função disso houve uma ação judicial contra a empresa, baseada em lei de 1909 que protegia interesses de consumidores da zona urbana (JUCÁ, 1998).

Segundo Oliveira (2000, p.27), “este acontecimento colocou em pauta o confronto entre a eletrificação rural e a urbana, evidenciando a baixa atratividade da eletrificacão rural para as concessionárias, devido a uma relação custo-benefício desfavorável.” Tem início, nesse momento, uma discussão sobre a questão tarifária, fato que ocorre até os dias atuais, demonstrando que a eletrificação rural, para ser viabilizada, necessita de algum tipo de subsídio, diferenciando-se das demais classes de consumidores. Além disso, as distribuidoras privadas de energia limitavam seu atendimento ao segmento que apresentava retorno econômico satisfatório, atendendo, prioritariamente, aos consumidores dos grandes centros urbanos. Com isso a expansão da eletrificação rural ficava comprometida, especialmente pelo baixo índice de rentabilidade do negócio

Aproximadamente vinte anos após a o início da de eletrificação no Brasil, surgem as cooperativas de eletrificação rural, e que foram aos poucos expandindo-se no país, contando com a participação financeira dos governos estaduais e municipais. Existe um certo consenso no sentido de atribuir à forte tradição associativista dos imigrantes europeus radicados no interior do Rio Grande do Sul o grau de pioneirismo no desenvolvimento de iniciativas associativistas. A primeira cooperativa de eletrificação do país foi

a Cooperativa de Força e Luz, fundada em 02/04/1941, na localidade de Quatro Irmãos, município de Erechim, constituída por um grupo de 18 agricultores. O grande objetivo da maioria das cooperativas era o fornecimento de eletricidade a distritos e vilarejos, gerando a energia mediante o aproveitamento hidrelétrico via construção própria ou de pequenos geradores acionados por motores.

Em 1970 é criado o Grupo Executivo de Eletrificação Rural (GEER), subordinado ao INCRA, que movimentava os fundos do I Plano Nacional de Eletrificação Rural (I PNER), suprido com recursos provenientes do Fundo de Eletrificação Rural (FUER), instituído, nesta ocasião, através de um contrato de empréstimo celebrado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), considerado, segundo (Oliveira, 2000), a primeira iniciativa com intuito de alavancar a eletrificação rural no Brasil.

Mas o crescimento da eletrificação rural foi absolutamente desigual, em que pese o fato de que a expansão se deu fundamentalmente nos Estado do Sul, contribuindo para isso a existência de cooperativas já consolidadas e a existência de pequenas e médias propriedades com nível de renda compatível com os investimentos necessários para implantar novos projetos.

Na década de 1980 o setor elétrico foi bastante prejudicado devido às restrições financeiras no setor público, resultando na redução de investimentos. Consequentemente, os recursos destinados pelas concessionárias à eletrificação rural ficaram bastante limitados.

O “Programa Luz no Campo”, lançado em 1999, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, após um longo período sem uma política pública especificamente definida para este fim, constituiu-se na principal iniciativa do gênero no país, prevendo a eletrificação de um milhão de propriedades rurais em quatro anos. Subdividiu-se em um programa principal - o Programa Nacional de Eletrificação Rural (PER) - e dois subprogramas - fontes alternativas e eficiência energética nas instalações rurais. Os investimentos totais somaram R$ 3,2 bilhões.

A participação financeira das concessionárias nos projetos de eletrificação do Programa Luz no Campo (PLC) limitou-se a 10% do montante total do investimento. Dessa forma, uma grande parcela do investimento teria que ser arcada pelo próprio consumidor. Isto provocou o desinteresse de boa parte dos consumidores, inviabilizando a concretização dos planos apresentados pelas concessionárias ao PLC.

Segundo dados da ELETROBRÁS, até janeiro de 2004, foram executadas 634.594 ligações em todo o Brasil, distribuídos num universo de 3.711 municípios. Apesar de não alcançar a meta previamente estabelecida de 1.000.000 de ligações previstas para o ano de 2003, a magnitude desses números converteu o PLC, à época, no maior programa de eletrificação rural já desenvolvido no país.

O processo decisório dessas iniciativas esteve centrado na ótica da demanda, ou seja, na escolha das comunidades rurais com menor custo marginal de atendimento, dado que a eletrificação seria feita via expansão da rede. Dessa forma, a rede elétrica foi estendida sem que fosse feita a análise sob a ótica da oferta, isto é, sem considerar a escolha de alternativas energéticas de menor custo para o atendimento de cada comunidade, o que limitou o raio de abrangência desses programas (Pereira, 1998).

O impulso à eletrificação rural é retomado já no primeiro mandato do presidente Lula da Silva. Através de decreto nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, o governo federal instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, sinteticamente chamado de “Programa Luz para Todos”, através do qual estabelece como meta o fim da exclusão elétrica no país, tendo por objetivo levar este recurso para mais de 12 milhões de pessoas até o ano de 2008. O programa está orçado em R$ 7 bilhões e está sendo desencadeado sob a égide de parcerias com as distribuidoras de energia e os Governos Estaduais. O Governo Federal destina 5,3 bilhões ao programa, sendo o restante partilhado entre governos estaduais e agentes do setor.

O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente situadas nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e, sobretudo, entre as de mais baixa renda. Cerca de 90% delas têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. O objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico junto às comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A diferença em relação ao programa anterior está no caráter social dos investimentos que são cobertos pelo poder público, sem exigir contrapartidas das famílias beneficiárias.

2. Metodologia

O estudo toma como base a experiência recente de projetos de eletrificação levados a cabo no município de Arroio Grande, interior do Rio Grande do Sul, em propriedades que estavam sob a iminência de serem contempladas com o Programa Luz para Todos (doravante referido como PLT), traçando um paralelo com outras propriedades rurais que já se encontravam abastecidas pela energia elétrica por adesão a um programa similar.

O PLT é uma politica pública de universalização da energia elétrica, implantado em todo o país. Para os objetivos desse artigo importa refletir sobre o mesmo do ponto de vista do município de Arroio Grande, uma localidade situada no extremo sul gaúcho, que historicamente enfrenta-se a dificuldades em conceber um modelo de desenvolvimento alternativo à grande exploração e à grande lavoura.

Foi realizado a revisão bibliográfica a fim de dar sustentação teórica ao trabalho, bem como uma análise documental, visando resgatar, historicamente, as políticas públicas de eletrificação rural no Brasil e analisar o programa de eletrificação em estudo. Após procedeu-se, à montagem de um banco de dados sobre as condições sócío-econômicas do município de Arroio Grande, com vistas a desenvolver o cotejo dos dados secundários com as informações coletadas in loco.

O trabalho de campo foi executado mediante aplicação de questionários e entrevistas que foram realizadas com famílias rurais de Arroio Grande entre os meses de novembro de 2005 a fevereiro de 2006. Essas técnicas foram utilizadas visando atender aos objetivos da pesquisa. De acordo com Giddens (1989, p. 723), “o trabalho de campo é mais apropriado para estudo com aprofundamento da vida social”, pois conduz a informações com uma margem de confiança maior, proporcionando, dessa forma, “uma informação sobre a vida muito mais rica que a maioria dos restantes métodos de investigação” (Giddens,1989, p. 723).

A estratégia metodológica adotada para dar conta do problema de pesquisa envolve a comparação entre dois grandes grupos de famílias rurais. O primeiro deles é formado por 10 (dez) grupos domésticos que, por ocasião do trabalho de campo já se haviam vinculado a outros projetos de eletrificação rural. Nesse caso, buscou-se examinar as condições sociais de existência dessas famílias, examinando quais as mudanças advindas do acesso à energia elétrica, tanto do ponto de vista produtivo quanto no que

afeta à melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. O segundo grupo é formado igualmente por 10 (dez) famílias que objetivamente integraram-se ao PLT. Essa distinção deriva das características peculiares desse programa, se comparado com outras políticas e instrumentos de intervenção estatal adotados anteriormente. Buscou-se explorar quais as expectativas das pessoas, a partir do acesso à energia elétrica, em relação ao futuro, bem como analisar de que forma foi concebida essa política pública de universalização de energia elétrica em Arroio Grande.

As entrevistas e os questionários foram concebidos no sentido de confrontar as expectativas dos que ainda não haviam sido beneficiados pelo PLT com os que já usufruíam desse serviço, analisando que tipo de mudanças aconteceram em suas vidas após o momento em que passam a contar com a energia elétrica em seus estabelecimentos. Indagou-se também como as famílias tiveram conhecimento sobre o PLT e de como avaliam esse programa em lugar das iniciativas anteriores nesse âmbito.

3. Agricultura, ruralidade e desenvolvimento

As transformações que vêm ocorrendo na agricultura brasileira ao longo dos tempos são comparadas às ocorridas nos países capitalistas desenvolvidos, e segundo Buanain, Guanziroli e Romeiro (2000, p.2) apresentam-se da seguinte forma:

Nos anos 70, sustentava-se que a chamada “questão agrícola” havia sido superada pelo processo de modernização baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos; nos anos 80, sustentava-se que este processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros que a envolvem, formando o que foi chamado de “complexos agroindustriais”.

Dentro deste quadro analítico a reforma agrária é vista como anacrônica, desnecessária e insustentável. Para ser competitivo e sobreviver é preciso adotar um “pacote” tecnológico que exige elevados investimentos, bem como possuir uma área mínima relativamente grande ou ocupar um nicho de mercado, sobretudo pela integração ao complexo agro-alimentar.

Complementando, Pires (1999, p.153) afirma que "esse modelo produtivista era baseado numa forte interferência do Estado", que atuava, seja através da regulação da política de preços aos insumos e produtos, seja pela política de garantia de renda aos agricultores e subvenções às exportações. Entretanto, a produção agrícola foi se restringindo a um número cada vez menor de estabelecimentos e com um número cada vez mais reduzido de agricultores, no qual muitos dos processos na agricultura foram sendo mecanizados, e grande parte das tarefas simplificadas.

Paradoxalmente a crise desse modelo, apoiado, sobretudo, em tecnologias do padrão "revolução verde", é resultado da potencialização do uso dos fatores de produção (terra, capital e trabalho), cuja conseqüência essencial é a elevação crescente da produtividade de cultivos e criações. Alguns estudos (Sacco dos Anjos, 2003), ao referirem-se ao caso europeu, consideram tratar-se da crise do "excesso de êxito" que gerou um considerável volume de excedentes agrícolas, um elevado custo financeiro, bem como graves impactos ambientais. Esse quadro, guardadas as devidas proporções, identifica-se com o cenário atual da agropecuária brasileira, inclusive no que afeta à declinante capacidade de ocupação da força de trabalho no âmbito estrito da agricultura.

Esta redução drástica no trabalho estritamente agrícola se contrapõe ao aumento do trabalho rural não agrícola, sendo apontado como uma estratégia de sobrevivência para Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi (1996, p.36) pois "[...] a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda". Também para Abramovay (1992) o rural e, sobretudo, a agricultura familiar deve adotar novas estratégias de reprodução, pois passada a euforia do fordismo , a flexibilização também atinge a agricultura. Dentre os desdobramentos mais incisivos para este estrato da população rural, destaca: o êxodo agrícola (redução da população em atividades agrícolas), a diminuição da mão-de-obra contratada, o part-farming - agricultura em tempo parcial, ocorrendo a integração da atividade agrícola com outras atividades como o turismo, e a pluriatividade - a diversificação com objetivos menos produtivistas.

De acordo com Graziano et al (1996), as áreas rurais do Brasil atravessam transformações importantes com a emergência de novas funções ou papéis, crescentemente associados com atividades orientadas para o consumo e o setor de serviços, tais como, lazer, turismo, residência,

prestação de serviços, preservação do meio-ambiente, etc., em que pese o impacto considerável que estas alterações implicam sobre a paisagem rural e as representações que convencionalmente estavam a ela vinculadas.

Tais mudanças nesse cenário provocam alterações sócio-econômicas e ambientais, promovendo algumas expectativas no sentido de avançar na consolidação de um padrão de desenvolvimento mais sustentável. Entretanto, segundo para Carneiro (2000, p.122), "[...] o caráter inovador da estratégia do desenvolvimento local integrado reside na integração das oportunidades de trabalho e de renda não agrícolas ao fortalecimento da pequena agricultura familiar". Dessa forma, a agricultura apresenta-se como uma "peça" fundamental e não única, enquanto a diversificação das atividades econômicas no meio rural se firma como um fator determinante na permanência do agricultor no campo.

Segundo Pires (1999, p.155), a crise do modelo produtivista fez com que áreas rurais passassem a ser vistas tanto como áreas de produção quanto de consumo. Entretanto, segundo o mesmo autor, "apenas as atividades não agrícolas passaram a ter mais visibilidade e importância seja em nível de políticas públicas como nas formas de interpretação do rural." Porém, segundo Graziano da Silva (1996, p.2), também convivem neste espaço:

> [...] muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não-agrícolas; e ainda milhões de sem-sem, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não tem emprego, não tem casa, não tem saúde, não tem educação...

Pessoas estas desprovidas de uma política pública de inclusão, frutos de uma realidade que privilegia as grandes empresas em detrimento dos agricultores familiares. Consequentemente, muitas dessas famílias de pobres rurais moram em domicílios sem energia elétrica, água canalizada, nem esgoto. Destarte, segundo Graziano da Silva, esta situação não é uma particularidade do mundo rural, pois dos 4,3 milhões de famílias pobres residentes em áreas urbanas (pequenas e médias cidades), 70% também não possuem rede coletora de esgoto ou fossa séptica, quase 30% não têm água encanada, e cerca de 5% não dispõem de luz elétrica no domicílio. Completando a análise, Graziano da Silva (1996, p.3) afirma:

> Fica patente apenas a diferença entre rural e urbano no que diz respeito ao acesso à energia elétrica, que é um dos serviços básicos fundamentais hoje sem o quê fica difícil falar em modernidade. E não nos iludamos: o maior acesso das famílias urbanas pobres à energia elétrica deve-se aos "gatos" – ligações clandestinas às redes de energia elétrica secundária – o que não é possível na zona rural onde as linhas primárias tem voltagem muito superior.

Portanto, segundo o citado autor, "a conclusão é uma só: a origem do atraso e mais especificamente da violência é a pobreza, seja ela rural ou urbana". Diante desse cenário, faz-se necessário considerar as novas interpretações para o espaço rural, pois o rural foi permanentemente estudado pela exploração das suas diferenças em relação ao urbano, sendo o urbano eleito como a referência idealizada para o rural. Essa condição trouxe importantes implicações teóricas ao estudo do rural, pois este, invariavelmente passa a figurar como subalterno e residual ao urbano.

Parece claro que pelo senso comum o rural significa o oposto ao urbano, estando consequentemente ligado a uma imagem de tradição, de conservadorismo e de atraso cultural, econômico e social. Nesse sentido, segundo Carneiro (2000, p.6), "não seria excessivo reconhecer, que as abordagens convencionais partem de uma base comum, qual seja, a da identificação do rural à produção agrícola e do urbano ao trabalho industrial, comercial e de serviços." Conseqüentemente, este conjunto de idéias e valores tem se difundido na tentativa de impor, através da dominação, a transição da sociedade tradicional (rural) para a sociedade moderna (urbana), urbanizando o campo para superar o "atraso" do rural. Para Carneiro (2000, p.6):

> a Sociologia Rural, na sua constituição como disciplina específica, foi responsável pela reificação de uma imagem dicotômica da sociedade sustentada na oposição entre cidade e campo como dois universos substantivamente distintos que comportam, não raro, avaliações antitéticas sobre as condições de vida em um e em outro.

No Brasil, a retomada do tema do rural, surge associada a correntes distintas de pensamento. Como uma vertente, pode ser citado o debate promovido por Graziano da Silva sobre "o novo rural brasileiro". Esse autor faz a leitura do rural baseado na perspectiva do continuum e sustenta que a urbanização do campo é iminente e irreversível. Para

Graziano da Silva (1999, p.28) “já não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário” .

As afirmações são decorrentes de observações empíricas nas quais presenciou-se que o meio rural brasileiro, nas últimas décadas, sofre um processo de urbanização acelerada. Este é resultante do expressivo incremento das atividades industriais na agricultura que se integrou ao restante da economia, a ponto de não poderem mais ser diferenciados os setores de fornecimento de insumos ou de compra de produtos e matérias primas. Desta forma, sob a forte influência das atividades urbanas que se adentram ao rural, este espaço vem sofrendo expressivas transformações.

Observa-se no rural uma nova dinâmica em que se impõe um conjunto de atividades relacionadas com os novos e importantes tipos de ocupações não agrícolas. Segundo Graziano da Silva

> [...] o rural não mais pode ser pensado apenas como lugar produtor de mercadorias agrárias e ofertador de mão-de-obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando a gestão multi-propósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas. (1999, p. 28)

Outras vertentes que podemos destacar referem-se aos estudos sobre a nova ruralidade, como os de Maria José Carneiro e Flavio Sacco dos Anjos, ligados a temas de pesquisa que refletem dinâmicas sociais como a pluriatividade, reemergência de sociabilidades e identidades, os quais passam a questionar a idéia de submissão do rural às pressões do universo urbano e a papéis ou funções que convencionalmente se lhes foi atribuindo. Para Carneiro, ressaltam-se como uma modificação importante para o rural as novas dinâmicas que passaram a se estabelecer neste espaço. Entretanto, as transformações que vêm ocorrendo não necessariamente conduzem à urbanização fatalística do campo, pois, segundo essa autora,

> [...] ainda que os efeitos da expansão da racionalidade urbana sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo de trabalho e da produção capitalista intensificados pelos mecanismos da globalização, não possam de forma alguma, ser tratados com negligência, é precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência a transformação uniformizadora das condições da vida no campo (1998, p. 54).

Assim, ao invés de uma homogeneização que descaracterizaria as identidades sócio-culturais dos indivíduos, a aproximação realçaria as especificidades do rural, no sentido de uma reestruturação das identidades e um fortalecimento da ruralidade. Segundo Carneiro (1998, p.11):

> Esse "novo" do rural consistiria justamente na incorporação de outras ocupações que não as especificamente agrícolas aos espaços tidos como rurais. Em outros termos, a novidade do rural contemporâneo estaria na combinação, nos mesmos espaços, de atividades tidas até então como "típicas" do meio urbano, tais como as do setor de serviço, com as ocupações "características" do meio rural, ou seja, as agrícolas. Aqui, duas noções surgem como complementares à caracterização desse rural que se inova: a de continuum rural-urbano e a de pluriatividade.

Desta forma, o maior desafio "consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas protagonistas centrais da construção dos novos territórios." (Abramovay, 2000, p.98). Em relação a esse tema, cabe ressaltar a abordagem proposta por Amartya Sen, na qual o desenvolvimento pode ser visto como um processo de ampliação das capacidades dos indivíduos em fazerem suas próprias escolhas. Dentro deste enfoque, surpreende o fato de não associar indicadores que normalmente identificamos como referência para o dito desenvolvimento, como crescimento do produto nacional bruto, a industrialização, o avanço tecnológico, ou seja, fatores materiais que, dentro da racionalidade dominante, supostamente conduziriam a esse mesmo caminho. A base material do processo de desenvolvimento é absolutamente decisiva, mas deve ser encarada como um meio e não como um fim. Dentro desta perspectiva evidenciada por Sen (2000, p.18), considera-se que:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande numero de pessoas – talvez até mesmo à maioria.

Dessa forma, a análise de Sen (2000) resgata a importância intrínseca da liberdade, que passa a ser valorizada não só como um instrumento para o desenvolvimento (ou, na terminologia do autor, como uma liberdade instrumental), mas também como um fator de enriquecimento da vida humana. Com isto, define o papel constitutivo da liberdade, que passa a ser vista como parte integrante do processo de desenvolvimento. A relevância do papel instrumental da liberdade, na análise de Sen (2000), manifesta-se através do argumento de que a liberdade, além de ser o fim primordial do desenvolvimento, constitui também o principal meio para o desenvolvimento.

Neste contexto, a preocupação contemporânea com índices de desenvolvimento social vai muito além da capacidade produtiva de uma sociedade: a questão é saber se o aumento desta capacidade produtiva traz bem-estar. Mais que isso, trata-se de saber se ela melhora a qualidade da vida, a confiança das pessoas no futuro e, sobretudo, a possibilidade de levar adiante iniciativas pelas quais possam realizar seu potencial criativo e contribuir no sentido de aperfeiçoar os instrumentos de distribuição de renda, ascensão social e melhoria das condições sociais de existência da população. Essa ascensão social passa, inexoravelmente, pelo acesso à energia elétrica, especialmente numa localidade como Arroio Grande, que, como vimos na primeira secção desse artigo, vive os efeitos de um modelo de desenvolvimento atrelado à dinâmica da monocultura de arroz irrigado e da pecuária extensiva. A criação de projetos de reforma agrária e de assentamento de famílias rurais através de outros programas como o Banco da Terra podem gerar seus desdobramentos do ponto de vista político e social, tema que foge do escopo do presente trabalho. Entretanto, o que parece claro é que a busca por ampliar o leque de possibilidades econômicas e sociais passa, necessariamente, pela melhoria das infra-estruturas no espaço rural de Arroio Grande, seja para a implantação de atividades ancoradas na agricultura, seja para outras iniciativas de caráter não-agrícola nos termos que foram objeto de discussão na presente secção.

4. Perspectiva quanto à utilização da energia elétrica

Com o foco na questão do desenvolvimento, o itinerário adotado na pesquisa, em linhas gerais, tratou de explorar o que havia mudado na vida das famílias que haviam conseguido acessar a energia elétrica,

confrontando-as com as que ansiosamente aguardavam sua inclusão no mesmo programa. Para os efeitos desse artigo chamaremos ambos coletivos respectivamente de “primeiro grupo” e “segundo grupo”.

Com relação ao segundo grupo (os que aguardavam a chegada da energia por ocasião do trabalho de campo), 90% possuíam conhecimento superficial sobre o funcionamento do PLT, sendo essa informação alcançada através dos meios de comunicação (jornais, televisão e rádio), mas, sobretudo, pelo contato com as famílias do primeiro grupo. Sabiam também, que não haveria contrapartida financeira por parte do interessado, o que foi ressaltado por muitos, como o grande diferencial em relação a outros programas de eletrificação até então existentes, sendo esse um aspecto crucial para identificar o otimismo das famílias rurais.

A totalidade desse grupo já havia participado de outros projetos individualmente ou em grupos, ou ainda de programas de esfera estadual, municipal ou federal cujas expectativas foram obviamente frustradas até a chegada do PLT.

Conforme demonstra a Tab.1, verificamos que a expectativa do grupo era grande, pois muitos aguardavam há longos anos a chegada da energia elétrica na sua propriedade. O sentimento de frustração que haviam vivenciado se insere no contexto das representações negativas sobre o mundo rural que discutimos na secção precedente.

Tabela 1: Distribuição dos domicílios entrevistados segundo o tempo de espera para a chegada da energia elétrica

Tempo espera	Relativo da amostra (%)
Menos de 1 ano	0
De 1 a 3 anos	20
De 3 a 5 anos	20
De 5 a 10 anos	20
Mais de 10 anos	40
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Podemos verificar que para 60% desse coletivo, os indivíduos aguardavam a chegada da energia elétrica em suas propriedades há mais

de 5 anos e 40% aguardavam há mais de 10 anos, porém, mesmo esse tempo sendo considerado grande para um recurso tão essencial, e que certamente modificaria as condições de vida e de produção, eles não perdiam a esperança. Todos os indivíduos entrevistados acreditavam na conclusão do projeto, demonstrando que nem o fato de não terem sido contemplados com outros programas, nem o longo tempo de espera fizeram com que essas pessoas deixassem de acalentar boas expectativas.

Esse quadro pode ser compreendido também pelo baixo poder aquisitivo da população em questão, pois o programa representa, para 90% do grupo, a única forma de acesso à energia, devido à ausência de recursos financeiros que convencionalmente seriam requeridos para custear os investimentos relativos a promover a extensão de rede. Outro fato verificado foi o estimulo à permanência no campo que a chegada da energia elétrica representava para essas famílias rurais, vindo ao encontro de seus anseios mas prementes. Era esse, ao fim e ao cabo, um dos grandes objetivos que conferiam legitimidade ao Programa, qual seja, o de diminuir o êxodo rural.

Através dos dados da Tab.2 podemos comprovar a importância que a energia elétrica pode representar como um vetor fundamental para redução da migrações no sentido de dissuadir as pessoas de abandonarem o meio rural. O coletivo de famílias que “aguardavam a luz” manifestaram sua opinião nesse sentido. Através da Tab.2, vemos que 40% dos entrevistados disseram que migrariam para cidade, tendo em vista o conjunto de condições existentes em sua propriedade, em que pese a energia elétrica representar um fator determinante para sua fixação no espaço rural. O mesmo percentual, devido à forte ligação com o meio rural, e também com as condições de vida que julgam intransferíveis para a cidade (tranqüilidade, segurança, etc,), não migrariam e permaneceriam no campo. Os 20% restantes não souberam ou não quiseram responder.

Na amostra de domicílios investigados, tal como mencionado anteriormente, identificou-se um subgrupo que já possuía energia elétrica (o primeiro grupo), tendo em vista já ter sido beneficiado com o programa de eletrificação rural (Luz no campo) da Era Fernando Henrique Cardoso. Analisemos agora os dados relativos a esse coletivo. Em primeiro lugar, constatou-se, de forma cristalina, que a energia representou uma melhoria significativa na qualidade de vida da população, seja pela possibilidade de utilização de bens de consumo durável, como usufruir de televisão, rádio e banho quente (chuveiro elétrico), seja pela possibilidade da iluminação à

noite, ou mesmo devido à possibilidade de utilização de pequenos motores que auxiliam nos trabalhos dentro da propriedade, a exemplo dos conjuntos de motobombas. Com as reiteradas secas que vivenciam os agricultores e suas famílias, a possibilidade de instalar motores para bombear água com vistas a atender, pelo menos, o consumo doméstico é algo digno de nota.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados sobre a permanência no campo sem energia elétrica

Opinião dos entrevistados caso não contassem com o PLT	Relativo da amostra (%)
Permaneceriam no campo	40
Migrariam para cidade	40
Não sabem/não responderam	20
Total	100

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Verificou-se também que a carga levantada no momento da entrevista apresentava-se com uma configuração diferente da que havia sido projetada por ocasião da inclusão destes domicílios no programa Luz no Campo, cujas metas e compromissos eram agora ampliados no Programa Luz para Todos. Como mostram os dados da Tab.3, as entrevistas indicaram que a carga apresentada já não se restringia ao uso residencial, dado que 60% dos domicílios excediam ao consumo mensal de 100 kilowatts. Esse dado é importante na medida em que aponta para uma expansão do sistema e para a ampliação dos graus de liberdade com que contam as famílias no desenvolvimento de atividades produtivas e na qualidade de vida das pessoas que integram os grupos domésticos rurais entrevistados.

Com base na mesma fonte, vemos que 80% dos domicílios possuem um consumo médio maior que 80 Kwh/mês, patamar estabelecido pelo órgão regulador ANEEL para o benefício do baixo consumo, em residências monofásicas. Verificamos também que 60% dos domicílios possuem um consumo médio superior a 100Kw/h, demonstrando que os valores faturados pelas distribuidoras não são tão inexpressivos, quanto, a princípio, poder-se-ia supor, fato que põe por terra o mito estabelecido de

que o consumo de energia no meio rural é insignificante e, como tal, desinteressante do ponto de vista de engendrar novos investimentos.

Tabela 3. Consumo médio mensal das instalações entre os domicílios investigados

Consumo (kW)	Relativo da amostra (%)
De 60 a 80	20,0
De 80 a 100	20,0
De 100 a 120	20,0
Maior que 120	40,0
Total	100,0

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Detectou-se, outrossim, que a carga motora foi observada em 90% das propriedades, um índice bem representativo e que demonstra que mesmo não sendo considerado o objetivo principal da energia elétrica na propriedade, esta utilização desponta como um fator de estimulo à produção, seja ela de natureza agrícola ou não-agrícola, bem como à melhoria das condições de vida das pessoas residentes no espaço rural de Arroio Grande. Das cargas motoras levantadas, 60% destinavam-se a alimentar equipamentos que auxiliavam nos diversos processos de produção e 40% destinavam à alimentação de pequenas bombas para captação de água.

Os dados da Tab.4 mostram a diversidade de equipamentos que o acesso à energia elétrica proporcionou para pessoas, que até então, sentiam-se submetidas a uma condição que lhes impingia a marca da “não-cidadania” no sentido da restrição no acesso aos equipamentos essenciais para a ampliação de suas oportunidades.

Tabela 4. Levantamento da carga entre os domicílios pesquisados

Tipo de carga	Relativo da amostra (%)
Iluminação e tomadas	100
Chuveiro	100
Refrigerador	100
Liquidificador/batedeira/ventilador	50
Freezer	20
Ferro de passar	20
Televisor	100
Motor monofásico	90

Fonte: Pesquisa de campo (2006).

Este fato revelou uma realidade diferente no que diz respeito às perspectivas favoráveis que a chegada da energia elétrica promovia no imaginário do grupo de domicílios investigados, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da produção. Entre os domicílios investigados, 80% das pessoas atribuíam o principal objetivo da energia elétrica a obtenção de maior conforto e, consequentemente, a melhoria da qualidade de vida no campo. Apenas 20% dos entrevistados entendiam que o principal objetivo seria a diversificação e aumento da produção agropecuária.

Podemos ainda acrescentar que em 90% da população pesquisada, considerando os dois sub-grupos examinados, o programa de eletrificação representava a possibilidade de desenvolvimento local. Na fala dos entrevistados transparecia a esperança de que o acesso à energia elétrica poderia prenunciar, num futuro próximo, a existência de outros investimentos públicos em infra-estrutura como saneamento, água encanada e escolas para os jovens rurais. Para os autores que denunciam o viés urbano na alocação de recursos produtivos, trata-se de trabalhar no sentido de inverter a lógica perversa que remeteu às cidades brasileiras milhões de pessoas em busca de bem-estar e das estruturas de ascensão social.

5. Considerações finais

Um dos grandes desafios da sociedade atual é suprir a população com a energia necessária para o seu desenvolvimento e fazer com que este suprimento seja feito de forma sustentável, compatibilizando geração com a preservação do meio ambiente e com o atendimento às legítimas demandas da população rural. Neste contexto, a geração descentralizada de energia elétrica representa uma solução para o resgate de uma dívida social que o país contraiu com a população excluída do acesso a esse recurso, cuja maior parte se encontra nos espaços não-densamente urbanizados.

O uso de energias renováveis para geração descentralizada de energia elétrica, fora da rede, deve ser economicamente viável e simultaneamente contribuir para a universalização do acesso. Isto é muito importante, para que esse esforço incorpore as imensas possibilidades de atendimento através da geração distribuída a partir do uso de fontes renováveis. Para Hecktheuer (1997, p.18)

> [...] estes sistemas, por terem um custo inicial elevado, somente devem ser instalados quando o sistema convencional de eletrificação, através de redes de distribuição, não seja técnica e economicamente viável. Essa inviabilidade ocorre, na maioria dos casos, devido a grandes distâncias que algumas propriedades sem energia elétrica se encontram das redes de distribuição já existentes e à baixa densidade de propriedades no meio rural.

Apesar de ter como um dos itens da sua Política de Meio Ambiente contemplar a variável sócio-ambiental na definição de seus investimentos, o que ocorre na prática, é a deflagração do maior programa de eletrificação rural no Brasil, por parte do governo federal, através da ELETROBRÁS, sem contemplar, nas rubricas do financiamento, os custos ambientais correspondentes. Desta forma, é difícil distinguir a retórica oficial em relação à responsabilidade ambiental, tendo em vista o que efetivamente se conseguiu avançar nesse plano.

Considerando as informações levantadas, pode-se afirmar que diferentemente do que o programa aludia em termos dos critérios técnicos

para atendimento, no qual abria a possibilidade para utilização de sistemas de geração descentralizada com redes isoladas ou sistemas individuais, utilizando energias alternativas como a solar, biomassa e outras, principalmente em casos de comunidades isoladas ou de difícil acesso, verifica-se, destarte, o uso contínuo de extensões de rede convencional de energia como via única e exclusiva de atendimento a esses imperativos. Os projetos e obras do PLT são basicamente constituídos de extensões de rede, onde, na maioria dos casos, não são analisados: a sustentabilidade do local e os aspectos ambientais, contando, no projeto, com a menor distância entre dois pontos enquanto critério definidor de sua viabilidade técnica e econômica.

Esta concepção de eletrificação rural fica evidente ao verificarmos, que salvo casos específicos , do total de obras realizadas pelo PLT até o momento, 95% são representadas por extensão de rede convencional. A eletrificação rural há que ser vista mais além do retorno econômico imediato, privilegiando outros aspectos concernentes à natureza de uma política publica ancorada numa concepção de universalização da energia no meio rural. Para o busca do desenvolvimento sustentável, conforme prevê o programa, é necessário entender a pobreza como um fenômeno multidimensional e o papel do Estado no sentido de reverter o quadro de desigualdades.

Este tipo de desenvolvimento necessita um forte compromisso e ação social, através de um amplo conjunto de políticas públicas capazes de universalizar o acesso da população aos serviços de infra-estrutura, como abastecimento de água, saneamento básico e energia elétrica, no sentido da expansão das liberdades aludido por Sen (2000).

Parte-se aqui da premissa de que a eletrificação rural representa uma condição necessária para o desenvolvimento, mas não suficiente. Diversas experiências apontam que a eletrificação rural, por si só, atende as necessidades de consumo doméstico, gerando uma melhoria no bem-estar das famílias, assim como para o âmbito da produção no sentido amplo da palavra, sejam de caráter agrícola ou não-agrícola. Trata-se de advogar em favor de uma nova estratégia de intervenção do Estado que transcenda a visão assistencialista e compensatória, tendo em vista o esforço por articular a melhoria das condições de vida e o processo de desenvolvimento econômico, pois o espaço rural deve estar credenciado a receber políticas

que integrem e reconheçam aquele espaço não somente como um meio de produção agropecuária, mas como espaço de vida e trabalho.

Registra-se ainda em relação a este estudo de caso, o fato da energia representar tanto para aqueles que já possuíam energia, como para os que estavam na iminência de receber o programa, um fator determinante na melhoria da qualidade de vida, seja pela possibilidade ao acesso aos bens de consumo, como televisão, rádio e chuveiro elétrico, seja pela possibilidade da iluminação à noite, ou ainda pelo uso de pequenos motores que auxiliam no trabalho dentro do estabelecimento.

Tratando-se de uma região deprimida da geografia gaúcha, parece óbvio que o acesso à energia elétrica, por si só não é capaz de reverter o quadro de estagnação decorrente da escassez de alternativas econômicas, as quais se resumem à produção irrigada de arroz e à pecuária extensiva. Não obstante, toda e qualquer iniciativa destinada a subverter os mecanismos que aprofundam a estagnação passa, necessariamente, pela disponibilização de infra-estrutura básica de desenvolvimento, como é o caso da eletrificação rural.

A possibilidade de acesso à informação e a construção do pensamento crítico são elementos básicos para o pleno desenvolvimento da cidadania e da participação política da população. A eletrificação rural, neste contexto, contribui, de forma determinante, para o pleno desenvolvimento, pois o isolamento dos meios de comunicação e o desconhecimento das questões nacionais diminuem a possibilidade de uma participação política mais efetiva dessas populações nos processos decisórios. Destarte, a chegada da energia elétrica oportuniza um maior poder de escolha para os indivíduos, pois torna disponível um número maior de alternativas de geração de renda, de produção, de lazer e de consumo.

O estudo desenvolvido em Arroio Grande revelou que o processo de universalização no acesso à energia elétrica não pode ser medido simplesmente do ponto de vista do retorno econômico, posto que há outros aspectos de natureza simbólica que devem ser objeto de contabilização.

Nesse plano inclui-se a sensação experimentada pelas famílias, tanto as que já se encontravam conectadas à rede de energia elétrica quanto as que aguardavam a ligação por ocasião do trabalho de campo, no sentido do pertencimento à cidadania. São esses elementos que conferem legitimidade à lógica da universalização no acesso a bens e serviços

públicos em detrimento de outros critérios de avaliação de natureza técnica e/ou econômica.

6. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Campinas: Hucitec/ Anpocs, 1992. 275p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura, diferenciação social e desempenho econômico. Texto apresentado no Seminário Desafios da Pobreza Rural no Brasil, Rio de Janeiro, 30-31 de maio de 2000.

ANEEL. Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica - Resolução 456. 2000. p. 78

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE. Censo Demográfico – 2000. Rio de Janeiro, Brasil, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. SADE – Banco de dados da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sade/municipios.asp> Acesso em 07/11/2007.

BUAINAIN A M, , GUANZIROLI C e ROMEIRO A R. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural, 2000. p1-7

CAMARGO, A. L.B. Desenvolvimento Sustentável: Dimensões e Desafios. São Paulo: Editora Papirus, 2003. 160 p.

CARNEIRO, M. J. Política de Desenvolvimento e o “Novo Rural”. In: Campanhola, C. e Graziano da Silva, J. (eds.), O Novo Rural Brasileiro. Vol 4. Jaguariúna: Embrapa, 2000.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção.Anais. XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Natal(RN),1998.

GIDDENS, A. Sociologia. Madrid: Editora Cast. Alianza Editorial SA. 1989. p.711-741.

GUANZIROLI, C. et al. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 292p.

GRAZIANO DA SILVA, J.A. O Novo Rural Brasileiro, Vol. 2, Campinas: UNICAMP /Instituto de Economia, 1999. 156p.

GRAZIANO DA SILVA, J.A. O Novo Rural Brasileiro, Vol. 3 Campinas: UNICAMP /Instituto de Economia,1999. 218p.

GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira.In: In: Ianni, Octavio. (Org.). Brasil em artigos. São Paulo/SP: FSEADE, 1995, p. 197-222.

GRAZIANO DA SILVA, J. A et all. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: Caderno de Ciência e Tecnologia, vol. 19. Brasília, 1996. p. 36-67.

HECKTHEUER, L. A. Sistemas alternativos para a eletrificação de pequenas propriedades rurais do município de Canguçu, utilizando o potencial energético local. Dissertação de Mestrado, UFRGS, 1997.

JUCÁ, Anderson da S. Eletrificação Rural de Baixo Custo: norma técnica e vontade política. Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 1998.190p.

OLIVEIRA, L. Perspectivas para a Eletrificação Rural no Novo Cenário Econômico-Institucional do Setor Elétrico Brasileiro. Dissertação de Mestrado, UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

PNUD/IPEA. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília, DF: PNUD, 2003.

PEREIRA, Osvaldo L. S. Eletrificação Rural. In: Energia e Desenvolvimento Sustentável, IE/UFRJ, ELETROBRÁS, MME/DNDE. Julho de 1998, p. 89 - 96.

PIRES, J. C. L. A Regulação dos Setores de Infra- Estrutura no Brasil. In: A Economia Brasileira nos Anos 90. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, 1999. pp. 217-260.

PIRES, J. C. L. O Processo de Reformas do Setor Elétrico Brasileiro. In: Revista do BNDES, vol. 6, n.º 12, Rio de Janeiro, 1999. p. 137-168

RAMPAZZO, S. E. A questão ambiental no contexto do desenvolvimento econômico". In: Revista REDES, Santa Cruz do Sul: Unisc, vol.1, nº 2, dez. 1996.

RIBEIRO, F. S. Eletrificação Rural de Baixo Custo.Tese Doutorado. USP, São Paulo, 1993

ROSA, L.P.; TOLMASQUIM, M.T.; PIRES, J.C.L. A reforma do setor elétrico no Brasil e no mundo - uma visão crítica. Rio de Janeiro: Editora Relume - Dumará, 1998. 211p.

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

SACHS, I. Ecodesenvolvimento – Crescer sem destruir. São Paulo: Editora Vértice, 1986. 208 p.

SANTOS, R. R.; MERCEDES S. S.P.;SAUER I. L. A reestruturação do setor elétrico brasileiro e a universalização do acesso ao serviço de energia elétrica.In: Revista Brasileira de Energia, vol. 7, n° 2; SBPE; 2° sem, Araçatuba: Editora FAS, 1999.

SEN, A. K. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 384p.

STREB et al. Energia no meio rural: uma análise na perspectiva da sustentabilidade. In Anales del 3. Encontro de Energia no Meio Rural, 2000, Campinas (SP, Brasil). Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php□, Acesso em 11 set 2005.

VEIGA, J. E. Problemas da transição à agricultura sustentável. In: Estudos Econômicos, São Paulo, v. 24, n. especial, 1994. p. 9-29.

NOVAS IDENTIDADES, NOVOS TERRITÓRIOS – MOBILIZANDO OS RECURSOS CULTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

José Marcos Froehlich[1]
Heberton F. Inocêncio Alves[2]

Resumo

A tendência contemporânea de valorização das diversidades culturais e dos patrimônios naturais tem levado muitos lugares a optar por estratégias de desenvolvimento que resultam na criação ou reconstrução de sua própria identidade territorial. No caso de nove municípios da região central do Rio Grande do Sul, este tipo de estratégia resultou na construção social de um novo território e conseqüentemente de um novo espaço social de interação: a Quarta Colônia de Imigração Italiana. Este trabalho aborda tal processo através de uma perspectiva que enfatiza seus aspectos sócio-culturais. Culturais, na medida em que a construção de novas identidades e territórios passa pela ressignificação dos patrimônios cultural e natural. Sociais, na medida em que o surgimento de novos territórios possibilita e é possibilitado por novos modos de interação entre grupos e indivíduos.

Palavras-chave: identidade territorial; construção social; desenvolvimento territorial; redes sociais

[1] Professor Dr. do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria; E-Mail: jmfroe@smail.ufsm.br
[2] Antropólogo, MSc em Extensão Rural e Professor da Faculdade AGES/BA;

NEW IDENTITIES, NEW TERRITORIES - MOBILIZING CULURAL RESOURSES FOR THE TERRITORIAL DEVELOPMENT

Abstract

The contemporary trend of cultural diversity and natural patrimony appreciation has led many places to opt for development strategies that result in the establishment or the reconstruction of their own territorial identity. In the case of nine cities located in the central region of Rio Grande do Sul, this kind of strategy resulted in the social construction of a new territory and therefore a new social area of interaction: the Fourth Colonial of Italian Immigration. This paper addresses such process through a perspective that emphasizes their socio-cultural aspects. Cultural, to the extent that the construction of new identities and territories goes through the remeaning of cultural and natural patrimonies. Social, to the extent that the emergence of new territories enables and is enabled by new modes of interaction between groups and individuals.

Key-words territorial identity; social construction; territorial development; social networks

1. Introdução

Corre no tempo presente uma espécie de mutação cultural que tem produzido um prolífico discurso de valorização das diversidades culturais e da natureza. Sintomático dessa mudança é a difusão da retórica da sustentabilidade na mídia e nos meios acadêmicos, o surgimento de novas modalidades de turismo que enfatizam a cultura e a natureza dos lugares visitados, o consumo de bens culturais diferenciados e de mercadorias com qualidades especificas. Aproveitando os nichos de mercado e fontes de financiamentos abertos por esse tipo de tendência, algumas comunidades estão buscando aproveitar seus recursos naturais e culturais na tentativa de melhoria da sua qualidade de vida.

Este processo de mobilização e aproveitamento de recursos passa pela construção social das identidades locais e regionais, bem como pela valorização do seu patrimônio cultural e natural através de projetos de desenvolvimento. Tal reformulação das identidades e os novos tipos de redes sociais criadas através da mobilização demandada por estes projetos

E-Mail:inocenciofabricio@hotmail.com

de desenvolvimento acabam por resultar num novo tipo de territorialidade. No caso ora exposto, a reconstrução de uma identidade étnica, aliada a um projeto de desenvolvimento sustentável, o PRODESUS, em nove municípios da região central do Rio Grande do Sul, criou um novo espaço de interação social: "A Quarta Colônia de Imigração Italiana". Através de uma reflexão teórica apoiada na análise qualitativa de documentos, materiais de divulgação turística e de entrevistas realizadas, busca-se neste trabalho apresentar um pouco da historia da construção social deste novo território, bem como o modo como essa construção é transpassada por dinâmicas simbólicas e pela influência recíproca de instâncias locais com escalas sócio-culturais mais amplas.

2. Do contexto cultural contemporâneo

As discussões sobre a dinâmica e o alcance das transformações culturais contemporâneas são amplamente difundidas no Brasil e em diversas outras partes do mundo. Tal mudança de valores longe de ser hegemônica, representaria uma tendência. Gonçalves (2003), acredita que o esgotamento dos modelos tradicionais de crescimento econômico, somado à consciência dos limites físicos do meio ambiente e à necessidade da construção de sociedades mais justas, faria parte de um movimento cultural, de âmbito planetário, no sentido de um amplo questionamento sobre a produção, o consumo, a política e os modos de viver predominantes nas ultimas décadas. Nessa mudança se destaca a valorização das especificidades e diferenças culturais, bem como uma preocupação com o meio ambiente. As novas formas de turismo que buscam um contato mais íntimo com outras culturas e com a natureza e o recorrente discurso da sustentabilidade - que entre outras coisas privilegia a biodiversidade e a diversidade cultural - são expressões dessa tendência.

Serrano (2001) interpreta o interesse atual pelo meio ambiente como um desejo contemporâneo de 'retorno à natureza'. Desejo que se traduziria em buscas, como a obsessão pela proteção da natureza, a valorização e a tentativa de salvaguarda dos saberes de comunidades tradicionais. Para Rodrigues (1999), o fenômeno da globalização teria duas faces complementares que correspondem ao global e ao fragmento. O fortalecimento das diferenças, expressas pelo lugar, alimentaria assim o

global. Neste sentido, o turismo viveria das especificidades, uma vez que as pessoas se deslocam em busca do novo, do inusitado, da aventura, de um lugar, caracterizado pela sua força identitária.

Esta aludida preocupação ambiental contemporânea está a rebater nas possibilidades e formas como os espaços locais e rurais têm passado a ser construído socialmente. Este rebatimento é multiforme e capaz de imprimir, para além das chamadas novas funções não-agrícolas do rural, matizes renovados a categorias derivadas da própria dinâmica social do mundo rural, como a identidade coletiva e a sociabilidade local. As identidades sociais de grupos, quer catalizadas por variáveis territoriais, étnicas ou culturais, podem ser definidas como o resultado de um duplo processo, de afirmação versus distinção, que se vai forjando na base de relações de interdependência e dos círculos sociais que os indivíduos vão estabelecendo entre si nas situações cotidianas de suas vidas. Este duplo processo constrói-se em torno de práticas e sistemas de significações que, sendo partilhados por vários indivíduos, tende a constituí-los em grupos (Rodrigo, 1996). E a dinâmica destes processos de (re)construção das identidades sociais, na atualidade, constituem-se e afirmam-se progressivamente no âmbito de redes de sociabilidade.

Considerando os processos de globalização e de localização/regionalização em curso como não dicotômicos e indissociados, assoma que é a diversidade de lugares, regiões, paisagens, territórios, em suas dinâmicas; e a impulsão das demandas sociais que proporcionam uma realidade global fragmentada e com muitas possibilidades de articulações. Pulverizado por particularismos e singularidades, mas em conexão com o social mais amplo, o lugar recebe determinações externas e as combina às narrativas locais. Assim, as gestações de novas configurações sócio-espaciais são prenhes do mundo e do lugar. O lugar supõe o mundo que no primeiro se manifesta, pondo em movimento uma conexão dialética (Luchiari, 2000). Se antes as populações dos lugares tinham a sua percepção do espaço social limitado àquele necessário a sua própria reprodução, hoje, o mundo - as evoluções de uma ‘ordem’ internacional - se coloca também como referência incontornável.

Torna-se característica da contemporaneidade a capacidade de deslocar a moldura, de mover-se entre vários focos e escalas espaço-temporais, de lidar com um leque de material simbólico de onde várias identidades podem ser formadas e reformadas - construídas - em situações

diferentes. Os indivíduos, nas sociedades contemporâneas, não pertencem mais a um só código cultural homogêneo e, portanto, não têm mais uma única identidade distintiva e coerente. Há, com isso, o fim das monoidentidades e a possibilidade de construção de novas identidades a partir da coexistência - em um mesmo grupo e mesmo até em um único indivíduo - de vários códigos simbólicos. As identidades construídas e permeadas por essa lógica cultural contemporânea, que alguns chamam de pós-moderna, são híbridas, maleáveis e multiculturais (Canclini, 1995). E, como as possibilidades tecnológicas e sociais de nossa época possibilitam aos indivíduos e aos grupos intervir em escalas territoriais múltiplas, esta construção identitária acaba por internalizar muitas vezes também as contradições (ou os paradoxos) entre as diversas escalas de 'pertencimento'.

Contudo, é notável como tem havido uma extensão de repertórios culturais e o aumento dos recursos de vários grupos para criar novos modos simbólicos de afiliação e 'pertencimento', um esforço para retrabalhar e reformular o significado de signos existentes, e, em todo este processo, a dimensão espacial (local/regional) parece exercer um papel fundamental. Com a hiper-valorização pós-moderna do pluralismo e das diversidades, certas diferenças na qualidade dos lugares (da infra-estrutura ao clima social) passam a ser mais ou menos valorizadas entre potenciais investidores ou empreendedores, ocasionando competição entre aqueles que disputam recursos e buscam atraí-los para os seus respectivos espaços. Abre-se a possibilidade do aproveitamento das novas 'estruturas de oportunidades' promovidas pelo processo de globalização a partir das potencialidades específicas e interessantes que a escala regional/local pode apresentar em relação a outras escalas. Tal coloca como crucial a capacidade de concertamento e de ação autônoma por parte de atores regionais/locais, que devem estabelecer relações de competência e competição para mobilizar ou atrair recursos ou investimentos produtivos (não necessariamente industriais ou de ethos produtivista)(Yañez, 1998).

Hoje, já não seria mais possível pensar o mundo, os espaços locais, ou o espaço rural sem admitir que um mesmo espaço é sempre um espaço plural, onde há diferentes formas de se afiliar ou se identificar com um território (produção, emprego, patrimônio, residência, residência secundária, lazer e turismo etc.). Não há mais a superposição quase imutável de um grupo com um espaço, o que conforma o chamado

fenômeno da 'desterritorialização' ou 'deslocalização'. Todavia, este fenômeno não anula o espaço, antes instaura uma forma de concorrência entre espaços locais ou regionais que devem e se tornam jogadores dentro de uma série de jogos sócio-políticos e sócio-econômicos, fazendo valer suas potencialidades, em que as heranças ecológica, cultural, paisagística, social, ambiental acabam constituindo a diferença valorizada. E, embora estes processos toquem também ao urbano, às pequenas cidades, o mundo rural tornou-se predisposto atualmente a constituir o pólo do passado histórico, da herança, dos valores seguros, da sociabilidade convivial, em suma, a constituir o apoio dum imaginário e de práticas de relocalização (Mormont, 1996).

3. Quarta colônia: natureza e cultura na construção de uma identidade territorial

Na região central do Rio Grande do sul, pode-se apontar uma experiência importante no sentido do aproveitamento das novas estruturas de oportunidades promovidas pela globalização e tangenciadas pela lógica cultural contemporânea a partir das potencialidades específicas e interessantes que a escala local pode mobilizar. A experiência do PRODESUS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS) que reuniu em consórcio nove municípios da região central do estado do RS (Silveira Martins, São João do Polêsine, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno, Pinhal Grande, Dona Francisca, Restinga Seca e Agudo), desenvolveu-se, entre 1996 e 1998. Tal projeto abarcou atividades que envolveram cursos de formação em Educação Ambiental e Patrimonial, o resgate da memória cultural dos imigrantes italianos, técnicas e práticas de diversificação e reconversão produtiva para uma agricultura 'ecológica' e 'sustentável', e o estímulo à discussão e implementação do turismo rural, cultural e ecológico na região.

Na década de 1990, organismos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial, preocupados com a problemática ambiental, lançaram o programa de cooperação científica internacional *Man and Biosphere*-MAB, com o objetivo de coibir a deterioração sistemática de ecossistemas e recursos naturais singulares, reconhecendo tais áreas especialmente protegidas como 'Reservas da Biosfera'. Compondo uma rede internacional

de intercâmbio e cooperação científica e financeira, as ações das 'Reservas da Biosfera' objetivam, além do fomento e difusão do conhecimento científico, a conservação da biodiversidade e a educação ambiental, a promoção do desenvolvimento sustentado e da participação da população local na busca de soluções para os problemas de interação com seu meio ambiente. O programa MAB, através do Banco Mundial, disponibilizava recursos de financiamento a fundo perdido para projetos que preenchessem estes requisitos. Atendendo a solicitação oficial do governo brasileiro, o MAB-UNESCO declarou como "Reserva da Biosfera', entre 1991-1992, as partes mais significativas dos remanescentes da Mata Atlântica demarcadas no Brasil.

Aproveitando-se da oportunidade de financiamento a fundo perdido de projetos que tivessem como foco a questão ambiental e o 'desenvolvimento sustentável' e tendo a reconhecida 'Reserva da Biosfera' da Mata Atlântica em significativas parcelas de seus territórios, os referidos municípios formaram o CONDESUS - Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia - que buscou assessoria e parcerias técnicas, e elaborou e apresentou o PRODESUS aos órgãos avaliadores, obtendo o almejado financiamento para a proposta. Ressalta-se que a capacidade de concertamento e de ação autônoma por parte dos atores regionais/locais - no caso, os municípios e seus parceiros: UFSM, EMATER etc. - era um requisito para desatar o processo da experiência e sua consecução, até mesmo porque se estava a estabelecer relações de competência e competição (com outros projetos de outros espaços) para atrair os recursos necessários. E, para além das esferas institucionais, este concertamento envolveu também parte da sociedade civil organizada, como algumas associações de agricultores, escolas, círculos de pais e mestres, organizações não-governamentais. Em entrevista ao *Informativo PRODESUS*, de Novembro de 1997, a coordenadora do PED-RS (projetos de execução descentralizada) afirma que o programa buscava acompanhar, no que tange à política ambiental:

> O Estado do Rio Grande do Sul priorizou a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável à conservação ambiental dos Ecossistemas Costeiros, da Mata Atlântica e de seus Ecossistemas Associados, atribuindo-se relevância para os temas vinculados ao ecoturismo, preservação de comunidades tradicionais e agricultura sustentável, como temas de maior potencial para serem desenvolvidos

> nestas regiões.(...)O projeto baseia-se na integração das variáveis naturais e culturais, onde a educação ambiental desempenha o papel estruturador das diversas atividades. A participação da comunidade e a consolidação de sua organização para implementar as ações do projeto representam a garantia de sua continuidade em fase posterior ao aporte de recursos, ou seja, a garantia da sustentabilidade ambiental. (p.03)

Ao se analisar os depoimentos de dois participantes orgânicos do PRODESUS, que compuseram sua coordenação executiva, podemos verificar que as diretrizes expressadas acima parecem ter sido bem assimiladas no que se refere ao discurso sobre as premissas e estratégias de ação do projeto:

> O norte de todo o projeto é a busca do Desenvolvimento Sustentável e aí em cima disso várias diretrizes foram traçadas, basicamente 4 ou 5 diretrizes, né? Primeiro é trabalhar a Educação Patrimonial. (...) A outra é a do turismo, turismo no sentido amplo, turismo ecológico, rural, patrimonial, cultural, né? Enfim, buscar uma série de ações para desenvolver o turismo na região e evidente que o turismo está ligado a toda uma série de atividades, no caso a Educação Ambiental também. Depois, procurar incentivar, desenvolver estilos de agricultura ecológica, essa é uma das idéias principais, vários projetos, várias ações foram financiadas pelo PRODESUS visando introduzir nas comunidades rurais experiências de agricultura ecológica, visando a transformação da matriz produtiva tradicional baseada em todo o pacote da Revolução Verde, que ainda predominava na região, e permeando tudo isso, buscando uma visão mais global de toda a região, em termos do seu patrimônio natural. Por isso, foi criado uma linha de gerenciamento dos Recursos Naturais, procurando conhecer melhor nossa fauna e nossa flora da região, e criando um centro de referência para poder agrupar todas as informações que foram levantadas na região.
> *C. F. - Agrônomo; então Chefe do Escritório Regional da EMATER Depressão Central.*

> As premissas foram culturais, chamando a atenção para as referências culturais de base dessas pessoas, essa experiência acumulada que precisa ser revista, que precisa ser questionada, mas que precisa também ser valorizada e principalmente o seu lugar de inserção, as condições bio-regionais, como pensar no desenvolvimento levando em conta a interface ambiental, esse era o grande desafio do PRODESUS, ou seja, trabalhar as interfaces ambiental e a interface cultura, ou seja, as formas de atuar e

como essas formas tivessem menor impacto ambiental possível e pudéssemos agregar muito mais valor a um sistema produtivo muito mais articulado com essas questões culturais e ambientais *J. I. - Ex-Coordenador executivo do PRODESUS*

Tabela 01. Descrição e quantificação dos Resultados Específicos Alcançados pelo PRODESUS Quarta Colônia - 1998.

RESULTADOS ESPECÍFICOS ALCANÇADOS		
Descrição	Un.	Quantidade
-Área mapeada	Km^2	2.906,56
-Florestas inventariadas	Km^2	632,63
-Viveiros florestais qualificados	Un	07
-Viveiros criados	Un	02
-Árvores matrizes e produtoras de sementes identificadas e	Un	78
catalogadas	Un	23.000
-Mudas de espécies nativas adquiridas e plantadas	Un	200.000
-Mudas de espécies de rápido crescimento adquiridas e plantadas	Ha	50
-Áreas degradadas recuperadas	Ha	50
-Florestas degradadas enriquecidas	Un	23.000
-Mudas de erva-mate plantadas	Cx	630
-Colméias recebidas	Un	37
-Unidades demonstrativas de agricultura ecológica implantadas	Un	37
-Hortas ecológicas implantadas	Un	155
-Pomares ecológicos implantados	Un	12
-Hortas de essências aromáticas implantadas	Un	30
-Agroindústrias criadas	Un	226
-Tanques para criação de alevinos construídos	Un	580.000
-Alevinos de jundiá adquiridos	Un	18
-Roteiros de turismo rural, cultural e ecológico implantados	Un	18
-Guias formados em turismo regional	Un	25.000
-Folders turísticos confeccionados	Un	166
-Placas de sinalização turística colocadas	Un	7.500
-Kits com 10 cartões-postais confeccionados	Un	100
-Reuniões de formação e informação com as comunidades	Un	70
-Reuniões técnicas -Cursos de formação em agricultura ecológica	Un	01
-Viagens de estudos	Un	70
-Seminários regionais	Un	05
-Cartilhas de educação patrimonial e ambiental confeccionadas	Un	2.000
-Cartilhas de agricultura ecológica e fruticultura ecológica	Un	2.200
-Cartilhas de essências aromáticas confeccionadas	Un	3.000
-Vídeo de educação ambiental produzido	Un	01
-Exemplares de 12 informativos tamanho tablóide e 3 cadernos de	Un	120.000
24 páginas produzidos		40
-Programas radiofônicos semanais produzidos		

O exame do *Relatório de Atividades*,[3] em sua versão final, apresenta no item "Resultados Específicos Alcançados" um balanço quantitativo que demonstra bem o alcance do PRODESUS em termos regionais e dá uma idéia aproximada de seu espectro de ações.

Agrega-se, ainda, em termos de extensão quantitativa do projeto, os seguintes dados apontados pelo referido relatório: 900 famílias foram beneficiadas, estima-se que 5.500 pessoas foram envolvidas, 3.000 alunos foram contemplados com programas de educação ambiental, tudo isso com um valor total orçado em R$923.000,00.

Os programas de Educação Ambiental e Patrimonial constituíram-se na base para a criação do programa PED-RS na região da Quarta Colônia. A experiência nessa área e o bem sucedido trabalho desenvolvido pelo conjunto de escolas municipais e estaduais dos nove municípios do PRODESUS foram, inclusive, premiados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. O resgate do patrimônio histórico e cultural da região tentou levar em conta a sua articulação com o ambiental, através da composição paisagística, que está explicita nas imagens de alguns dos cartões postais feitos para a divulgação do projeto.

No eixo do turismo, foram desenvolvidas ações pontuais, porém básicas para a animação da região a partir da afirmação das suas potencialidades culturais e ambientais. Neste sentido, foram formados 18 guias de 'Turismo Regional', para fazer frente a uma carência de pessoal com formação técnica para atender aos roteiros turísticos que se planejava criar. Do mesmo modo, foram efetivamente criados, demarcados, sinalizados e divulgados, com folhetaria específica, também 18 roteiros (dois em cada município do PRODESUS), que buscaram integrar a região dentro de suas mais marcantes características e atrair maior fluxo turístico.

[3] PRODESUS/CONDESUS – Quarta Colônia. *Relatório de atividades – Programa PED-RS.* Faxinal do Soturno: CONDESUS, 1998.

Tabela 02. Alguns dos Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico implantados pelo PRODESUS Quarta Colônia.

Roteiro 1 - Cascata e Gruta do índio - Município: Agudo Percurso: 62 Km - 4 horas - acesso fácil de carro por estrada trafegável. Descrição: visita à cascata do Raddatz, mata nativa, contato com a comunidade, descida por degrau para avistar a queda d'água de 32 m. de altura. Visita à Gruta do índio com vestígios da vida dos índios que habitavam a região. Estacionamento para ônibus e veículos de passeio. Pode-se aproveitar para visitar o Museu do Instituto Cultural Brasileiro-Alemão.
Roteiro 7 - Cerro Comprido - Município: Faxinal do Soturno Percurso: 18 Km - dia inteiro - nível alto Descrição: caminhada pela trilha do Cerro (subida de 3 horas), entre as cadeias de morros que fazem parte da Serra Geral, com vista panorâmica do Vale do Soturno, Várzea do Rio Jacuí e Vale do Novo Treviso. Após, descida à localidade de Novo Treviso, núcleo histórico que recebeu os primeiros imigrantes italianos de Faxinal do Soturno, com elementos típicos da arquitetura italiana do RS. Pode-se visitar a Igreja de São Marcos, o Museu de Novo Treviso e aproveitar o almoço típico.
Roteiro 10 - Vale Vêneto - Município: São João do Polêsine Percurso: 40 Km - nível fácil Descrição: visita ao local onde nasceu o diácono João Pozzobon, Igreja de São Pedro e passeio ao distrito de Vale Vêneto, incrustado entre morros, com visita ao Moinho do Brondani, Recanto do Maestro e Balneário Dom Vitório.
Roteiro 13 - Berço da Quarta Colônia - Município: Silveira Martins Percurso: 8 horas - nível médio Descrição: saída de Santa Maria e passagem pelo monumento do Sol. Visita ao Moinho Colonial da Família Moro, onde se pode saborear uma boa cachaça ou suco de cana. Visita à Val Feltrina de carro e caminhada pelo interior da mata, podendo-se visitar as cascatas do Mezzomo e do Rosa, chegando ao conjunto histórico da Pompéia, ao monumento ao imigrante italiano e ao sítio histórico de Val de Buia. Almoço típico italiano.
Roteiro 15 - Roteiro dos Alemães - Município: Restinga Seca Percurso: 60 Km - 8 horas Descrição: Igreja Evangélica, Casa da Família Erahdt, antigo armazém, Salão Rockembach, Casa Prochnow, São Miguel Velho (vila de ex-escravos) e Mirante da Lomba Alta com vista panorâmica da cidade. Almoço e roteiro urbano com visita ao Buraco Fundo, fenda geológica de 2 mil m^2 e Cabanha Campo Novo.

Fonte: Folders turísticos "Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico da Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS" (PRODESUS-1997) e "Caminhos Verdes do Rio Grande - Corredores de Ecoturismo da Região Central" (Secretaria de Turismo do RS-1997).

Denota-se, na análise dos referidos 'Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico', o forte entrelaçamento de espaços rurais e urbanos e a eclética composição do chamado 'produto turístico', como bem ilustra o título dos roteiros, pois as atrações se misturam numa verdadeira miscelânea de variáveis geo-ecológicas e etno-culturais. Nesta mescla turística, o rural é, ao mesmo tempo, paisagem, pano de fundo e também história do modo de vida e trabalho dos colonizadores e atuais habitantes daquele espaço. Este entrelaçamento do rural com o urbano promovido pelos 'Roteiros Integrados...' toma mais acento ainda pelo fato dos núcleos urbanos da maioria dos municípios participantes do PRODESUS ser de pequena magnitude, conformando o que se poderia chamar de municípios rurais (Wanderley, 1997), onde o ambiente construído - a cidade - e o ambiente natural - o rural - não se apresentam tão demarcados. E esta característica sócio-espacial não deixou de ser utilizada pelo Programa, sobrevalorando a dimensão estética desta peculiar composição paisagística como atração turística, captando e difundindo sua imagem enquanto cartão-postal.

Notabilizam-se os 'Roteiros', ainda, pela ênfase, em termos ambientais, na propagada biodiversidade da Mata Atlântica remanescente na região e no relevo acidentado donde despontam muitas cascatas e quedas d'água. Em termos etno-culturais, destaca-se a religiosidade acentuada dos imigrantes italianos (as muitas igrejas constantes nos roteiros é um aspecto sintomático neste sentido), a arquitetura colonial e os hábitos e costumes herdados (a gastronomia -'almoços típicos' - o trabalho e a produção - o vinho, o alambique, o moinho). Além da divulgação dos 'Roteiros', esta ênfase fica bem ilustrada também nas imagens mostradas pelos cartões-postais produzidos pelo PRODESUS Quarta Colônia.

Percebe-se que muito do que antes eram apenas aspectos rotineiros como as práticas religiosas, a paisagem arquitetônica, os hábitos alimentares e práticas produtivas são agora ressaltados como bens culturais. Mesmo costumes que num passado recente eram vistos como sinônimos de atraso, conservadorismo ou falta de tecnologia passam a ser símbolos de uma cultura diferenciada. Um exemplo é a venda do vinho colonial, que até bem pouco tempo era visto como uma bebida de baixa qualidade e que agora se torna um símbolo da produção agroindustrial da região. Nesse sentido, pode-se dizer que uma mudança de valores da

sociedade mais ampla sobre os bens de consumo influi no modo como as localidades encaram seus próprios bens culturais.

A produção dos kits de cartões-postais pelo PRODESUS Quarta Colônia, constituiu-se numa estratégia de marketing que visava inserir a região no mercado de atração turística, estratégia que se utilizou da grande importância que a dimensão estética tem contemporaneamente. No caso, o foco utilizado foi a valorização estética da paisagem natural aliada à arquitetônica - numa conjugação do que é considerado patrimônio natural (a Mata Atlântica) e patrimônio cultural/histórico (arquitetura colonial italiana, artefatos de trabalho e produção etc.). Ressalta-se aqui a construção do consumo visual - via cartões-postais - onde há a tentativa de cristalização da atração (turística) pela condução do olhar para pontos que são considerados dignos de serem observados e valorizados. Implica, portanto, uma seleção prévia que condiciona, de algum modo, a experiência do observador/turista, não sendo este um ato inteiramente livre a ser vivenciado de maneira espontânea pelo sujeito observador (Luchiari, 2000; Urry, 1996).

A ênfase dada pelo PRODESUS à exploração turística do relevo acidentado da região via cascatas e quedas d'água, para além da beleza cênica e paisagística que as mesmas inspiram e são demandadas, vincula-se também a uma tentativa de forjar uma alternativa a mais de renda e inserção econômica para aqueles agricultores e proprietários rurais cuja parcela de terra é predominantemente de encosta. Tais parcelas foram, historicamente, entraves ao desenvolvimento de uma agricultura convencional, seja nos moldes de exploração do sistema agrícola colonial-policultor - agricultura tradicional - seja no sistema difundido pela modernização da agricultura -mecanizado, quimificado e monocultor intensivo. Estas terras 'dobradas', com cascatas e mata nativa, poderiam agora, na ótica do PRODESUS, ser alvo de exploração turística e de sistemas agro-silvo-pastoris, tentando aliar incremento de renda com conservação ambiental.

> Pra mim, o PRODESUS é um processo que tem como objetivo trabalhar alternativas sócio-econômicas que resgatem aspectos culturais. (...) Então, ele possibilitou que nós criássemos mecanismos de desenvolvimento rural que tomassem em conta o homem da encosta, que é o homem mais penado do ponto de vista do sistema produtivo tradicional, porque ele não tem terra, ele tem mato, ele precisa aliar desenvolvimento com conservação.
> *J. I. - Ex-Coordenador Executivo do PRODESUS*

O agricultor V. M., 49 anos, morador de Val Feltrina, em Silveira Martins, é um exemplo deste proprietário de encosta que resolveu aproveitar o PRODESUS para diversificar as fontes de renda de sua propriedade. Em 1996, V. M., dono de uma propriedade rural com 48 hectares, utilizava para a agricultura somente 3 hectares por causa de sua localização em terreno acidentado na encosta do morro, o que lhe rendia apenas cerca de um salário mínimo por mês. A participação de V.M. no PRODESUS possibilitou a utilização de parte da área imprópria para a agricultura anual intensiva no programa de fruticultura ecológica e sua inclusão nos 'Roteiros Integrados de Turismo Rural, Cultural e Ecológico'(ver Roteiro 13 - tabela 02), pois possui em sua propriedade duas cascatas de mais de 20 metros de altura. Tais cascatas, embora já fossem bastante conhecidas e procuradas por excursionistas urbanos, especialmente no verão, tiveram um considerável incremento de procura e visitação a partir de sua inclusão no Roteiro Berço da Quarta Colônia. É pertinente salientar que, agora, V. M. cobra R$1,00 por visitante para o usufruto balneário ou mesmo contemplativo de suas relíquias naturais.

Aspectos naturais como vegetação e topografia tem sua influencia na vida cotidiana mediada pela esfera da cultura, pois um mesmo relevo acidentado que antes era encarado apenas como um empecilho ao desenvolvimento agrícola é agora visto como um atrativo turístico, devido à diferença climática e as quedas d'água proporcionadas pela amplitude topográfica. Mesmo as matas que, antes eram sinônimo de uma "terra não trabalhada" agora são consideradas como um patrimônio natural. Dessa forma, pode-se dizer que o meio natural não é determinante nas formas de desenvolvimento, mas sim a lógica cultural pela qual as pessoas encaram esse meio. Neste caso uma lógica cultural global contemporânea que tem a preservação ambiental como um valor prioritário, influindo nas formas locais de uso e ocupação do meio natural.

Mas a avaliação retrospectiva do PRODESUS também mostra um processo não linear, pois recheado de problemas, obstáculos e alguns 'erros de estratégia' importantes. Tanto nos depoimentos dos participantes da coordenação executiva do Projeto quanto no seu Relatório de Atividades, são mencionadas diversas dificuldades. Uma das principais foi conseguir o funcionamento de uma efetiva articulação entre os municípios membros do Consórcio dentro de uma visão de atuação administrativa não fragmentária das políticas públicas municipais, e que fosse participativa em vez de meramente assistencialista. O investimento muito concentrado na formação dos técnicos para atuar em agroecologia e não diretamente na formação dos agricultores também foi apontado como uma estratégia problemática.

Outro problema mencionado foi que o Projeto parece ter se ressentido de uma participação e inserção social - em termos da sociedade civil organizada - mais amplas, tendo apresentado uma impressão e uma gestão muito 'institucionalistas', excessivamente restritas, no caso, principalmente à EMATER e aos municípios participantes do CONDESUS. Ainda segundo a avaliação feita, houve também uma excessiva fragmentação das ações de intervenção, o que acabou por redundar numa inadequada conjugação dos diferentes eixos do Projeto. Tal aspecto parece ter ficado bem patente no eixo da 'Agricultura Sustentável'.

> (...)houve um engano na estratégia do Comitê Técnico do PRODESUS (...) que achavam que distribuindo em todo o município seria melhor, seria uma estratégia mais adequada, que provocaria uma maior difusão e melhores resultados a outros agricultores que não foram diretamente beneficiados, mas que poderiam ser numa etapa posterior. E essa estratégia se mostrou equivocada e como os resultados não se tornaram visíveis, foram muito pontuais, (...) as agroindústrias foram um sucesso em geral, mas os pomares ecológicos, a avaliação que se faz é que muito poucos deram certos. Então, esse erro de estratégia também mostrou que não se deve pulverizar e sim concentrar em associações ou grupos que já tenham uma caminhada, uma discussão em agroecologia e agricultura sustentável, enfim.
> *C. F. - Agrônomo da EMATER*

No que tange à menção forte a estes problemas e obstáculos enfrentados na trajetória do PRODESUS, o balanço geral da avaliação, segundo se depreende do depoimento de seus coordenadores, apresenta-se amplamente positivo. Neste propósito, é ressaltada a significativa

repercussão do PRODESUS enquanto uma experiência inovadora de articulação inter-institucional regional, com gestão local e multiplicação de benefícios. O PRODESUS teria representado, nesta visão, um modo diferenciado de elaborar e gerenciar um projeto de desenvolvimento, apontando claramente que o espaço ideal para tais projetos é mesmo a micro-região, onde os problemas e soluções comuns podem ser discutidos, levando-se em conta as peculiaridades locais. Assim, o PRODESUS poderia ser considerado um referencial importante para as políticas de desenvolvimento com enfoque ambiental a serem implantadas no futuro.

(...)...o PRODESUS foi uma experiência importante, é um referencial apesar de todos os problemas, de todas as limitações. É uma experiência referencial pros técnicos da região e do estado; seguidamente vem excursões, colegas pedem informações, relatórios, projetos, porque, na verdade, ele é um projeto micro-regional de desenvolvimento, imperfeito, a gente percebe claramente que ele é imperfeito, porque não tem um corte social mais profundo. Mas ele é um referencial até mesmo de articulação institucional, ele promoveu algumas mudanças interessantes, por exemplo, a criação do CONDESUS - um Consórcio Regional do Desenvolvimento Sustentável, é uma iniciativa muito importante e quase até inédita, né? Talvez algumas regiões mais avançadas aí do Brasil tenham a experiência, quer dizer, o fato dos prefeitos, dos secretários municipais da agricultura, do meio ambiente, enfim, se reunirem periodicamente para avaliar ações, discutir, é altamente importante, principalmente para a Quarta Colônia. Então eu avalio assim que o impacto geral do PRODESUS foi positivo, difícil de medir, até porque ele também tá permeado por uma série de práticas sociais, ambientais que, na verdade, todos nós temos dificuldade de mensurar o impacto disso aí, não há uma disponibilidade de indicadores que possam permitir uma avaliação mais concreta.
C.F. - Agrônomo da EMATER

Mas o que aparece como o elemento mais importante no saldo da implementação do PRODESUS foi a construção ou consolidação de uma identidade coletiva regional, de caráter etno-cultural. A projeção de um sentimento de regionalidade que passou a funcionar, tanto interna quanto externamente à região, como referência motivadora e de auto-estima para os habitantes da 'Quarta Colônia', que passaram a utilizar este epíteto como elemento de afirmação, baseados, ao mesmo tempo, numa origem histórica etno-cultural e na pertença a um território 'diferenciado' (franja e biodiversidade da Mata Atlântica, belezas naturais etc.).

A identidade pode ser entendida como a noção que caracteriza o interno contrastando-o com o externo. É o que une os semelhantes distinguindo-os dos diferentes, adquirindo, para isso, sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais é representada. Ela é relacional, sendo a diferença estabelecida por uma marcação simbólica relativa a outras identidades. Essa marcação simbólica tem reflexos sociais na medida em que estabelece diferenciações que são socialmente vividas. Nesse sentido a identidade é uma construção simbólica e social (Woodward,2000; Cuche 1999).

A identidade pode ser usada estrategicamente para a afirmação de algumas minorias ou para reforçar a imagem e o apelo de um lugar. Usada dessa maneira ela passa a ser um emblema. Num sentido oposto ao da identidade como emblema, está o da identidade como estigma. A identidade das comunidades rurais num contexto de décadas anteriores, onde valores relacionados aos ideais de urbanização, industrialização, modernidade e progresso eram hegemônicos, seria um exemplo. Sendo a diferença normalmente expressa por dualismos, só se é rural mediante a existência de um outro cidadão urbano. Numa relação entre dois termos de oposição binária há sempre um desequilíbrio de poder entre eles, nesses dualismos um dos termos é sempre valorizado mais que o outro: um é a norma e o outro é o 'outro'. Nesse caso, o urbano seria a norma, enquanto o rural seria o 'outro' que deveria urbanizar-se para progredir, para se 'normalizar'. Entretanto, com a valorização contemporânea das diferenças culturais e da natureza, o espaço rural pode passar a ser visto como um lugar de manutenção e conservação da natureza e dos saberes tradicionais.

Tal como as identidades rurais, outras identidades começam a aflorar na contemporaneidade. A afloração de identidades étnicas no interior do país confirma dessa tendência. Essa afirmação das identidades locais pode ser uma importante estratégia de desenvolvimento na medida em que é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas (Woodward, 2000). Em outras palavras, a afirmação das identidades não tem somente o poder de reafirmar um passado ou constatar o presente, a afirmação das identidades pode sugerir possíveis futuros.

Para Ortiz (1996) na construção das nações, as identidades de cada país precisavam superar as identidades culturais dispersas em seu interior. Nesse sentido, a identidade nacional se fez em detrimento das identidades locais. Nesse sentido, as comunidades de imigrantes espalhadas pelo Brasil, tendo suas identidades estigmatizadas pela construção do estado nacional – processo esse agravado no caso das comunidades italianas e alemãs por ocasião da 2ª guerra mundial – agora passam por um processo de inversão, onde o que era estigma vira emblema. A vergonha de ser um imigrante italiano dá lugar a um sentimento de orgulho pelo pertencimento a um universo cultural especifico e diferenciado, com seus símbolos, suas tradições, seus mitos e seu patrimônio natural.

(...)Então, o fascinante é esse processo de articulação de costura dessa rede, que pra mim é a coisa mais fantástica que ocorreu na Quarta Colônia e até o nome porque hoje nós identificamos como Quarta Colônia, até o nome, porque antes nós chamávamos Faxinal, Dona Francisca, Nova Palma; que, na verdade, se tu olhares na história, nós, descendentes de portugueses, quando chegaram os italianos aqui, nós olhamos, eram italianos, mas eles não se viam como italianos, eu era padovado, trevisano, friulano, enfim, era um pedacinho da Itália que tava em processo de construção de um estado unitário; e nós, brasileiros, que, pela primeira vez, chamamos os italianos de italianos. E então, essa leitura de Quarta Colônia nós também fizemos, mas eles não se sentiam Quarta Colônia; se sentiam que fizeram parte da imigração e estavam organizados pelo Império como Quarta Colônia no estado; então, hoje não, eu sou da Quarta Colônia, aquelas vergonhas do local de origem, hoje segue como um elemento de afirmação. (...) O de Ivorá segue sendo de Ivorá e, quando ele coloca Quarta Colônia, o de Ivorá está junto, se ele tem um certo envergonhamento em relação ao seu pequeno local de nascimento ou de cotidiano de vida, ao falar Quarta Colônia, dá um significado importante do ambiente, porque é um conjunto de municípios de origem italiana e no qual ele é de Ivorá. Isso foi um dos elementos mais importantes, nisto, é a possibilidade de começar a reivindicar coisas locais, com sentido de regionalidade(...). O papel mais fantástico do PRODESUS foi, de não só projetar para fora o sentido de regionalidade, como articular internamente o sentido de regionalidade.
J. I. - Ex-coordenador executivo do PRODESUS

A menção a uma idéia de rede presente neste depoimento aponta para a noção de 'rede social', a qual se constitui num instrumento interessante para a compreensão do processo social que teve curso na

trajetória do PRODESUS. A 'rede social' seria constituída pelo conjunto de pontos (atores sociais) vinculados por uma série de relações que cumprem determinadas propriedades, as quais podem ser consideradas como um capital social que estes atores podem usar para alcançar determinados objetivos e interesses. Isto significa que os vínculos que existem, ou possam existir, em uma micro-região ou comunidade local, podem ser considerados como um recurso a mobilizar e potencializar caso apontem a uma melhor cooperação e integração, ou um obstáculo a eliminar se são fontes de conflito e oposição (Guerrero, 1996). A forte intensidade da rede social, ou seja, o forte grau de coesão entre os atores sociais, no caso do PRODESUS, apontou para um predomínio dos fatores de identificação sobre os de diferenciação, implicando em uma energia local animada pelo sentimento de pertença a um mesmo território, uma história compartilhada e uma identidade cultural que lhes era própria; esta identidade de certo modo foi o ponto de partida para uma auto-reformatação da mesma, ao mesmo tempo sob a pressão de uma estrutura de necessidades e de oportunidades (estas, no mais das vezes, conjunturais). Assim, 'Quarta Colônia' passou a ser a referência a uma (re)construção de identidade coletiva (micro)regional consolidada, baseada na singularidade (diferença) ambiental e etno-cultural do território em foco.

> ...o grande ganho que o PRODESUS proporcionou para a região é a própria consolidação da identidade cultural da região. Acho que isso é inegável, hoje tu vai em qualquer cidade, conversa com qualquer cidadão, desde o mais humilde até o prefeito municipal, um empresário, agricultor, quem for, funcionário público de uma prefeitura municipal, todos eles sabem o que que é a Quarta Colônia, ou, pelo menos, tem isso como referência na sua vida cotidiana.
> *C. F. - Agrônomo da EMATER*

Tais colocações deixam entrever o papel muito importante de outras variáveis, além da escala econômica, no processo de desenvolvimento, como a sociabilidade e a cultura locais, pois, neste âmbito, os padrões institucionais, normas e valores sociais vigentes atuaram como filtros dos processos, relevando-se o conhecimento e capacidades dos habitantes locais, seu capital social e cultural. Em tal dimensão, a sociabilidade local, que implica em alto grau de conhecimento mútuo e inter-relações e, portanto, a consolidação de uma forte identificação local, constrói e faz passar a ação dos impulsos endógenos e exógenos

favoráveis ao desenvolvimento pelo filtro de sua constelação de forças e sistema cultural. Ao Analisar este entrelaçamento entre as dimensões econômica e cultural no processo desencadeado por este tipo de proposta de 'desenvolvimento', López-Casero (1996) ressalta a importância da 'lógica comunitária' articulada à identidade local, esta última, resultado de uma complexa rede de relações econômicas intra-locais, elevado grau de sociabilidade e abundância de tradições de caráter lúdico e religioso. Assim, seria significativo o modo como um mesmo sistema de valores não econômicos reforça, através da identidade local, os diferentes efeitos de uma cultura econômica distinta.

Nos depoimentos dos ex-coordenadores do PRODESUS foi apontada a agroindústria como a atividade pontual que alcançou o maior êxito entre as ações desenvolvidas pelo projeto, conseguindo-se resultados significativos com um volume não muito grande de investimentos.Tal êxito parece estar relacionado a este estreito vínculo do empreendimento econômico ativado com a dimensão cultural dos empreendedores.

> Em Val Feltrina, por exemplo, um grupo de mulheres, numa faixa etária de 50 anos, não sei se não é mais, tem produzido há muito tempo e o projeto entra, criamos um prédio e equipamentos pra elas e elas triplicaram sua produção. Então, elas comercializam fundamentalmente em Santa Maria, *agnolines**, não só em Santa Maria, esses dias cheguei lá elas estavam fazendo uma grande quantidade de *agnolines* para Cerro Largo, quase 5 mil, estão quase que 'exportando'. Mas é uma atividade muito caseira, que usa as verduras, os temperos, a carne que eles usam é produzida por eles, a farinha sim, vem de fora, mas faz parte da cultura deles.
>
> *J. I. - Ex- Coordenador do PRODESUS*

*Agnoline é um tipo de massa, semelhante ao capelleti, porém de textura mais macia, usada para fazer sopas. Geralmente apresenta-se em duas opções de sabores: salame ou frango.

Segundo Cristóvão (2002), na Europa, constata-se a existência de uma procura crescente de bens não uniformizados, mais saudáveis, com história e identidade próprias. Além de haver um reconhecimento de que tal procura abre oportunidades para o desenvolvimento de áreas rurais, sobretudo das que melhor souberam preservar sua cultura. Uma fatia crescente de consumidores tende a preferir produtos relacionados ao 'mundo rural', onde sua legitimidade deixa de ser somente vinculada à produção de alimentos e passa a ser uma legitimidade alicerçada na

representação do espaço rural como local de liberdade, beleza, segurança, saúde, pertença e enraizamento. A esse espaço passam a ser reconhecidas novas funções mais diversificadas que a simples produção de alimentos.

Esta nova lógica cultural contemporânea privilegia as especificidades, permitindo a agregação de valores materiais (insumos orgânicos, cultivo, seleção, processamento e acondicionamento) ao produto, bem como a agregação de valores simbólicos, tornando esses produtos lembranças, presentes ou objetos de coleção (como o caso de vinhos e cachaças). Para Ortiz (1996) hoje, a resignificação simbólica é determinante na construção do perfil de qualidade dos produtos e na sua aquisição, pois os indivíduos, através dos objetos consumidos, exprimem e reafirmam seu status. As marcas dos produtos deixam de ser meros rótulos e passam a agregar aos bens culturais um sobrevalor simbólico.

Segue-se, a exemplo, uma passagem falando sobre a gastronomia de Ivorá, extraída da revista Novo espaço:

> (...) São vários os dias de festa, embalados por bandinhas e a tradicional cucina italiana, tudo regado pelos bons vinhos produzidos ali mesmo na região.
>
> A culinária tipicamente italiana é uma outra atração local. Do saboroso e já tradicional risoto, passando pela fartura dos cafés coloniais, o roteiro gastronômico é uma boa opção para os fins de tarde.[4]

Percebe-se, pelo texto, que os vinhos ganham um diferencial por serem produzidos localmente. Na culinária são ressaltadas características como 'tipicamente italiana' ou 'tradicional'. Os cafés da tarde, como é comum em todo estado do Rio Grande do Sul, têm no seu nome 'colonial' um fator que ressalta a especificidade (uma mescla de etnicidade e ruralidade) desse tipo de café.

Esta dimensão cultural também tem sido articulada economicamente para diversificar a oferta do produto turístico da Quarta Colônia, tentando, inclusive, a partir dela, uma certa inserção internacional e a conseqüente ampliação do fluxo turístico para a região.

[4] **Revista Novo Espaço**. Ed. Especial: Quarta Colonia de Imigração Italiana – RS, Santa Maria: Pallotti, 2002, p13.

> Aumentou muito os grupos na região, (...) inclusive, desde o ano passado, a gente vem conseguindo trabalhar e esse ano a gente começou a trazer grupos que entravam diretamente em Caxias e que não vinham para a nossa região, italianos da Itália, começando pela nossa região, conseguimos trazer dois grupos esse ano. E as respostas tem sido fantásticas. E aqui a gente tá trabalhando num programa de turismo de trocas de afetividade, não é trocas de produtos, não é de vendas e comercialização, e não é aquele turismo observativo, que tu vai ver a paisagem, os prédios, coisa assim; mas é basicamente, os italianos descobrem que os italianos daqui são de lá, que tem toda uma história aqui que eles desconhecem, que eles tem uma quantidade de vínculos, que eles falam um dialeto, muito mais rústico, muito mais atravessado, que eles guardam palavras que os italianos de lá esqueceram e aqui elas são 'clicadas' e trazem uma quantidade de experiências próprias deles, então tem tido uma resposta muito interessante, tá levando a uma articulação nova nos municípios (...).
> *J. I. - Ex- Coordenador do PRODESUS*

A identidade etno-cultural aqui focalizada e reforçada encontra na língua - na oralidade e na memória coletiva - um elemento crucial desta articulação. O dialeto vêneto, que é o falado em quase toda a Quarta Colônia, encontra seu lugar de destaque para ativar a memória histórica, a trajetória e os possíveis vínculos familiares desde a região do país de origem - a atual Itália. Esta dimensão da oralidade e do dialeto é tão forte que, em alguns municípios da Quarta Colônia, até as placas das praças fazem questão de denunciar a origem e identidade étnica do lugar pelo uso da escrita em linguajar vêneto.

Finalmente, é interessante ressaltar que muitos dos municípios que hoje se reagrupam reiventando um novo espaço sócio-cultural, até alguns anos lutavam por sua emancipação política.

> Três pontos, sempre enfocados para explicar a situação problemática da Quarta Colônia, são a falta de autonomia política, a descontinuidade territorial e a divisão de seu território em municípios. Fatos de significativa importância, não motivados apenas por agentes externos. (...) Em 1898, (...), uma comissão de moradores de Silveira Martins foi à capital do Estado pleitear a criação de um novo município. Em 25 de novembro, a câmara de vereadores de Santa Maria informava que a pretensão de Silveira Martins fracassara. E tudo caiu no esquecimento. O movimento de emancipação da região da Quarta Colônia é retomado

pelo trabalho do Padre Luizinho Sponchiado com o objetivo de formar um município aglutinador do antigo território, dividido entre Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. Faxinal do Soturno, entretanto, resolve emancipar-se isoladamente, em 12 de janeiro de 1959. Torna-se o primeiro município da Quarta Colônia, mas o projeto de unificação do Padre Sponchiado sofre um golpe mortal. No ano seguinte, emancipa-se Nova Palma e, em 1965, foi a vez de Dona Francisca. Silveira Martins fez uma nova tentativa em 1963. Desta vez teria tido sucesso, se não fosse o mandado judicial, impetrado por um grupo de moradores descontentes de Faxinal da Palma. Finalmente, consegue sua autonomia em 11 de dezembro de 1987. Já na década de 1990, São João do Polêsine, Ivorá e Pinhal Grande completam a lista dos municípios da ex-Colônia. [5]

Percebe-se, assim, a fluidez das fronteiras de um território, que em sua historia, por razões diversas, vai se moldando às demandas de seus moradores e de forças políticas externas. Hoje, com a idéia de identidades múltiplas e da construção social do espaço, é possível pensar em diferentes escalas espaciais de interação, sem que necessariamente essas escalas entrem em conflito. A autonomia municipal não impede a construção de um projeto de desenvolvimento regional numa escala mais ampla, configurando-se assim uma nova identidade, uma identidade territorial.

4. Considerações finais

A ação do PRODESUS, portanto, baseada no concertamento de atores regionais e locais, parece ter se configurado numa experiência de aproveitamento das novas 'estruturas de oportunidades' promovidas pelo processo de globalização, a partir das potencialidades específicas e interessantes - herança ecológica, paisagística, cultural, social - que o âmbito micro-regional apresentava. Em consonância com a lógica cultural contemporânea - construção de identidades, valorização das diferenças, ecletismo, esteticização, resgate da tradição - esta experiência, de certa maneira, criou um novo modo simbólico de afiliação e pertença a um

[5] Santin, Silvino, Correio Riograndense, edição de 08/05/2002, nº. 4.782.

território, através do esforço que retrabalhou e reformulou o sentido de signos pré-existentes, reformatando positivamente a identidade etno-cultural e territorial (ambiental) na convergência a uma entidade micro-regional: a 'Quarta Colônia'.

A dinâmica pela qual as diversas comunidades locais/rurais, abarcadas por esta micro-região, relacionam-se e se integram em processos socioeconômicos de referência global, ao invés de diluir as diferenças, tem possibilitado o reforço de identidades justamente apoiadas no 'pertencimento' às localidades. Essa âncora territorial, embora mutável e relativa, atualmente é a base sobre a qual a cultura realiza a interação entre o rural e o urbano de um modo determinado, ou seja, mantendo uma lógica própria que lhe garante a construção ou manutenção da identidade. A intensificação das relações com a sociedade mais ampla trouxe a incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais, e novas experiências vivenciadas pelas comunidades locais e rurais, o que contribuiu para ampliar a própria diversidade social e cultural existente. Mas esta é também condição de existência da sociedade, na medida em que alimenta as trocas, ao enriquecer os bens (culturais e simbólicos) e ampliar a rede de relações sociais. As modificações de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem, mas de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, não implicando numa ruptura radical no tempo nem no conjunto do sistema social.

A heterogeneidade social e as transformações derivadas da intensificação das trocas pessoais, simbólicas, materiais, ainda que possam produzir situações de tensão, não provocam, inexoravelmente, a descaracterização das culturas locais; antes, talvez, a reformatação em novos 'compostos' culturais. O que se constata é que a diversidade pode assegurar a construção da identidade do agrupamento social, pois há relação de alteridade com os 'de fora'. O movimento entre o estabelecido - o velho - e o novo, é que impulsiona as relações do lugar com o mundo, onde este atravessa aquele com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modos de agir etc.; e, assim, também neste movimento, a própria identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se, dando lugar a uma nova configuração sócio-espacial. Para o caso em foco, no caudal da

intervenção do PRODESUS, esta configuração emblemática chama-se, hoje, 'Quarta Colônia'.

5. Referências bibliográficas

ALVES, H. F. I. Turismo e Desenvolvimento – a dimensão cultural. Santa Maria: PPGExR/UFSM (Dissertação de Mestrado), 2004.

CANCLINI, N. Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 1995.

CHAMBOREDON, J. C. Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récréation. In: Révue française de sociologie. Paris: Seuil; n.21; pp.99-121, 1980.

CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 1999.

FROEHLICH, J. M. Rural e Natureza – a construção social do rural contemporâneo na região central do RS. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (Tese de Doutorado), 2002.

FROEHLICH, J. M. A (re)construção de identidades e tradições - o rural como tema e cenário. In: FROEHLICH, J. M. ; DIESEL, V.(Orgs.). Espaço Rural e Desenvolvimento Regional. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2004.

GONÇALVES, Y.K. Perspectivas do desenvolvimento turistico em areas rurais: o caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG). Campinas: IE/UNICAMP (dissertação de mestrado), 2003.

GUERRERO, M. G. La Red Social como Elemento Clave del Desarrollo Local. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais,1996.

LÓPES-CASERO, F. Identidad, Estructura Social y Desarrollo Local. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.

LUCHIARI, M. T. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: Serrano, C. et alii (Orgs.). *Op. Cit.* 2000.

MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: JOLLIVET, M. & EIZNER, N.(Orgs.). L´Europe et ses campagnes. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996.

ORTIZ , R. Um Outro Território. São Paulo: Olho D'água , 1996.

RODRIGO, I. Identidades sociais e agriculturas familiares. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais, 1996.

RODRIGUES, A. (org.) Turismo, Modernidade e Globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTIN, S. A Quarta Colônia. Correio Riograndense. Porto Alegre, edição de 08/05/2002, nº. 4.782

SERRANO, L. M. T.; BRUHNS, T.H. (orgs.) Viagens a Natureza – turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 2000.

URRY, J. O olhar do turista. Viagens e lazer na sociedade contemporânea. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996.

YAÑEZ, C. N. Globalización y localismo: nuevas oportunidades para el desarrollo. In: Revista de Fomento Social. Córdoba: IESAA. n.53, pp. 31-46, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. O 'lugar' dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. In: Anais. XXV Congresso da SOBER. Natal: SOBER. pp.90-113, 1997.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T.D. (org.) Identidade e Diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000

O SIG COMO UMA FERRAMENTA AUXILIAR DA EXTENSÃO RURAL

Vanilde Ferreira de Souza[1]
Gláucia Miranda Ramirez[2]
Sonia M. P. P. Bergamasco[3]

Resumo

O termo assentamento está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada sendo, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agropecuária. Diante das modificações que ocorrem no espaço físico, ao se implantar um assentamento rural, o presente estudo objetivou analisar a utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) como ferramenta para o auxílio da extensão rural. Para isso foram observadas as transformações agrícolas, ocorridas nos lotes do assentamento rural Sumaré I. Estas observações foram realizadas através de dois mapas temáticos das safras 1989/1990 e 1993/1994. Além desta tecnologia se mostrar eficiente para a visualização das transformações ocorridas no espaço rural, seu uso permite a organização das informações obtidas em campo, facilitando o manuseio e análise das mesmas.

[1] Profa. Dra. Universidade Estadual de Maringá – UEM, Campus Regional de Umuarama. Av. Brasil, nº 4280, ap. 303, Centro, Umuarama-PR - CEP: 87501-000. e-mail: vanilde@yahoo.com
[2] Doutoranda em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável – FEAGRI – UNICAMP. Bolsista CNPq - R. José Luiz Camargo Moreira, nº 120, ap. 23 bl. 03, Mansões Santo Antonio, Campinas-SP – CEP: 13082-660 - e-mail: glaucia@cpa.unicamp.br
[3] Prof. Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola – UNICAMP. R. Desembargador Antão de Moraes, 295, Cidade Universitária, Campinas-SP – CEP 13083-100.
E-mail: sonia@agr.unicamp.br

Palavras-chave: assentamento rural; produção agrícola; sistemas de informações geográficas

GIS AS A HELP TOOL FOR THE RURAL EXTENSION

Abstract

The term settlement is related to a precise space where some population is going to be settled down and, therefore, can be considered as a transformation of the physical space with the objective of agricultural exploration. Considering the modifications of the physical space when a rural settlement is established, this study aimed to analyze the use of Geographic Information Systems (GIS) as a tool to support rural extension. For this purpose, the agricultural modifications occurred in the Sumaré I settlement were observed. These observations were carried out through two thematic maps from the 1989/1990 and 1993/1994 season crops. This technology showed to be an efficient tool for viewing the transformations occurred in the rural space and allows the field data organization, making the data analysis easier.

Key-words: rural settlement, agricultural production, geographic information system

1. Introdução

No estado de São Paulo a extensão rural é realizada por dois órgãos distintos. Para o trabalho junto aos agricultores familiares “tradicionais” , o órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural é a CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral), pertencente à Secretaria da Agricultura e Abastecimento; já o trabalho junto aos agricultores familiares assentados é realizado pela Fundação ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), a qual pertence à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania.

A Fundação ITESP visa complementar as ações de reforma agrária da União por meio de uma estruturação política própria, a qual é fundamentada na especificidade e na complexidade dos assentamentos do estado, que possuem dinâmicas diferenciadas e particularizadas por condicionantes locais e regionais. A experiência de atuação da Fundação é

relativamente recente, se comparada com a história de outros órgãos oficiais de extensão rural, como a própria CATI ou a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Mas, apesar de recente, é também uma experiência inovadora, pois trata-se de uma ação voltada especificamente para os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra (ITESP, 2000).

Apesar da atuação da Fundação ITESP ser recente, no estado de São Paulo, as primeiras iniciativas de implantação de assentamentos rurais surgiram durante o governo Carvalho Pinto (1958 a 1962) por meio do Programa de Revisão Agrária, que na época contava com a Assessoria de Revisão Agrária (ARA) para coordenar todos os trabalhos referentes à execução do referido Programa. Tal programa objetivava assentar 500 a 1000 famílias por ano, mas apenas dois projetos-piloto foram criados. Um deles localizado em Campinas com 72 famílias, cuja área fora desapropriada através de negociação amigável do governo estadual com um proprietário particular; e o outro localizado na cidade de Marília, com 103 famílias numa área da Secretaria Estadual da Saúde, transferida para a Secretaria Estadual da Agricultura.

Mas durante o governo militar pouco se fez pela questão agrária, ficando a política fundiária estagnada durante esse período. Apenas nos anos 80, devido ao processo de redemocratização pelo qual o país passava, a disputa pela terra, no estado de São Paulo, reiniciou-se através da organização dos movimentos sociais provocando a reinserção da reforma agrária no debate político, não sendo assim resultado de ações isoladas para conquista de áreas para assentamentos rurais. As lutas pelas conquistas de terras foram marcadas pelas relações de trabalho e pelos conflitos pela posse da terra, ou seja, foram lutas de posseiros, arrendatários, parceiros e sitiantes atingidos por barragens. Os assentamentos rurais do estado também tiveram origem na organização sindical de trabalhadores rurais assalariados no corte da cana e através de trabalhadores rurais sem terra, que nos anos 80 procuraram nos movimentos sociais organizados uma maneira para se fixarem na terra (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Em função dessas lutas surgiram diversos assentamentos no estado. Assim, percebe-se que os assentamentos estão inseridos no espaço rural paulista, uma vez que esse Estado conta com 167 projetos de assentamentos rurais, acolhendo 10.049 famílias em uma área total de

220.411,82 ha, com uma área agrícola total de 163.620,57 ha (FUNDAÇÃO ITESP, 2005).

Com isso percebe-se que o meio rural do estado de São Paulo está ocupado por duas diferentes formas de produção. De um lado, tem-se um modelo de agricultura onde prevaleceu o desenvolvimento do grande capital, que está baseada em técnicas industriais de produção caracterizada, sobretudo, pela monocultura. Por outro lado, tem-se uma forma de produção diversificada que possui suas bases no trabalho familiar, sendo este o contexto no qual os assentamentos rurais estão inseridos.

O termo assentamento está relacionado a um espaço preciso em que uma população será instalada sendo, portanto, uma transformação do espaço físico, cujo objetivo é a sua exploração agropecuária (BERGAMASCO; BLANC-PAMARD e CHONCHOL, 1997). Assim, é necessário compreender de que modo os espaços se modificam na medida em que os assentamentos se constroem.

Diante das modificações que os assentamentos causam no espaço físico do meio rural paulista, o presente estudo objetivou analisar a utilização de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) como ferramenta para o auxílio da extensão rural.

2. Assentamento Sumaré I: A luta pela terra

O assentamento Sumaré I surgiu, juridicamente falando, a partir do Programa de Valorização de Terras Públicas (Lei Estadual n. 4957 de 30 de dezembro de 1985), no governo de Franco Montoro.

O processo de luta pela terra dos assentados de Sumaré I iniciou-se, no final da década de 70, a partir da reunião de famílias de trabalhadores rurais recém chegadas à cidade. Essas famílias reuniam-se em um salão comunitário para reflexões bíblicas, sendo o debate realizado em torno da conjuntura política e econômica que o país se encontrava.

Foi notória a participação de setores progressistas da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação, no desenvolvimento de uma organização que posteriormente resultou no referido assentamento.

Como proposta inicial para diminuir as precárias condições de vida dos desempregados e dos aposentados que pertenciam ao grupo, este

partiu para um projeto de horta comunitária em terrenos urbanos desocupados. A renda proveniente da venda dos produtos hortícolas era então dividida entre os participantes. O sucesso deste projeto incentivou outras ações coletivas, como compra conjunta de alimentos básicos (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Com o agravamento da situação econômica do país, cresceu o número de necessitados, e a renda gerada pelos referidos projetos (horta e compras comunitárias) se mostrou insuficiente para amenizar a situação dos participantes. As posições do grupo eram fundamentadas pelas passagens bíblicas, como a menção à Terra Prometida para o Povo de Deus (Êxodo - Velho Testamento). Assim, o grupo passou a ver na reforma agrária uma possível e legítima solução para sua insustentável situação socioeconômica. O grupo tomou a iniciativa de convidar para um debate líderes do Assentamento Primavera, os quais relataram sua experiência de luta. Ao invés de desânimo, o relato das dificuldades enfrentadas, gerou muita expectativa e esperança, que se espalha pela região, resultando na adesão de 600 famílias ao movimento (BERGAMASCO et al., 1996).

A dificuldade em se trabalhar com um número tão grande de pessoas levou à divisão desse grande grupo em quatro subgrupos – Sumaré, Limeira, Nova Odessa e Nova Veneza –, que estavam ligados através de um conselho central formado pelas lideranças de cada subgrupo.

O grupo de Sumaré, formado por 50 famílias, que há um ano participava dos debates, decidiu pela ocupação da Fazenda Tamoyo, em Araraquara-SP, cuja área já se encontrava em processo de desapropriação. Depois de três dias de acampamento, sob pressão da polícia e de jagunços, duas famílias desistiram. As remanescentes desocuparam a área e partiram para nova ocupação, no Horto Florestal de Araras, de propriedade da FEPASA (Ferrovias Paulista S/A), onde encontram outras famílias já instaladas em seus barracos de lona. Em seis dias, a FEPASA conseguiu reintegração de posse, forçando-os a acampar nas margens da Rodovia Anhangüera, na entrada da cidade de Campinas. Depois de meses, o Estado, através do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), viabilizou um assentamento no Horto Florestal da Boa Vista, também sob o controle da FEPASA, no município de Sumaré. O fim do processo resultou na seleção de 26 famílias do grupo de Sumaré para serem assentadas na área. As outras famílias desistiram ou foram designadas para outras áreas (BERGAMASCO et al., 1996).

Sob a forma jurídica de concessão de uso, a posse da terra foi concedida aos trabalhadores, conforme previsto no Programa de Valorização de Terras Públicas do estado. A implantação do assentamento ocorreu com a participação das famílias, as quais já possuíam uma experiência de organização coletiva, o que facilitou o início da construção social de uma nova realidade para as famílias.

Após a conquista da terra tem-se a constituição do processo produtivo. No assentamento Sumaré I havia a necessidade das famílias assentadas modificarem a paisagem de eucaliptos para transformá-la numa paisagem agrícola diversificada e equilibrada.

3. Considerações metodológicas

A área de estudo, o assentamento Sumaré I, está localizada numa das regiões mais industrializadas do estado de São Paulo, a região de Campinas. A área total do município de Sumaré é relativamente pequena, sendo que sua área rural está sob grande pressão da urbanização no aglomerado urbano de Campinas. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 1995/96 mais da metade da área agrícola do município estava ocupada com a cultura da cana-de-açúcar, cerca de 270 ha eram ocupados com lavouras permanentes e aproximadamente 300 ha com pastagens. Tem-se o registro ainda da presença de atividades hortícolas comerciais e avicultura.

O núcleo de assentamento Sumaré I foi criado em 237,59 ha dos 855,2 ha do Horto Florestal Boa Vista. Dos 237,59 ha cerca de 1 ha era considerado inaproveitável para fins agrícolas, 18,40 ha foram destinados à infra-estrutura e 31,47 ha foram mantidos como área de reserva/preservação ambiental. Assim, coube aos assentados, ou seja, às 26 famílias, cerca de 187 ha, ou seja, coube a cada família assentada 7 ha para a exploração agrícola (Figura 1).

Neste estudo foram utilizados dados de sete lotes do assentamento para a realização de um mapa cadastral.

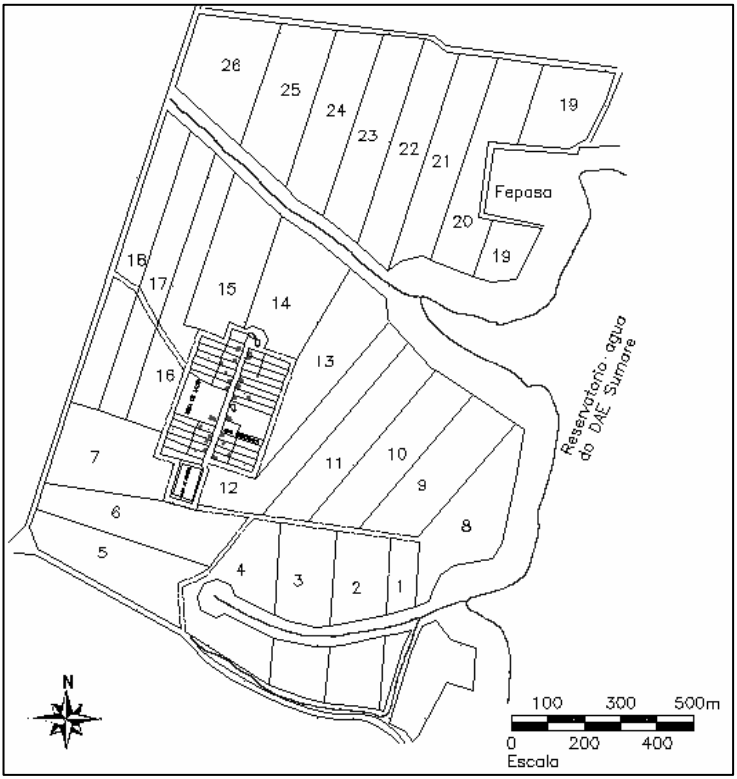


Figura 1. Mapa da divisão dos lotes do Assentamento Sumaré I.

3.1 Contextualização de SIG

Para cumprir com o objetivo proposto partiu-se para uma interpretação dos mapas de produção baseados nas safras 1989/1990 e 1993/1994, a partir da utilização de técnicas de Sistemas de Informações Geográficas. Mas, para falar sobre SIG torna-se necessário antes ter uma noção do significado de geoprocessamento.

O termo geoprocessamento se refere a uma área de conhecimento que emprega técnicas matemáticas e computacionais cujo objetivo é o tratamento de informações geográficas. As ferramentas computacionais do geoprocessamento são chamados de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs), os quais possibilitam a execução de análises complexas ao integrar

dados de diversas fontes e ao possibilitar a geração de bancos de dados georreferenciados (CÂMARA e MEDEIROS, 1998).

Resumidamente, o termo Sistema de Informação Geográfica está relacionado aos sistemas que executam tratamento computacional de dados geográficos. Um SIG armazena a geometria e as características dos dados que se encontram georreferenciados, ou seja, dados que estão localizados na superfície terrestre e numa dada projeção cartográfica.

A condição de armazenar a geometria dos dados geográficos e dos seus atributos revela uma dualidade básica para os SIGs. Isto significa que para cada objeto geográfico, um SIG tem a necessidade de armazenar seus atributos e as diversas formas de representações gráficas associadas. Devido ao seu leque de aplicações, existem pelo menos três maneiras de se utilizar um SIG, são elas: como ferramenta para a formação de mapas; como suporte para análise espacial de fenômenos; como um banco de dados geográficos, com funções de armazenamento e recuperação da informação espacial (CÂMARA e MEDEIROS, 1998).

Nesse sentido, tanto o INCRA como o ITESP, podem utilizar esta tecnologia. O SIG pode ser utilizado por essas instituições para avaliar as áreas a serem desapropriadas, para o mapeamento da área para o assentamento de trabalhadores rurais, para o mapeamento da área viária do assentamento, entre outros.

Neste estudo, o SIG foi utilizado para a produção de dois mapas temáticos e de um mapa cadastral do assentamento Sumaré I. O sistema computacional utilizado na implementação do SIG foi o Spring (Sistema de Processamento de Informações Georreferenciadas). Este programa foi desenvolvido pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) em 1993, sendo um software que permite a construção de sistemas de informações geográficas para aplicação em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo: agricultura, floresta, gestão ambiental, planejamento urbano e regional.

3.2 Procedimentos metodológicos para utilização dos mapas temáticos

Neste trabalho foram utilizados os mapas temáticos de divisão dos lotes e os de produção agrícola (safras 1989/1990 e 1993/1994), elaborados por BERGAMASCO et al. (1997).

O mapa de divisão dos lotes, por estar georreferenciado, serviu como base para o georreferenciamento da fotografia aérea do assentamento Sumaré I. O erro gerado por este georreferenciamento foi de 6,45 pixels, um erro muito grande quando comparado com o ideal que é de 0,5 pixel para esta fotografia. O processamento ideal quando se trabalha com fotografias aéreas é realizar a mosaicagem entre as cenas e posteriormente a sua ortorretificação, neste caso estes procedimentos não foram realizados, pois não se teve os parâmetros necessários para tal tarefa.

Os mapas de produção não puderam ser trabalhados dentro do sistema computacional utilizado (Spring), pois não possuíam formato compatível com o mesmo. Através de análises visuais foram realizadas comparações entre os mapas das safras 89/90 e 93/94.

3.3 Procedimentos metodológicos para produção do mapa cadastral

O mapa cadastral foi confeccionado com base no mapa de divisão dos lotes. Cada lote foi considerado um objeto geográfico e a eles foram associados bancos de dados, com informações dos sete lotes pesquisados.

As etapas realizadas para a elaboração do mapa cadastral foram: importação do mapa de divisão dos lotes e da fotografia aérea para o programa Spring; sobreposição do mapa de lotes sobre a fotografia aérea da área; digitalização dos lotes que foram vinculados ao banco de dados; seleção das informações para compor o banco de dados (retiradas do questionário mencionado anteriormente); confecção das tabelas que fazem parte do banco de dados; associação dos objetos geográficos (lotes) ao banco de dados; análise do mapa a partir de consultas objeto/banco de dados.

4. O processo produtivo dos anos 1989/1990 e 1993/1994

Depois de alguns impasses entre os assentados, o governo estadual e a FEPASA sobre o destino da madeira do assentamento Sumaré, a situação foi resolvida com o compromisso do governo em dar outra madeira à FEPASA. Com a venda da madeira os assentados conseguiram destocar pouco mais de 82% da área, sendo o restante

patrocinado pelo próprio governo. Nessa fase de construção do espaço produtivo todo o trabalho era realizado coletivamente e, de acordo com os próprios assentados, conforme a destoca era realizada, o plantio se iniciava.

Nos primeiros anos do assentamento (1984 e 1985) os assentados optaram pelo plantio de três culturas para a comercialização: o feijão, o arroz e o milho. Esses produtos foram escolhidos porque podem ser destinados tanto para a comercialização, como para o autoconsumo da família. Em menor escala as famílias decidiram produzir alguns produtos que garantissem seu auto-abastecimento alimentar como, por exemplo, a abóbora, a mandioca, o quiabo, a batata doce. No primeiro ano foram plantados ainda abacate, goiaba, laranja e manga, sendo que em meados de 1987 essas frutíferas já estavam produzindo. Assim, parece claro que nos primeiros anos do assentamento a produção agrícola estava segmentada entre as culturas destinadas para a comercialização e àquelas destinadas ao autoconsumo (BERGAMASCO et al., 1996). Isso pode ser visualizado através do mapa de produção agrícola dos lotes referente à safra 1989/1990 (Figura 2). Percebe-se por meio desse mapa que os lotes, de maneira geral, possuíam uma produção bastante diversificada.

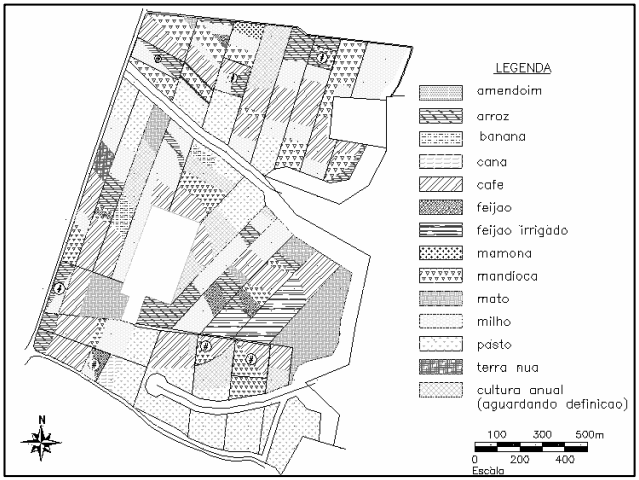


Figura 2: Mapa temático com as culturas da safra de 1989/1990 (BERGAMASCO et al., 1997).

Na Figura 3 observa-se que houve uma diminuição na diversificação da produção durante a safra de 1993/1994 quando comparada com a safra de 1989/1990. Isto ocorre porque apesar das culturas tradicionais de sequeiro como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca garantirem o abastecimento das famílias, essas culturas não garantiam uma renda monetária satisfatória. Sendo assim, a solução que se apresentou foi uma maior intensificação na tecnologia e a criação de grupos de produção, que juntos conseguem obter melhor preço para seus produtos.

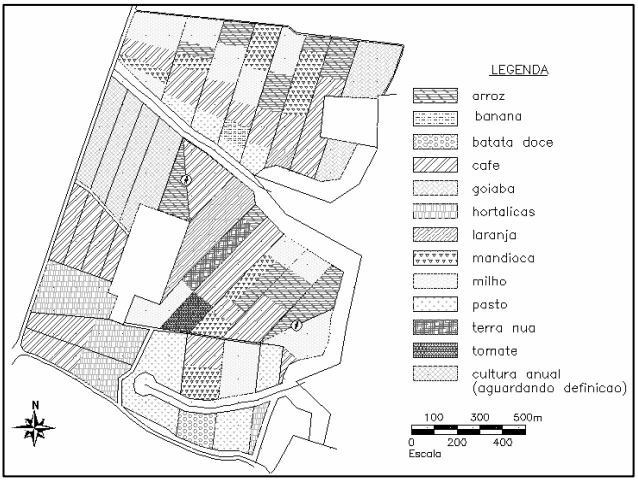


Figura 3: Mapa temático com as culturas da safra de 1993/1994 (BERGAMASCO et al. (1997).

Nas Figuras 2 e 3 o SIG foi utilizado para a formação do mapa temático apresentando as culturas que existiam no assentamento Sumaré I nas safras de 1989/1990 e 1993/1994, ou seja, foi utilizado como um sistema de saída de dados, por meio da exibição cartográfica (mapa). Esse recurso é importante quando se fala em extensão rural uma vez que por meio dos mapas temáticos pode-se representar visualmente, ao longo dos anos, as transformações que vão ocorrendo nos assentamentos. Com essa representação visual a observação das modificações na área torna-se mais perceptível e com isso os órgãos de extensão rural podem traçar estratégias de atuação.

Neste trabalho, os mapas temáticos gerados foram os relativos à produção agrícola no assentamento, porém por meio do SIG outros tipos de mapas temáticos podem ser gerados como o de uso e aptidão agrícola dos solos, diferenciando áreas ou alternativas que podem ser consideradas aptas ou não para o uso agropecuário, facilitando assim o estabelecimento de um programa de zoneamento agrícola e a introdução de diferentes explorações.

5. Mapa cadastral

Os dados apresentados no mapa cadastral possuem informações de natureza dual: os dados geográficos que possuem uma localização geográfica (expressa como coordenadas no mapa de divisão dos lotes) e atributos descritivos (que são representados no banco de dados convencional). Outro aspecto muito importante é que esses dados geográficos não existem sozinhos no espaço, sendo que sua localização é tão importante quanto sua relação com os diferentes dados.

A Figura 4 mostra uma tela capturada do programa Spring, onde aparece o mapa de divisão dos lotes, com destaque para os sete lotes pesquisados. Os lotes que estão em destaque, correspondem aos que foram associados ao banco de dados.

O banco de dados contém informações sobre os lotes, como o nome do chefe de família, a área do lote, a área plantada, a área construída, as práticas culturais, entre outras. De acordo com WEBER e HASENACK (1999) a associação do banco de dados aos mapas da área em estudo fornece uma base sólida para o acompanhamento e monitoramento dos agricultores assentados, permitindo a atualização periódica dos dados e o estudo de potencialidades e dinâmica de evolução dos lotes, consequentemente facilitando o trabalho extensionista.

Assim, cada lote analisado passa a apresentar uma espécie de “atlas digital” constante e de fácil acesso quando se tem a necesidade de informações específicas. Essas informações estruturadas em um SIG constituem uma base de dados podendo ser compartilhada com outras instituições que atuam na mesma área. O banco de dados é importante

para facilitar o acesso aos dados pelos extensionistas, assim como o controle dos mesmos.

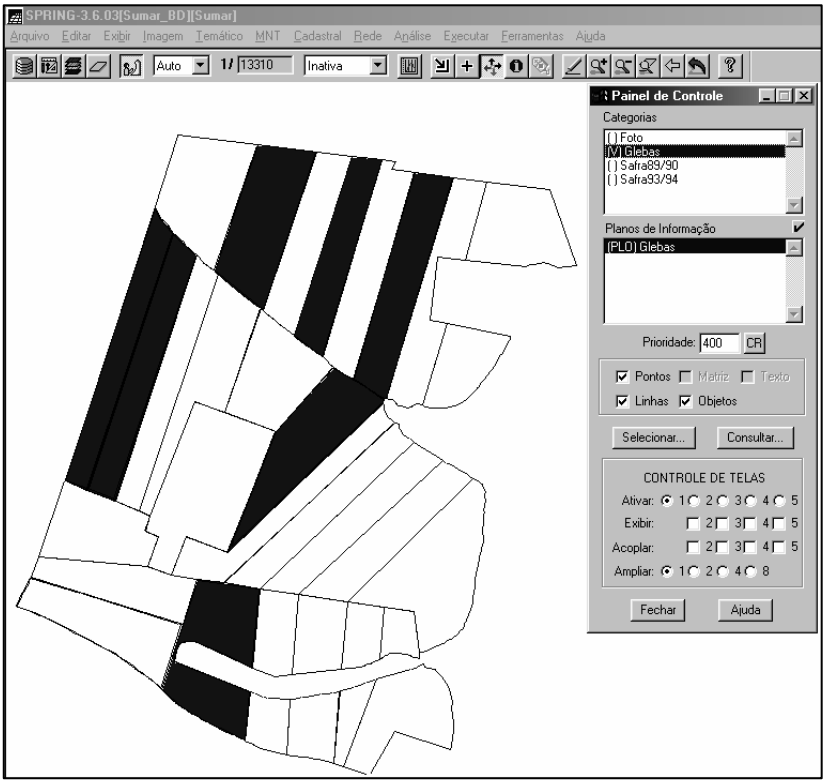
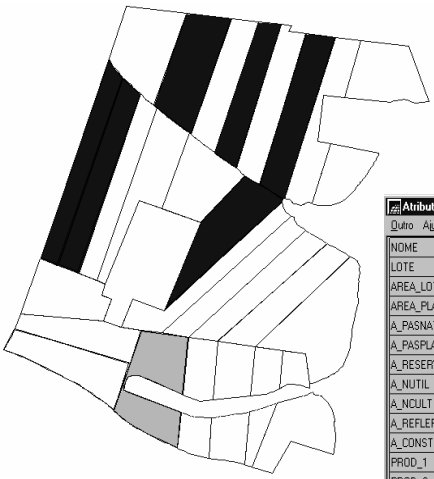


Figura 4: Visualização do Mapa Cadastral dentro do software Spring.

Conforme vão ocorrendo mudanças nos lotes, como introdução de outras culturas, mudanças no preparo do solo ou tratos culturais, bem como aumento ou diminuição da área construída ou melhoria na educação da família assentada, essas informações vão sendo atualizados no banco de dados.

O SIG dispõe de um conjunto de ferramentas e operações (como por exemplo a consulta ao banco de dados) para manipulação que permite a integração e análise dos dados, de maneira a transformá-los em informações para a tomada de decisão.

O programa Spring, utilizado no SIG, permite que seja visualizada na tela a informação de cada lote separadamente (Figura 5) ou então a abertura somente do banco de dados. Na Figura 5 o banco de dados que aparece está relacionado ao lote n° 4. Esse banco de dados contém informações do nome do proprietário, o número do lote, a área do lote, a área construída, as culturas exploradas (no caso hortaliças), o manejo, a forma de plantio e colheita, a forma de acesso ao lote e as criações existentes, ou seja, o banco de dados pode conter diversas informações que podem facilitar o trabalho dos órgãos de extensão rural no planejamento e/ou definição de ações para o assentamento, uma vez que é só estabelecer o critério que se deseja conhecer e verificar se esse dado faz parte da realidade do assentamento ou apenas de um lote.



Atributos: lote

Outro Ajuda

NOME	Maria de Fátima da Rocha
LOTE	4
AREA_LOT	7.50000000
AREA_PLA	6.00000000
A_PASNAT	0.00000000
A_PASPLA	0.00000000
A_RESERV	0.00000000
A_NUTIL	0.00000000
A_NCULT	0.00000000
A_REFLER	0.00000000
A_CONST	1500.00000000
PROD_1	Alface
PROD_2	Rúcula
PROD_3	Almeirão
PROD_4	Cenoura
PROD_5	Beterraba
PROD_6	Cheiro-verde
PREPSOLO	faz canteiros
PLANTIO	adubação química, compra de mudas, plantio em nível, compra de sementes, rotação de culturas
MANEJO	capinas, adubação química, herbicidas, inseticidas, irrigação, cobertura morta
COLHEITA	colheita manual
ARMAZEN	Não Pratica
PROCESS	Limpeza
ACES_LOT	comprou, mas não é o titular
CRIA_AN	Galinha(p), outras aves(p), peixe, abelhas(p), equinos(p)

Figura 5: Mapa cadastral e banco de dados

Utilizando a visualização de todo banco de dados é possível comparar rapidamente as informações nos diferentes lotes. Dessa maneira consegue-se saber, por exemplo, quais são os lotes que trabalham com horticultura e onde estes estão localizados dentro do assentamento. Tal informação pode agilizar o trabalho dos extensionistas em visitas técnicas, por exemplo.

Uma outra ferramenta que pode ser utilizada dentro do banco de dados é a consulta por geração de seleções. Dentro do banco de dados gera-se uma consulta estabelecendo critérios. O critério estabelecido na Figura 6 foi a localização dos lotes que tivessem área plantada maior que 4,6 ha. O programa procura dentro do banco de dados os lotes que "obedecem" ao critério estabelecido e depois gera uma tabela mostrando estes lotes.

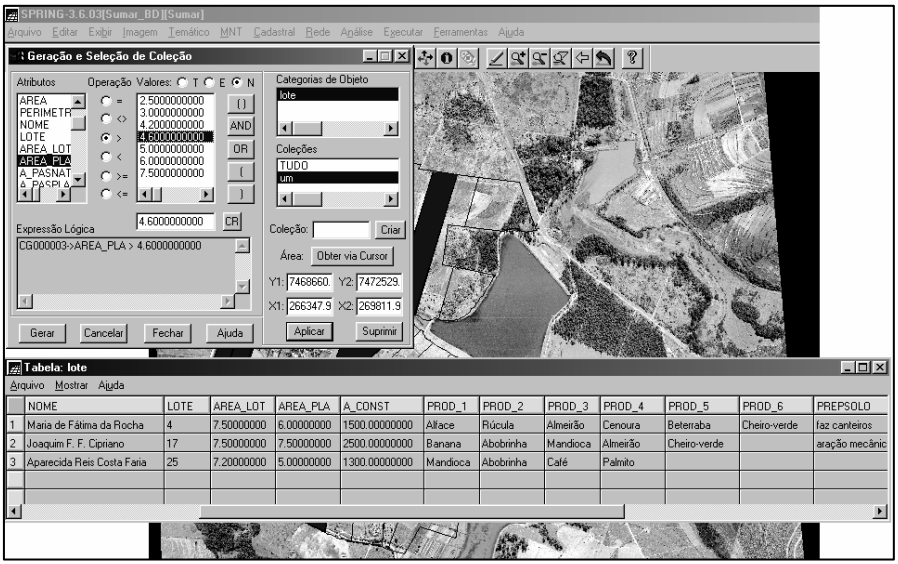


Figura 6: Mapa cadastral com consulta ao banco de dados por tamanho de área plantada

Como os dados, depois de serem compilados, permitem ao SIG efetuar uma série de consultas ao banco de dados, GUEDES e SALLES (2006) ao desenvolverem um trabalho utilizando o SIG num assentamento objetivando conhecer o grau de escolaridade dos assentados entrevistados,

realizaram um banco de dados com as informações sobre a escolaridade dos mesmos. Desta forma, numa consulta ao banco de dados com os assentados que possuem escolaridade com o primeiro grau completo, pôde-se obter, por exemplo, a resposta de dois assentados e sua respectiva localização e assim é possível avaliar o desenvolvimento evolutivo de cada beneficiário em sua parcela. Com essa ferramenta os órgãos que atuam na área poderão utilizar o banco de dados atualizado para o planejamento e controle de projetos de infra-estrutura e social para toda a comunidade envolvida.

SILVA JUNIOR (2004), estudando a modelagem de um banco de dados em SIG para o inventário de terras da sub-bacia do rio Ariranha (SC), o qual incluía dados sócio-econômicos, evidenciou a facilidade de obtenção das informações, através de mapas interativos, por técnicos envolvidos com os trabalhos de campo e pesquisa da região assim como os administradores públicos e tomadores de decisão.

Os dados apresentados na forma digital e georreferenciados tornam-se permanentemente disponíveis a quaisquer operações, análises ou atualizações que se queira efetuar posteriormente, transformando-se em uma valiosa ferramenta que pode auxiliar de várias maneiras as atividades dos órgãos de assistência técnica e extensão rural.

6. Considerações finais

Com a utilização dos mapas temáticos foi possível comparar as mudanças ocorridas no processo produtivo dentro do assentamento Sumaré I. Este mapa permite que os técnicos de instituições como a Fundação ITESP acompanhem as mudanças ocorridas dentro do assentamento e deste modo consigam realizar um planejamento mais adequado para a área.

O uso do mapa cadastral permite organizar e espacializar as informações obtidas em campo. Além disso, permite uma maior facilidade no manuseio e análise dos dados, sendo possível comparar e agrupar os mesmos de diferentes modos.

O banco de dados socioeconômicos pode gerar indicadores de desenvolvimento entre os assentados, assim os órgãos de atuação na área

podem trabalhar visando uma exploração adequada dos recursos existentes no assentamento e a melhoria na qualidade de vida dos assentados.

Percebe-se assim que o SIG se coloca como uma importante ferramenta de apoio ao planejamento e execução de projetos na agricultura e, mais especificamente, nos assentamentos rurais, pois permite analisar grandes quantidades de dados independentes destes serem estáticos, dinâmicos, ou atuando de maneira isolada ou em conjunto. Mais do que isto, o SIG permite o tratamento desses dados gerando informações e possibilitando soluções através de modelagem e simulação de cenários.

Desta forma, o trabalho com um sistema de georreferenciamento torna-se uma importante ferramenta que serve de base para a representação de banco de dados socioeconômicos e produtivos dos assentados, permitindo maior visualização dos processos que ocorrem no assentamento.

7. Referências bibliográficas

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello; OLIVEIRA, Rosangela A. P.; PINTO, Leonardo, de Barros. Condições de vida e trabalho nos assentamentos rurais de São Paulo. In: XL Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Passo Fundo, 2002, Anais..., CD-Rom.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais de São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo & LEITE, Sérgio (Orgs.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria Edy. Por um atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello; COUTO, Andréa Terzariol; JUNQUEIRA, Kellen Maria. Perfil dos assentamentos de Sumaré. In: Retratos de assentamentos, n. 5, ano III, NUPEDOR/UNESP: Araraquara, 1996.

CÂMARA, Gilberto; MEDEIROS, José Simeão de. Princípios básicos em geoprocessamento. In: ASSAD, Eduardo Delgado; SANO, Edson Eyji (Orgs.). Sistemas de informações geográficas. Aplicações na agricultura. 2. Ed., ver. e ampl. Brasília: Embrapa-SPI/ EMBRAPA-CPAC, 1998.

_____. Mapas e suas representações computacionais. In: ASSAD, Eduardo Delgado; SANO, Edson Eyji (Orgs.). Sistemas de informações geográficas. Aplicações na agricultura. 2. Ed., ver. e ampl. Brasília: Embrapa-SPI/ EMBRAPA-CPAC, 1998.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS "JOSÉ GOMES DA SILVA" DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lista de Comunidades Atendidas. Dezembro, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS "JOSÉ GOMES DA SILVA" DO ESTADO DE SÃO PAULO. Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária. Série Cadernos Itesp, n.7. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Páginas e Letras, 2000.

GUEDES, José Cristóvão de Sousa; SALLES, Ayr Trevisanelli. Estruturação de um sistema de informações geográficas no projeto de assentamento Campanário: município de São Gabriel do Oeste, MS. In: 1º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, 2006, Campo Grande, MS. Anais... Campo Grande: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2006

SILVA JUNIOR, V.P. Modelagem do banco de dados geográficos e visualização do Inventário de Terras da Sub-bacia do Rio Ariranha. In: Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário,1, 2004, Florianópolis, SC. Anais... Florianópolis: UFSC, 2004. p.1-6

WEBER, Eliseu José; HASENACK, Heinrich. O uso do geoprocessamento no suporte a projetos de assentamentos rurais: uma proposta metodológica. In: X Congresso Brasileiro de Engenharia de Avaliações e Perícias – CONBREAP, 1999, Porto Alegre, Anais... Porto Alegre, 1999.

TURISMO RURAL, RENDA E BEM-ESTAR: ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL, RS

Cléia dos Santos Moraes[1]
Marcelino de Souza[2]

Resumo

Este trabalho analisa o nível e a composição da renda, bem como a condição de bem-estar das famílias que fazem parte da Rota Colonial Linha Stein, e trabalham com a atividade de turismo rural, e das famílias vizinhas que não trabalham com a atividade. Para tanto, foi preparado um instrumento de coleta de dados para aferir as rendas e os indicadores de bem-estar das famílias. A metodologia utilizada contemplou a tipificação das famílias conforme as atividades que eram desenvolvidas por seus membros. Os resultados mostram que as famílias que fazem parte do roteiro, bem como as que não fazem, são em sua maioria pluriativas e suas rendas são compostas principalmente pela renda agrícola, embora a renda não-agrícola ofereça uma importante contribuição. Verificou-se também uma participação importante da fonte de renda de aposentadorias e pensões. A atividade de turismo rural proporcionou às famílias um incremento na renda e um bom nível de bem-estar. Estes foram estendidos indireta e, algumas vezes, diretamente às famílias que não trabalham com turismo rural, mas fazem parte da comunidade.

Palavras-chave: turismo rural, renda, bem-estar, agricultura familiar

[1] Engenheira Agrônoma, Mestre em Extensão Rural pela UFSM. Professora Substituta do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM. E-mail: cleias@yahoo.com.br
[2] Engenheiro Agrônomo, Doutor em Engenharia Agrícola; Professor Adjunto da UFRGS. E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

RURAL TOURISM, INCOME AND WELFARE: A STUDY ABOUT FAMILIAR FARMERS AT "SALVADOR DO SUL", RS

Abstract

This work evaluate the level and composition of the income, as well the welfare of the families who are part of the Linha Stein Colonial Route, and work with rural tourism, as well the neighboring families that doesn't work with rural tourism. To the evaluation was prepared an instrument to collect the data to survey the incomes and the pointers of welfare of the families. The used methodology contemplated the qualification of the families in agreement the activities that were developed by its members. The results show that the families who are part of the Route, as well as that do not make part, are in its majority pluriactivity and its incomes are composed with priority for the agricultural income, being that the not-agriculturist income offers an important contribution. One also verified an important participation of the source retirements and pensions in income. About the welfare of the families, in all of them was found a high level. The activity of rural tourism provided to the families an increment in the income and a good level of welfare. These had been extended, indirectly and some times directly to the families who do not work with rural tourism that are part of the community.

Key-words: rural tourism, income, welfare, family farm

1. Introdução

As transformações recentes ocorridas nos processos de comunicação, de acesso a informações e de sistemas de produção na sociedade em geral, representam uma nova fase do progresso tecnológico e de acumulação financeira do capital. Em geral, caracteriza-se esta fase por uma busca desenfreada por economias de escala nos diversos mercados, aumento de produtividade por métodos novos, uso de novos instrumentos, e outros aspectos, os quais têm causado profundos impactos sobre a vida econômica, social, cultural e política. Ao mesmo tempo em que gera crescimento produz enormes diferenças entre as regiões e países, com conseqüências econômicas desiguais nos diversos locais de produção segundo as estruturas e sistemas produtivos. Este fenômeno é designado na literatura como globalização.

O desenvolvimento tecnológico introduz mudanças qualitativas no processo de trabalho, em especial, nas qualificações, na divisão técnica e na organização, bem como na própria distribuição setorial do emprego dadas as rápidas expansões e declínios de atividades econômicas. De um lado, este processo possibilitou um impressionante aumento da produção e das trocas conduzindo a uma generalização do mercado, com a comercialização de praticamente tudo. De outro, transforma antigas formas de organização do trabalho e introduz novas formas de articulação do capital e trabalho. A nova divisão de trabalho se realiza, basicamente, pela globalização dos mercados financeiros, mas também pelo ajuste estrutural das economias centrais que cria desemprego, êxodo, envelhecimento e despovoamento nas diversas regiões e não se mostra sustentável.

Segundo Cristóvão e Miranda (2005), a globalização neoliberal da economia mundial e da vida social em geral, e a pressão que ela exerce sobre os estados, territórios e pessoas é um forte ingrediente nas crises setoriais que se observam em muitos países nos mais diversos cantos do globo. Para estes autores, o valor central desta globalização é o crescimento da "massa monetária" e da economia, não o bem-estar social e o desenvolvimento.

Os efeitos da globalização no meio rural, levando em conta que esta tem sido dirigida pelos interesses financeiros e empresariais, podem ser vistos nos processos de abandono e marginalização, derivados da concentração de recursos em espaços considerados mais produtivos e rentáveis.

A chamada "mundialização " se "processa, todavia, com grandes diferenças, de toda a natureza, e com exclusões, a exclusão dos inúteis, dos que não podem ou não querem vender as suas aptidões e a sua força de trabalho, que não têm suficiente poder de compra que interesse ao mercado" (Dolfus (1994) apud Cavaco (2005: 94).

Assim, assistiu-se a uma tendência da concentração da produção primária que conformou uma estrutura produtiva menos diversificada, tornando o setor muito mais vulnerável considerando as tendências futuras de produção de commodities. A intensificação deste processo levou a uma redução das rendas dos agricultores devido ao crescimento da oferta e a estagnação da demanda, exigindo ampliação crescente das economias de escala.

O fato é que a conjugação destes aspectos afetou principalmente os agricultores menos capitalizados envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais, ou seja, a pequena produção de base familiar, ou o segmento que se convencionou chamar de "agricultura familiar".

Esta questão é muito preocupante na medida em que é o principal grupo social com elevada proporção no conjunto populacional do meio rural, mas também porque atualmente pode contribuir para a solução do desemprego. Por isso, existe a necessidade de repensar este processo de abandono e esvaziamento populacional, social e econômico que atinge principalmente esse segmento e suas implicações para a questão do desenvolvimento regional.

Este último tem sido objeto de preocupações e de formulações de políticas públicas nos países desenvolvidos (EUA e Europa), traçando-se objetivos explícitos de reversão de tais tendências (Camarano e Abramovay, 1998).

A reformulação das políticas de desenvolvimento atualmente contempla a questão da dissolução de fronteiras entre o rural e o urbano, ou seja, as fronteiras estão se tornando cada vez mais nebulosas, permitindo o surgimento de uma nova racionalidade, em especial, a questão das múltiplas funcionalidades do meio rural, onde a sua imagem tem sido, com freqüência, associada a um novo mercado de bens simbólicos e estéticos, evidenciando-se a re-inserção de segmentos da população rural em novas atividades.

É por isso que Bryden, citado em Cristóvão e Miranda (2005), afirma que as mutações globais que afetam a sociedade são também portadoras de novas perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais . Neste contexto, o autor assinala o ganho de importância das noções de território e de identidade local e o conjunto de novas oportunidades, como acesso a novos mercados e atividades.

Entre essas perspectivas encontra-se a diversificação das atividades internas e externas à propriedade, envolvendo um ou mais membros da família, a qual denomina-se pluriatividade, que significa a ocupação de indivíduos das famílias em outras atividades, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção, no rural ou no urbano; a partir do momento em que não se ocupam mais em tempo integral da agricultura e ficam com tempo liberado para se ocupar de outras

atividades. Neste rol de novas atividades, surge o turismo rural, que hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo continuamente e se destacando na discussão sobre as novas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural. Segundo Blos (2000:199):

> ... encontramos hoje na imprensa referências otimistas sobre a explosão da atividade turística rural em praticamente todas as regiões do país, de Sul a Norte. Na maioria das vezes, trata-se de reportagens e anúncios turísticos sem nenhuma vinculação ou justificativa para o desenvolvimento das comunidades onde se localizam esses negócios. É fundamental, entretanto, entender a dinâmica que se estabelece entre a idéia de imperativos de um projeto de desenvolvimento pela via do turismo...

A capacidade de crescimento do turismo rural, como alternativa para os processos de desenvolvimento rural, tem sido destacada como relativamente elevada. Segundo Simões (2003:15), esta tem sido uma atividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer consideravelmente nos próximos anos. Ainda segundo este autor, a Organização Mundial do Turismo – OMT prevê um crescimento da ordem de 4% ao ano para o turismo internacional até o ano de 2010. O turismo rural também tem sido objeto de interesse na academia, onde se busca uma melhor compreensão dos aspectos ligados a esta atividade, como seus impactos nas famílias que a adotam e nas regiões onde ela é desenvolvida.

Também vêm sendo realizados estudos sobre em quais realidades o turismo rural se adapta e passa a ser definitivamente um vetor de desenvolvimento rural[3]. No decorrer dos anos, desde o relato da primeira experiência que ocorreu no Brasil, em Lages-SC, no ano de 1986 (Zimmermann, 1996), estes estudos foram se intensificando, aprofundando e se especificando.

Também o turismo rural pode ser um elemento importante no sentido de provocar algumas melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam. Como se

[3] O desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004), é um processo no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros.

sabe, o desenvolvimento rural passa pela melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, que pode ocorrer através de um aumento em sua renda, o que conseqüentemente pode implicar em mais conforto, qualidade de vida e bem-estar[4].

Assim sendo, torna-se coerente que se façam estudos sobre os impactos do turismo rural no nível de bem-estar das famílias que adotam esta atividade. Existem muitas discussões e estudos realizados sobre benefícios que o turismo rural oferece às famílias, devido a algumas características que são intrínsecas à atividade, por exemplo, o resgate cultural, a valorização da cultura, costumes locais e patrimônio construído[5], preservação do meio ambiente, entre outros.

Deste modo, torna-se relevante conhecer os aspectos relativos à atividade turística no meio rural, em especial, estudar os impactos do turismo rural sobre o nível e a composição da renda destas famílias e as mudanças decorrentes do seu desenvolvimento. Adicionalmente, mas não menos importante, é a necessidade de se conhecer como esta atividade é introduzida entre os agricultores familiares, principalmente para fins de elaboração e implementação de novas políticas públicas ao segmento da agricultura familiar.

Neste sentido, este estudo investiga o nível, a composição de renda e indicadores de bem-estar das famílias de um roteiro turístico no município de Salvador do Sul, a Rota Colonial Linha Stein. Para tanto, foi realizado um estudo comparativo entre as famílias que fazem parte da Rota e famílias vizinhas que não desenvolvem atividades de turismo.

2. Metodologia utilizada

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se uma amostra não-probabilística intencional que, segundo Almeida (1989), consiste em

[4] O bem-estar é um termo de difícil e variada conceituação. O bem-estar, no sentido em que foi aqui considerado, consiste em obter bens e elementos que proporcionem uma qualidade de vida. Na grande maioria das vezes eles possuem um custo que está associado a sua aquisição. Para muitos autores, é o acesso a estes bens que proporcionam uma melhor ou pior qualidade de vida, pois, segundo Correia apud. Cavaco (2004:107): "... a qualidade de vida envolve acesso a bens e serviços básicos (ensino, saúde) culturais e de lazer, mesmo com atividades 'itinerantes' (Internet, televisão por cabo, teletrabalho, que são desterritorializadas), qualidade ambiental, modos de vida tranqüilos...".

[5] A esse respeito ver o trabalho de Fucks (2005).

selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas. No presente caso, a amostra foi composta por um grupo de 5 (cinco) famílias que trabalham com a atividade de turismo rural, e um outro grupo de 5 (cinco) famílias que não estavam inseridos no roteiro turístico na localidade Linha Stein do município de Salvador do Sul.

2.1 Área de estudo

O município de Salvador do Sul, na região do Vale do Caí, constitui-se em um município relativamente pequeno, onde se ressalta a atividade de agricultura familiar, que passou, nas últimas décadas, por uma série de mudanças e problemas, os quais levaram estas famílias a procurarem por alternativas para a sua manutenção no campo. A população é de 6.039 habitantes, sendo que destes 48,4% residem no meio rural. A zona rural do município caracteriza-se pela presença de propriedades com estratos de menos de 5 ha até 50 ha, sendo que a maioria delas, 27,9% encontra-se em estratos de 5 ha até 10 ha[6]. Este município foi pioneiro na região do Vale do Caí a adotar a atividade de turismo rural com a assistência do escritório municipal da EMATER/RS – Ascar. Formou-se, em Salvador do Sul, a Rota Colonial Linha Stein, que fica em uma comunidade que se compõe por 15 famílias, das quais, no período da pesquisa, 5 faziam parte do roteiro turístico. A Rota Colonial Linha Stein faz parte de um roteiro maior que abrange a microrregião de Salvador do Sul, o Roteiro Caminho das Velhas Colônias, do qual participam cinco municípios: Barão, São Pedro da Serra, Maratá, Brochier e Salvador do Sul.

O roteiro é fruto de um DRP (Diagnóstico Rural Participativo) realizado pela EMATER/RS – Ascar. A partir deste diagnóstico, foram priorizadas as ações de turismo e meio ambiente. Durante o passeio à Rota Colonial Linha Stein, que é pioneira na Região do Vale do Caí, os visitantes e turistas podem apreciar o Túnel de Linha Bonita, que é o único túnel curvilíneo escavado na pedra da América Latina. A partir daí pode-se conhecer as famílias integrantes do roteiro. As famílias se identificam, no roteiro, de acordo com a atividade agropecuária e agroindustrial que desenvolvem e proporcionam aos visitantes os seguintes empreendimentos: a Casa das Massas, propriedade Moenda da Cana, Panificação Recanto Colonial, propriedade da Acácia Negra e Pesque e Pague das Pinguelas.

[6] Dados retirados do Relatório de Ações e Resultados 2005, do Escritório Municipal da EMATER/ASCAR-RS do município de Salvador do Sul.

Após a visitação às propriedades, os turistas podem adquirir produtos coloniais produzidos pelas famílias; no final do passeio também é oferecido o Café da Colônia pelas famílias da Rota, quando elas se reúnem e juntam seus produtos para prepará-lo.

2.2. Contatos, visitação e coleta de dados

No site da SETUR – Secretaria do Estado de Turismo – foram encontrados documentos com a descrição de vários roteiros turísticos existentes no RS, com informações e contatos. Através de uma pesquisa nestes documentos, e de acordo com os objetivos propostos por esta pesquisa, foi escolhida a rota objeto de estudo deste trabalho. A escolha da Rota Colonial Linha Stein se deu devido ao tempo relativamente longo que a atividade de turismo rural já vinha sendo desenvolvida, o que mostra uma certa consolidação dos processos estabelecidos para a concretização da rota na comunidade.

Em um primeiro momento, foi realizada uma coleta de dados secundários, através de documentos que continham informações sobre o município de Salvador do Sul e da Rota Colonial Linha Stein, objeto direto do estudo. Foram, assim, sistematizadas as informações sobre o roteiro turístico e sobre o município como um todo. As informações coletadas neste momento foram obtidas através de pesquisas na internet e através de folhetos e folders sobre a cidade e sobre o roteiro turístico, Rota Colonial Linha Stein. Em um segundo momento, foi estabelecido um contato telefônico com pessoas responsáveis pela Rota Colonial, através do escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS – ASCAR. As pessoas contatadas foram a chefe e o técnico agropecuário do escritório municipal. A partir destes contatos, foram também acionados os responsáveis ligados à Prefeitura de Salvador do Sul que nos cederam outras informações e documentos sobre o município e suas características gerais[7].

A visitação ocorreu no período de 04 a 07 de abril de 2006, e a aplicação dos questionários se concentrou nos dias 05 e 06. Foram visitadas 10 famílias ao total da pesquisa, 5 famílias que estão inseridas na Rota Colonial Linha Stein, ou seja, que trabalham em suas propriedades com a atividade de turismo rural. E o mesmo número de famílias, que são

[7] Estas informações foram obtidas de Forneck (2005).

vizinhas a estas, e que não estão inseridas no roteiro, sendo estas entrevistadas aleatoriamente.

Estas visitas ocorreram sempre com o apoio do escritório municipal da EMATER/RS – ASCAR. Nestas visitas, os questionários foram aplicados aos proprietários dos empreendimentos de turismo rural e das propriedades que possuíam apenas atividade agrícola. Foi feito um reconhecimento do local e das características do município, bem como contato com a prefeitura e demais entidades de interesse para os objetivos deste trabalho. Ainda foram realizados registros sobre os demais aspectos turísticos do município e da Rota Colonial. Estes registros ocorreram sob forma de anotações e fotografias.

O instrumento que foi utilizado para coleta de dados constou de um questionário contendo perguntas com respostas fechadas, abordando especificamente o problema proposto pela pesquisa. Este instrumento de coleta de dados já havia sido previamente testado quando houve a realização de outra pesquisa de maior abrangência, o Projeto Rurbano (Fase III), coordenado pelo Núcleo de Economia Agrícola da UNICAMP (Universidade de Campinas), desenvolvido nos anos de 2001 e 2003.

No que diz respeito à unidade de análise utilizada, este é o chamado “estabelecimento expandido” que comporta informações acerca da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio, outras informações referentes ao estabelecimento agropecuário. Desta forma, procurou-se construir uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

A composição da unidade familiar se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”. Essa opção metodológica se deve a duas razões: primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos membros, o que leva ao fato de que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada, mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, o fato de que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá

realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território[8].

Posteriormente, foi realizada uma tipificação das famílias de acordo com os dados encontrados na pesquisa. As famílias foram separadas de acordo com a figura 1.

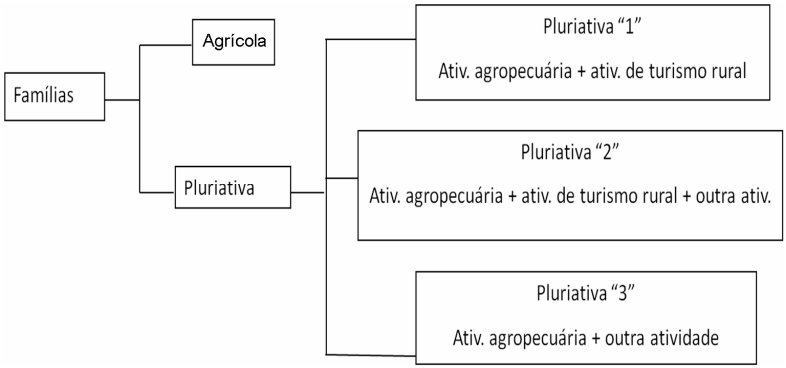


Figura 1. Tipificação das famílias pesquisadas

O período que foi considerado de referência para esta pesquisa foi de setembro de 2004 até outubro de 2005 para que se pudesse contemplar um ano agrícola .

O nível de renda dos produtores foi obtido através de algumas questões contidas no questionário, de maneira a se discriminar a origem da renda, observando se era oriunda de atividades agrícolas ou não-agrícolas, ou se era oriunda de aposentadorias ou pensões, ou ainda de "outras rendas". Identificada a origem das rendas da família e do empreendimento, estas passaram por uma classificação para, posteriormente, uma análise em relação às atividades desenvolvidas nas diferentes famílias.

A classificação da renda das famílias foi composta da seguinte forma: a) renda agrícola, a partir da qual foi contabilizada toda renda provinda de produção agrícola e de animais, como produtos finais e prontos para venda; b) a renda de autoconsumo da família, ou seja, tudo o que foi produzido e consumido na propriedade no período considerado, c) renda não-agrícola, na qual foi contabilizada toda a renda da família que não

[8] Para uma discussão mais aprofundada a este respeito, ver o trabalho de Brun (1989).

provém da atividade agrícola ou pecuária. Entram nesta fonte a renda obtida com a atividade de turismo rural e atividades desenvolvidas pelos membros da família que ocorrem fora da propriedade; d) renda de aposentadorias e pensões, as quais são contabilizadas todas as rendas de transferência social, em especial as aposentadorias e pensões que os membros das famílias recebem; e) "outras rendas", onde foram contabilizadas rendas que são obtidas com investimentos bancários, aluguéis de casas nas cidades, poupanças, etc.

Para a obtenção do índice de bem-estar das famílias pesquisadas, a análise teve como base o índice de bem-estar social (IBES), baseando-se em dois autores. Kageyama (2004) discute o índice de bem-estar social com algumas variáveis e Garcia (2003) trabalha o grau de acesso dos domicílios rurais aos bens essenciais e grau de adequação relativa dos domicílios rurais, com algumas variáveis diferentes das trabalhadas por Kageyama (2004).

O índice de bem-estar social, proposto por Kageyama (2004), descreve este índice como sendo composto por variáveis relativas ao município (que, no caso de seu estudo, foi a unidade de análise) como um todo. O IBES refere-se apenas à situação de bem-estar nos domicílios rurais. Para a mensuração deste índice, a autora utiliza os seguintes indicadores: proporção de domicílios rurais com instalação sanitária; proporção de domicílios rurais com telefone (fixo ou celular); número médio de anos de estudo dos moradores de 7 anos ou mais nos domicílios rurais e proporção de crianças de 7 a 14 anos nos domicílios rurais que freqüentam escola. É preciso levar em consideração que a utilização deste índice para a autora era parte de um índice maior, o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), que é composto, segundo Kageyama (2004), pela média entre os índices de população e migração; índice de economia; índice de meio ambiente e o índice de bem-estar social. Em seu estudo, a autora mensurou o IDR para o município de São Paulo.

No trabalho de Garcia (2003), o autor trabalha com o grau de adequação relativa dos domicílios rurais (Garr), onde se utilizam as seguintes variáveis: percentual de domicílios com água com canalização interna ligada à rede geral; percentual dos domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora ou fossa séptica); percentual de domicílios com banheiro de uso exclusivo; percentual de domicílios com coleta de lixo; percentual de domicílios com iluminação elétrica e percentual de domicílios

com telefone. Neste caso do grau de adequação relativa dos domicílios rurais, o autor coloca pesos para as variáveis, pelos quais estas serão multiplicadas para que se obtenha o grau de adequação. Outra mensuração feita por Garcia (2003), neste estudo, foi a do grau de acesso relativo dos domicílios rurais aos bens essenciais (Gabe). A metodologia utilizada foi a mesma para o Garr, mas as variáveis são a existência no domicílio de: fogão; geladeira; filtro de água; rádio; TV e máquina de lavar roupa. Para a mensuração, o autor ainda utiliza alguns indicadores de acesso à assistência médico-odontológica que foram: o número médio de consultas por habitante/ano e o percentual de pessoas que nunca consultaram dentistas. Garcia (2003) faz uma comparação das variáveis medidas, entre domicílios rurais e urbanos, através das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs).

Para o presente trabalho, que teve por objetivo fazer uma comparação do índice de bem-estar entre famílias que estão inseridas em um roteiro de turismo rural e famílias que não estão inseridas, optou-se por fazer uma utilização de variáveis utilizadas pelos dois autores para chegar ao índice de bem-estar social. Então, para obtenção do índice de bem-estar social, neste trabalho foram utilizados os seguintes indicadores: Instalação sanitária (água encanada, esgotamento, banheiro exclusivo), telefone; grau de escolaridade (média de anos de escola dos indivíduos com 7 anos ou mais, na família); coleta de lixo; eletricidade; acesso à assistência médico-odontológica; fogão; geladeira; filtro de água; rádio; TV e máquina de lavar roupa.

Para sistematização dos dados, foi feito inicialmente o levantamento de informações dos indicadores. A partir disso, atribuiu-se valores 1 para presença do indicador e 0 para a ausência do indicador, a média entre eles, ou seja, a soma de todos dividido pelo número total de indicadores foi, então, o índice de bem-estar social daquela família. Para o caso da escolaridade, o método utilizado foi a medida estatística mediana entre os valores médios de anos de escolaridade entre os residentes em idade escolar nos dados coletados. Aos valores que ficaram acima desta mediana, foi atribuído o valor 1 e os que estiveram abaixo da mediana receberam o valor 0. Para a tabulação dos dados, foi utilizado o programa Excel. De posse desta tabulação, confeccionaram-se as tabelas as quais foram analisadas.

3. Resultados e discussões

3.1 Formas de ocupação dos membros das famílias

Na tabela 1, são apresentadas as profissões em que se ocupam os integrantes das famílias pesquisadas. Nesta tabela, estão dispostos dados, os quais podem apresentar a dupla ocupação, no caso das famílias que trabalham com o turismo rural, onde os integrantes que trabalham com a agricultura têm, além desta ocupação principal, também o turismo rural.

Isto faz com que a profissão de agricultor não esteja computada na soma total dos valores relativos de pessoas ocupadas. Devido ao número relativamente pequeno de famílias na amostra, as atividades quase não se repetem e existe certa variedade destas. Na tabela 1, pode-se notar que o setor de atividade mais exercido pelos integrantes das famílias pluriativas é a construção civil, com a profissão de pedreiro. Também encontramos uma família que conjuga as atividades agropecuárias com a atividade de faxina, o que segundo Leal (2004) se classifica como "pluriatividade não desejada".

Também se observa nestes dados que as famílias "pluriativas 3" são as que possuem atividade agrícola e outra atividade que não o turismo rural, concentrando o maior número de pessoas ocupadas com atividades não-agrícolas fora da propriedade.

Nas famílias onde existe a atividade de turismo rural, a maioria da mão-de-obra se ocupa nesta atividade e, em dois casos, integrantes da família trabalham no setor de construção civil como pedreiros. Geralmente, as "outras ocupações" declaradas pelos integrantes das famílias são de baixa qualificação, o que pode ser devido aos níveis de escolaridade (anos de estudo) dos membros das famílias que se situam em torno de apenas 5 anos.

TABELA 1

Ocupação principal dos integrantes das famílias pesquisadas

	Tipos de famílias							
	Pluriativa 1		**Pluriativa 2**		**Pluriativa 3**		**Agrícola**	
Ocupação principal	**nº**	**%**	**nº**	**%**	**nº**	**%**	**nº**	**%**
*Agricultor**	*9*	*75*	*2*	*33,3*	*4*	*44,5*	*6*	*100*
Prestação de serviços (turismo)	12	100	4	66,7	0	0	0	0
Pedreiro	0	0	2	33,4	0	0	0	0
Faxineira	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Calçadista	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Comerciantes	0	0	0	0	2	22,2	0	0
Frete	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Total	**12**	**100**	**6**	**100**	**9**	**100**	**6**	**100**

* Dupla ocupação

3.2 Composição das rendas familiares

A composição das rendas das famílias estudadas é de elevada importância para a identificação da qualidade de vida e nível de bem-estar das mesmas, pois o rendimento familiar é um parâmetro de bem-estar. Está confirmado nas estatísticas do IBGE que, quanto maior o rendimento da família, menor o tamanho desta, o que se deve a sua melhoria no acesso a informações e conseqüentemente um maior nível de escolaridade. Este, por sua vez, permite-lhe a busca por empregos mais rentáveis ou atividades que lhes proporcionem melhores condições de vida.

O gráfico 1 apresenta a tabulação dos resultados dos dados coletados sobre a composição das rendas das famílias que trabalham e que não trabalham com turismo rural. A composição das rendas das famílias mostra a importância que as rendas não-agrícolas representam na renda total da família, principalmente na agricultura familiar, como é o caso das famílias que compõem este estudo. Dentre estas rendas não-agrícolas, a renda que provém da atividade de turismo rural se destaca. Assim, podemos perceber a importância da pluriatividade para a manutenção das famílias desta comunidade no campo. Porém, muitas vezes, esta vem a partir de atividades que se caracterizam como subempregos, como foi

discutido à luz dos dados sobre as formas de ocupação dos integrantes das famílias.

Pode-se perceber, no gráfico 1, que apesar da contribuição da renda não-agrícola nas famílias que trabalham com turismo rural ser bastante significativa, 32% na média; na renda familiar total, a maior contribuição média ainda é da renda agrícola, sendo 46,4% da renda familiar total. Já para as famílias que não trabalham com o turismo rural, a contribuição da renda não-agrícola é um pouco menor na renda familiar total, perfazendo uma média em torno de 19,1%. Mas, mesmo nestas famílias, que são também pluriativas, a participação da renda agrícola na renda familiar total ainda é superior, perfazendo uma média de 72,2% desta. No caso das famílias agrícolas, a participação da renda agrícola é bem maior; pois não existe participação de rendas não-agrícolas, já que estas se dedicam exclusivamente às atividades agropecuárias.

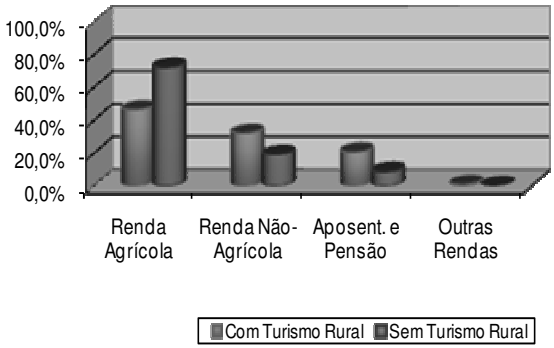


GRÁFICO 1. Composição das rendas familiares

A participação das rendas de aposentadorias e pensões na renda familiar total, nas famílias que trabalham com turismo rural, fica em torno de 20%; das que não trabalham fica em 8,7%, sendo que nas famílias agrícolas fica na média em 8%. O valor para as famílias que trabalham com turismo rural se aproxima muito dos valores encontrados na literatura, pois Leal (2004), quando analisou a composição da renda das famílias do Rio

Grande do Sul, encontrou o percentual de 17% de aposentadorias e pensões. A importância desta renda é bastante elevada na composição da renda familiar total das famílias da comunidade, o que pode ser percebido nos relatos das famílias sobre o fato de que as aposentadorias e pensões são fontes seguras de renda, fontes fixas, que serão recebidas a cada final de mês. Os resultados no seu conjunto confirmam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram . A participação de outras rendas na renda familiar total é menor que 1%, sendo que o encontrado na literatura é de 5%, segundo Leal (2004). Este resultado encontrado para o valor de outras rendas nesta comunidade está, de certa maneira, de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que "outras fontes de renda são muito menos importantes" na composição da renda média familiar rural (Mackinon et al., 1991:63). Para estes autores, assim como para nós, os resultados encontrados apontam para o fato de que as três fontes principais de renda são: agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e /ou pensões.

A tabela 2 dispõe os dados referentes à renda per capita média das famílias entrevistadas. Este item, renda per capita, trata de um indicador de bem-estar, sendo que, muitas vezes, ele é utilizado separadamente para se tentar mensurar o bem-estar de uma família ou comunidade. A renda per capita das famílias que trabalham com o turismo rural é um pouco superior à renda per capita das famílias que não trabalham com a atividade (pluriativa 3). Porém, a diferença não é muito elevada; mas isto pode ser explicado através do fato de que, nas famílias que trabalham com o turismo rural, apesar de o tamanho médio das famílias ser em torno de 5 integrantes, existe uma família que contém 9 integrantes, o que baixou um pouco o valor da renda média per capita.

Com estes valores, se adotarmos a "linha de pobreza" , conforme a metodologia que é utilizada no IBGE, ou seja, como sendo um rendimento mensal igual ou inferior a R$ 150,00, apesar dos valores médios apresentados, podemos observar no estudo que uma família possui rendimento que a classificaria como abaixo da linha de pobreza. Esta família não trabalha com turismo rural e possui uma área de apenas 0,5ha. Dos integrantes da família, apenas o casal tem rendimentos, sendo os demais integrantes compostos por crianças com idade inferior a 10 anos e

uma pessoa que apresenta problemas mentais, que recebe um rendimento de R$ 75,00 mensais.

Em se utilizando renda per capita como indicador de bem-estar, pelos valores médios apresentados por este estudo, podemos afirmar que as famílias, baseadas neste indicador, apresentam um bom nível de bem-estar.

TABELA 2

Renda *per capita* das famílias estudadas

Tipo de família	**Renda *per capita* média R$**	**Renda *per capita* mensal média em salários mínimos**
Agrícola	9.922,00	2,77
Pluriativa 1	6.663,66	1,82
Pluriativa 2	9865,50	2,74
Pluriativa 3	5.122,55	1,42
Média Geral	**7893,43**	**2,19**

3.3. O bem-estar das famílias

O gráfico 2 apresenta os dados relativos ao índice de bem-estar das famílias entrevistadas neste estudo. Nele, podemos observar que nenhuma família ficou com o índice de bem-estar abaixo de 0,8, o que indica um bom nível de bem-estar, já que este vai de 0 até 1. Este valor fica próximo ao valor de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Salvador do Sul, no ano de 2000, que foi de 0,830 , apesar de haver claras distinções metodológicas na obtenção dos índices.

Dos itens investigados durante o estudo para este índice, apenas um não existia na grande maioria das famílias, que foi o filtro de água. Também a média de escolaridade tendeu a baixar um pouco o nível do bem-estar das famílias. De qualquer maneira, é um valor relativamente alto. Quanto à instalação sanitária, as famílias conseguiram recursos para que fossem instaladas fossas sépticas em todas as propriedades da comunidade, incluindo àquelas que não fazem parte do roteiro. O telefone foi um item que obteve resposta afirmativa em todas as famílias, sendo que, em algumas, apenas o telefone móvel foi relatado; mas, em todas as famílias que possuíam telefone fixo, foi relatado o desinteresse em continuar com a linha fixa, devido aos altos valores cobrados em taxas pela operadora.

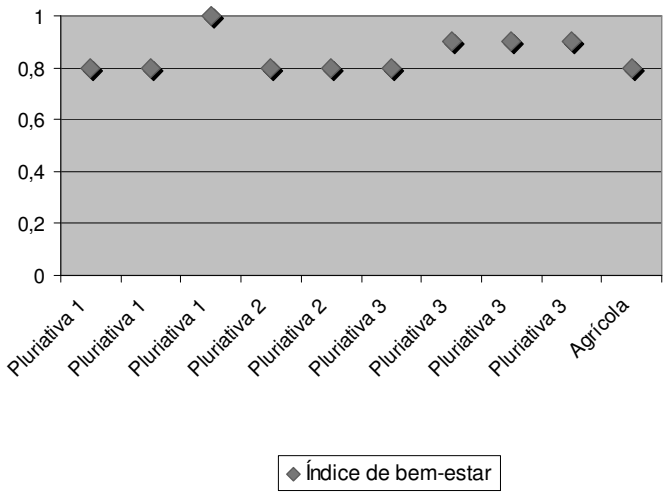


GRÁFICO 2. Índice de Bem-Estar das Famílias Estudadas*

* Observação: as informações aqui apresentadas se referem a todas as famílias estudadas.

Também a eletricidade se mostrou presente, sendo que todas as famílias obtêm sua eletricidade da rede geral instalada na comunidade. A coleta de lixo é realizada pela prefeitura na comunidade. Porém, para que o lixo seja recolhido, todas as famílias da comunidade devem levar o mesmo até certa parte do caminho, onde o caminhão recolhe. Este item foi motivo de reclamação entre alguns entrevistados e motivo alegado por uma das famílias para justificar a queima do lixo produzido na propriedade. O acesso à assistência médica e odontológica da comunidade estava presente em todas as famílias que participaram da pesquisa, sendo que esta assistência é realizada através do Sistema Único de Saúde – SUS, e pela Prefeitura

Municipal, e foi avaliada de forma satisfatória pelas famílias da comunidade. Quanto aos demais itens que fazem parte dos bens essenciais às famílias, como eletrodomésticos, todos estavam presentes segundo as famílias objetos do estudo.

Ao relacionarmos o índice de bem-estar encontrado, neste estudo, nas famílias da comunidade onde está inserida a Rota Colonial Linha Stein, com os resultados encontrados na composição das rendas das mesmas, observamos que elas tendem a proporcionar uma boa qualidade de vida para as famílias envolvidas com atividades não-agrícolas e principalmente com a atividade de turismo rural que, além de incremento em renda, traz consigo outros benefícios que já foram previamente discutidos.

Os resultados encontrados neste estudo, para as famílias que fizeram parte da amostragem, estão, de certa forma, em concordância com a literatura que trata do assunto. Teixeira (1998:157), ao estudar a pluriatividade na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, comparou as famílias de agricultores puros e famílias pluriativas, destacou diferenças importantes, principalmente com relação aos bens de consumo. As famílias pluriativas apresentavam-se em melhores condições materiais quando comparadas com as famílias agrícolas.

Neste sentido, enfatiza o surgimento de novos padrões de consumo, como por exemplo, a forma de decoração e o conforto das habitações, a compra de eletrodomésticos, automóveis e antenas parabólicas. Do ponto de vista do desenvolvimento rural, estes resultados assumem uma dimensão importante na medida em que a pluriatividade se constituiu num recurso extremamente eficaz, tanto para fornecer oportunidades de retenção da população no espaço rural, como para elevar o padrão de vida das famílias estudadas. Obviamente esta questão levanta implicações adicionais para outros aspectos, como a provisão de serviços e a vida social.

É importante relatar o efeito da introdução da atividade de turismo rural no bem-estar da comunidade da Linha Stein, também para as que não adotaram a atividade. Os relatos que foram feitos durante as entrevistas mostravam claramente o sentimento de “satisfação”, quando as famílias falavam sobre as atividades que vinham sendo desenvolvidas, durante os anos em que vêm trabalhando com o turismo rural, bem como quando relatavam as histórias que viveram. Um fato importante a ser levado em consideração é a atitude das famílias vizinhas quando perceberam as

melhorias que foram adotadas pelas famílias para atender aos visitantes que passariam a receber. Com esta percepção, elas buscaram também melhorias para as suas propriedades, o que acabou lhes proporcionando uma grande melhoria nas condições de vida e até mesmo nos seus processos de produção. Em relação ao planejamento, visando à introdução da atividade de turismo rural, as famílias fizeram um ajardinamento em suas propriedades para que estas se tornassem mais atraentes para os visitantes, bem como foram afastadas as pocilgas das residências, sendo construídas fossas para o descarte dos dejetos dos animais, sem prejudicar o meio ambiente. Ao perceber estas atitudes, as demais famílias vizinhas, que não participam do roteiro, acabaram aderindo e fazendo também o ajardinamento em suas propriedades, bem como o afastamento das pocilgas das residências e demais cuidados com a higiene e apresentação de suas propriedades. Durante o estudo constatou-se que tal atitude visava a que os visitantes tivessem uma boa impressão de suas propriedades, já que estas também compunham a comunidade apesar de não estarem abrindo suas propriedades à visitação. Podemos então observar a influência da atividade turística mesmo nas famílias que não entraram no roteiro, através da adesão a certas atitudes tomadas pelas famílias que adotaram o turismo rural.

Outra característica importante, identificada através de informações dos técnicos da EMATER/RS – Ascar e da Prefeitura de Salvador do Sul, foi o interesse destas famílias vizinhas ao roteiro em participar das atividades. Não há o interesse de todas as famílias, mas da maioria. Algumas das famílias já estão se preparando, conforme foi identificado no estudo, para começar a participar do roteiro, adequando a infra-estrutura através de algumas melhorias no domicílio e através dos cursos de capacitação dos quais as famílias, que já atuam com o turismo rural, participam. Importante também é o fato da tomada de consciência das famílias sobre a importância da manutenção de seus costumes, origens e suas culturas. Isso se percebe através das restaurações que foram e estão sendo feitas ainda nas construções, por exemplo, para a recepção dos visitantes, onde as famílias têm o cuidado para que as construções sejam mantidas em seus estilos.

Mas, segundo relatos dos técnicos da EMATER/RS – ASCAR, essa consciência não foi absorvida logo no início do processo para a adoção das atividades de turismo rural, pois, existiram casos onde a família realizou uma ampliação na casa para uma melhor acomodação dos

produtos que são vendidos durante as visitas, e mesmo para que os grupos de visitantes tivessem um espaço mais amplo. Essa ampliação modificou o estilo original da construção. Neste caso, a família atualmente está disposta a recuperar o estilo anterior à construção da casa, pois percebeu o interesse do visitante no estilo da casa, bem como em seu contexto histórico. Juntamente a estas observações podemos ainda unir o sentimento de uma necessidade de preservação ambiental que foi detectada durante o estudo para todas as famílias analisadas, no sentido de manter o meio ambiente limpo e intocado, já que esta era também uma demanda por parte dos turistas que foi observada pelas famílias que trabalham com o turismo rural e também pelas que são vizinhas.

Outro aspecto relevante identificado por este estudo foi a organização social que a introdução da atividade de turismo rural na comunidade de Linha Stein provocou entre as famílias. Foi através desta organização das famílias entre si que foram conseguidos os recursos para melhorias na rede sanitária, nas moradias e infra-estrutura para recepção, para melhoria na higiene das moradias, bem como para angariar recursos do PRONAF e outros tipos de financiamento como RS rural . Esta organização das famílias chegou a proporcionar para a atividade de Turismo Rural uma lei municipal, aprovada pela câmara de vereadores, a lei nº 2428 de 02 de abril de 2003, Lei de Incentivo ao Turismo de Salvador do Sul.

A aprovação desta lei proporcionou algumas vantagens para a comunidade, como a participação ativa da Prefeitura para o incentivo das atividades de turismo rural e algumas melhorias em infra-estrutura, como as estradas, o funcionamento da coleta de lixo na comunidade, entre outras. Segundo esta lei, a prefeitura reduz em 50% os preços de execução de serviços para melhorias nas construções e estradas como terraplenagem, serviços com equipamentos rodoviários, pedra britada, abertura de açudes, entre outros.

4. Considerações finais

Diante do que foi apresentado, podemos perceber a importância das discussões sobre as estratégias de desenvolvimento rural, bem como

das alternativas que se apresentam para alcançá-lo. Neste estudo, foi visto a relevância da pluriatividade e especificamente do turismo rural dentro deste contexto. Embora saibamos que a pluriatividade esteve sempre presente nas propriedades agropecuárias, identificamos atualmente uma intensificação destas atividades agora, não mais como uma atividade realizada eventualmente, mais por amizade e compadrio, sem qualquer intuito de acréscimo de renda, mas sim diante de uma necessidade de subsistência e manutenção das famílias no meio rural (Vieira et al., 2006).

Confirmando a expressão da pluriatividade, constatamos que das 10 famílias que participaram do estudo, apesar de apenas 5 delas estarem atuando com a atividade de turismo rural, somente duas famílias são exclusivamente agrícolas. Assim, podemos concluir que a pluriatividade, na comunidade Linha Stein, é uma alternativa bastante utilizada e eficaz para a manutenção destas famílias no campo. A pluriatividade vinha sendo desenvolvida, nas famílias, mesmo antes da consolidação da rota de turismo rural[9], o que confirma a literatura, que diz que estas atividades externas à propriedade rural têm grande importância na composição da renda dos agricultores familiares e na sua manutenção no campo. As pluriatividades estavam presentes em praticamente toda a amostra, e em poucos momentos elas não estavam ligadas ao turismo rural. Entre as famílias que não trabalham com a atividade, excetuando-se as famílias que são exclusivamente agrícolas, as ocupações são bastante variadas, sendo serviços domésticos, construção civil, comércio, frete, entre outras que se caracterizaram neste estudo como subempregos.

Um importante papel da atividade de turismo rural que é desenvolvida na comunidade é amenizar a situação da falta de empregos com carteira assinada, proporcionando a estas famílias um modo de garantir além de incremento de renda, uma melhoria na qualidade de vida. Esta atividade promoveu vários benefícios às famílias estudadas, sendo desde o fortalecimento de sua cultura e costumes até o incremento de renda. Podemos então identificar uma necessidade de incentivo a atividade e até sua integração com atividades ambientais, por exemplo.

No que diz respeito à composição das rendas das famílias estudadas, podemos concluir que as rendas mais importantes são,

[9] A EMATER-ASCAR vinha realizando anteriormente, em conjunto com estes agricultores, um trabalho de organização dos mesmos para a venda direta de produtos na sede do município. Ou

respectivamente, as rendas agrícola, não-agrícola, de aposentadorias ou pensões e, com menor importância, as outras rendas. Nesta composição podemos então concluir que a atividade agropecuária deve se manter mesmo entre as famílias que trabalham com turismo rural, o que se deve inclusive ao fato destas atividades estarem muito inter-relacionadas na Rota. A importância relatada para as famílias estudadas da renda não-agrícola, sendo que boa parte é provinda do turismo rural, reforça a relevância para que se criem políticas de incentivo a esta atividade, bem como uma melhor fiscalização para as atividades não-agrícolas que provocam o subemprego. Outra conclusão relevante é o peso que as rendas de aposentadorias e pensões têm na composição da renda das famílias da comunidade Linha Stein, significando a parcela estável de sua renda total e a aquisição segura de medicamentos importantes, por exemplo. A renda *per capita* indicativa de qualidade de vida é superior a 1,4 salários míninos nacional, para as famílias que compuseram este estudo, o que podemos considerar como uma renda *per capita* ao menos razoável. Este fato se deve, inclusive, devido à introdução do turismo rural na comunidade, o que elevou esta renda para as famílias analisadas neste estudo.

Acerca do bem-estar, podemos dizer que este índice para as famílias da comunidade Linha Stein obteve um bom desempenho. O índice de bem-estar está diretamente relacionado com o desenvolvimento rural, conseqüentemente podemos concluir, diante de todos os elementos que foram discutidos neste estudo, que a atividade turística pode ser considerada como um elemento importante para o desenvolvimento rural da comunidade Linha Stein. Neste caso, devemos também levar em consideração as demais atividades exercidas pelas famílias que são identificadas como pluriatividade, mas sempre tendo consciência de que esta pode trazer também problemas como o subemprego. É importante também destacar que mesmo as famílias que não trabalham com o turismo rural foram beneficiadas indiretamente, e algumas vezes até diretamente, com o acesso a bens e serviços essenciais, e recursos para sanidade e higiene e melhoria de infra-estruturas em função do turismo rural em sua comunidade, o que também contribuiu para o aumento do nível de bem-estar geral.

---

seja, os agricultores familiares que se integraram à rota, quando da sua implantação, já eram agricultores empreendedores pluriativos.

A organização das famílias levou à conquista de uma lei municipal de incentivo ao turismo, dentre outras tantas, o que nos permite concluir que a atividade de turismo rural também pode proporcionar uma aprendizagem sobre o trabalho em equipe, bem como a colaboração entre os envolvidos na atividade, sendo estes requisitos importantes para o desenvolvimento do turismo e da comunidade.

A necessária extensão deste estudo, bem como a verificação destes dados em comunidades que tenham diferentes características das aqui analisadas, já que o município de Salvador do Sul está inserido em uma região das mais economicamente dinâmicas do Rio Grande do Sul, pode nos trazer outras valiosas informações sobre os possíveis benefícios da atividade de turismo rural, bem como as principais dificuldades para implantação e desenvolvimento da atividade.

5. Referências bibliográficas

BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

BRUN, A. La famille comme unité d' analyse du secteur agricole. Économie Rurale, N° 198, 1989. nov.-déc.pp.3-8.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil*:* panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23 p., Texto para discussão, n. 621.

CAVACO, C. Desafios e desenvolvimento rural: notas de leitura. Lisboa, 2004. 14p. Separata de: Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XXXIX – 78, Lisboa 2004.

CAVACO, C. As paisagens rurais: do 'Determinismo Natural' ao 'Determinismo Político'? Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XL-79, Lisboa. 2005.

CRISTÓVÃO, A. e MIRANDA, R. Organizações Locais e Desenvolvimento Rural. In: CRISTÓVÃO, A., DIÉGUEZ, V. C. e BAPTISTA (Coord.) Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 2005.

DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. Principais resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil. Brasília, IPEA. 2000.

FORNECK, T. G. Relatório de Ações e Resultados. EMATER/RS-ASCAR. Escritório Municipal de Salvador do Sul. 2005.

FUCKS, P. M. Turismo, Agricultura e Patrimônio: São Lourenço do Sul (RS). Santa Maria-RS. FACOS/UFSM, 2005. 190p. (Série Dissertações em Turismo Rural, Nº 05).

GARCIA, R. C. O desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003: uma tentativa de avaliação. Brasília, 2003. Texto para discussão n. 938/IPEA. Disponível em www.ipea.gov.br (acesso em 17/07/2006).

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP, IE (Coleção Pesquisas, 1). 1999.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. Anais ... Cuiabá: 2004. CD-ROM.

KNUTSON, R. D., PENN, J. B., FLINCHBAUGH, B. L. Agricultural and Food Policy. E.U.A.: Pearson, Prentice Hall, 2004.

LEAL, R. S. Pluriatividade e Atividades Não-Agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul: Anos 90. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS. 2004.

MACKINNON, N. et al. Pluriativity, structural change and farm household vulnerability in Tho Wester Europe. Sociologia Ruralis, v. XXX, n. 1, p. 58-71.

SIMÕES, O. Turismo em espaços rurais: um ponto de partida. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (orgs.). Turismo em Espaços Rurais e Naturais. Instituto politécnico de Coimbra. Coimbra, 2003.

TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 1998. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

VIEIRA, E. M. O Turismo Rural como um Vetor do Desenvolvimento Regional e Local. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 5., 2006, Santa Maria. Anais... Santa Maria: Facos/UFSM, 2006, 687p.

ZIMMERMANN, A. Turismo rural: um modelo brasileiro. Florianópolis, 1996.

Normas para Apresentação de Trabalhos:

1. A revista Extensão Rural, publicação científica do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, publica artigos científicos, revisões bibliográficas, relatos de casos, notas e resumos de teses e dissertações referentes às áreas de desenvolvimento rural e/ou ciências sociais rurais.
2. Os trabalhos devem ser encaminhados no editor de textos Word for Windows, digitados em idioma Português ou Espanhol, devendo ser digitados em folha A4, letra arial tamanho 12, espaço 1,5, não ultrapassando 30 páginas, incluindo tabelas, gráficos, ilustrações e anexos.
3. Os trabalhos devem apresentar o título em idioma Português ou Espanhol e Inglês, e mais três ou quatro termos para indexação (palavras-chave) no idioma original do texto e em Inglês. Devem, ainda, conter um resumo no idioma original do artigo (Português ou Espanhol), com no máximo 200 palavras, devidamente traduzido para o Inglês (abstract).
4. O(s) nomes(s) do(s) autor(es) deverá(ão) ser colocado(s) abaixo do título, à direita, um embaixo do outro, seguido(s) de número(s) para abrir nota(s) de rodapé com a devida especificação (profissão, titulação, endereço para contato e E-mail).
5. As citações dos autores no texto deverão ser feitas com letras minúsculas seguidas do ano de publicação, conforme exemplos: Assim Gonçalves (1993) observou... A média citada por Lunardi e Brum (1992) foi...
Presnel et al. (1992) indicaram...
...com uma má formação congênita (Moulton, 1998).
6. Os artigos serão publicados após aprovação pela Comissão Editorial.
7. Os conceitos e afirmações contidos nos artigos serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
8. Os trabalhos devem ser enviados por E-mail para o seguinte endereço eletrônico: **revista.ext.rural@mail.ufsm.br**.